

Vida partilhada

Eduardo Lourenço, o CEI e a Cooperação Cultural

Eduardo Lourenço

Edição comemorativa do 90.º Aniversário do autor

Colecção Iberografias
Volume 21

Título: Vida partilhada
Eduardo Lourenço, o CEI e a Cooperação Cultural

Autor: Eduardo Lourenço
Recolha e selecção de textos: Alexandra Isidro, Rui Jacinto e Virgílio Bento

Revisão: Alexandra Cunha

Pré-impressão: Âncora Editora

Capa:

Impressão e acabamento: Multitipo – Artes Gráficas, Lda.

1.ª edição: Junho de 2013
Depósito legal n.º 359 504/13
ISBN: 978 972 780 402 3
ISBN: 978 989 xxxxx x x

Edição n.º 41021

Centro de Estudos Ibericos
Rua Soeiro Viegas n.º 8
6300-758 Guarda
cei@cei.pt
www.cei.pt

Âncora Editora
Avenida Infante Santo, 52 – 3.º Esq.
1350-179 Lisboa
ancora.editora@ancora-editora.pt
www.ancora-editora.pt
www.facebook.com/ancoraeditora

Apoios:



ÍNDICE

O DESÍGNIO DO PENSADOR, O ESPÍRITO DO LUGAR

A GUARDA E SEU ENTORNO

Lembrança espectral da Guarda
Oito séculos de altiva solidão
Do Portugal emigrante ao Portugal europeu
Navegadores por ruas estrangeiras

CEI. PRÉMIO EDUARDO LOURENÇO

Todos nós ibéricos
Agitadores do espírito ibérico
Vida partilhada
Um dom com memória futura
O duplo rosto da fronteira
O génio não tem comentário
As fronteiras que não têm fronteiras
Todos os nossos mitos e toda a nossa memória

DIÁLOGOS TRANSFRONTEIRIÇOS: A IBÉRIA E A EUROPA

A Península como Problema Europeu
Identidade e Cidadania
As Relações Ibéricas no Contexto da Nova Europa
A ibéria e o diálogo Cultural
Jogos de Fronteira, Jogos de Memória

ITINERÁRIOS ENSAÍSTICOS

Eu ensaísta me confesso

Camões e Cervantes

Sobre Manuel António Pina

O nosso tempo e o tempo dos outros

Tempos de Coimbra

REGRESSO SEM FIM

Quem vê o seu povo vê o mundo todo

Rotas Culturais: Regresso sem fim

O desígnio do Pensador, o espírito do Lugar

“Eu penso que nesta cidade se podia imaginar qualquer coisa como um Instituto da Civilização Ibérica, onde os nossos laços comuns, que só Oliveira Martins foi capaz de apreender, fossem repensados para que nós soubéssemos efectivamente quem somos e onde estamos. (...) Essa é a vocação que eu desejo para a Guarda. Que ela seja hoje a sentinela dum futuro comum para uma Ibéria que é um dos pólos desta Europa onde todos nós queremos estar e, onde querendo ou não, já estamos.”- Eduardo Lourenço, 27 de Novembro de 1999.

S. Pedro do Rio Seco, a Guarda e a Beira, as origens de Eduardo Lourenço, sempre estiveram no horizonte deste navegador por ruas estrangeiras. Numa lúcida reflexão identitária refere que “viver com tanta paixão o elo que os liga à pátria – ou melhor, à terra, no sentido mais arcaico do termo – do que os portugueses, é difícil, porque essa paixão é o nome mesmo da sua identidade”. Uma paixão que assume e o liga de forma indelével à sua aldeia – tão pobre onde “até o Rio é Seco” – e à sua “capital” – como se refere afectuosamente à Guarda – que o marcou decisivamente. No começo da sua errância, Eduardo Lourenço sai do seu pequeno mundo aldeão e vem para a capital de distrito que “foi a cidade, como Roma era a Urbe para o cidadão romano”. A Guarda, a Penalva evocada por Vergílio Ferreira na sua *Estrela Polar*, causou ao Pensador maior surpresa que qualquer outra cidade no mundo por onde iria passar. A Guarda representou a passagem da comunidade para a sociedade e o encontro com os outros, apesar de ser uma realidade espectral, pois onde “ninguém nos conhece, somos espectros de nós mesmos”.

Por ocasião das Comemorações do Oitavo Centenário da Guarda, em 27 de Novembro de 1999, a Guarda convidou o Pensador para reflectir sobre o nosso passado e para nos ajudar a repensar a vocação que desse sentido ao nosso futuro. Num elogio à Guarda a que chamou “Oito Séculos de Altiva Solidão”, Eduardo Lourenço reflecte sobre o conceito de interioridade, que afirma ser “mais filho da história do que da geografia”, uma vez que a Beira só é interior depois que “Portugal se define por um mar”. À Guarda, não

interior mas coração de Portugal, lançou Eduardo Lourenço o repto da criação, na senda de Oliveira Martins, de uma instituição que tivesse por função pensar a *jangada de pedra* que dos Pireneus se desloca para o Atlântico. Atendendo à sua posição geográfica, a Guarda era, na opinião de Eduardo Lourenço, um espaço *hinterland*, que poderia favorecer o intercâmbio entre dois pólos culturais importantes da Europa, Coimbra e Salamanca. Por isso, lançou a ideia da criação do Centro de Estudos Ibéricos.

A este desafio não podia a Câmara Municipal da Guarda ficar indiferente e, juntamente com duas das mais antigas instituições universitárias da Europa (as Universidades de Coimbra e de Salamanca), constituíram o Centro de Estudos Ibéricos. Eduardo Lourenço reconheceria depois o insólito desta situação, pois, talvez pela primeira vez, um pensamento, uma ideia sua se tornava realidade. O Centro de Estudos Ibéricos surgiria exactamente um ano após ter sido lançado o repto. Teve a boa fortuna de ser patrocinado, de um lado e de outro da imaginária fronteira, pelas duas instituições que ao longo dos séculos foram modelo da universidade peninsular. Como se ambas apenas aguardassem o chamamento autêntico que as associasse no estudo da Civilização Ibérica como um todo multidisciplinar.

A Guarda goza de uma posição privilegiada e procurou, fazendo jus ao nome e à História, afirmar uma centralidade – no plano geoestratégico, primeiro; nas particulares circunstâncias sociais, económicas e culturais, depois. Eduardo Lourenço intuiu a necessidade de uma mudança de paradigma: “um propósito e desafio, na aparência insólito, de estabelecer um elo de tipo novo, num tempo novo, o de uma Europa em redefinição do estatuto milenário, entre os dois países independentes e vizinhos, Portugal e Espanha.” Considerou assim ser imperativo que a união e o desenvolvimento das regiões de fronteira que unem os dois países prosseguissem, redireccionando-se através dos valores imateriais: séculos de História partilhada, vivências em comum, cumplicidades. A cultura, a ciência e o saber formam a riqueza potencial que determinará a sobrevivência de uma identidade própria num quadro continental com crescente e expressiva multiplicidade civilizacional.

Ao lançar o desafio da criação do Centro de Estudos Ibéricos, Eduardo Lourenço impulsionava a Guarda a reafirmar a sua centralidade, valorizando o espaço transfronteiriço onde se enquadra e projectando-o para uma dimensão ambiciosa e integradora. Associação transfronteiriça sem fins lucrativos,

formada inicialmente pela Câmara Municipal da Guarda, pela Universidade de Coimbra e pela Universidade de Salamanca, às quais haveria de associar-se o Instituto Politécnico da Guarda, o Centro de Estudos Ibéricos assenta numa parceria vocacionada para a cooperação territorial na Raia Central Ibérica. As quatro instituições comprometeram-se a agir pelo encontro, pela reflexão e pela divulgação das culturas portuguesa e espanhola, a reforçar o relacionamento, a cooperação e a investigação no campo universitário, a promover o intercâmbio entre organismos e departamentos que representem áreas académicas e científicas dos dois países e a apoiar a formação e a investigação. Foi, afinal, para este diálogo ibérico que o Centro surgiu. Situada no eixo histórico e cultural que liga Coimbra a Salamanca, a Guarda tem procurado cumprir o desígnio de dinamizar proximidades e reforçar laços de entendimento.

Talvez, em qualquer circunstância, Eduardo Lourenço estivesse no tempo de rever o começo do *labirinto da saudade*, inquietação profunda que só um povo errante pode compreender e em que este ilustre cidadão do mundo bem se revê: «Não queremos deixar perdido aquilo que nos foi valioso. É uma espécie de contínua ressurreição em vida». Mas foi o Centro de Estudos Ibéricos que fez o pensador regressar aos espaços míticos do seu próprio imaginário. Não tivesse existido o repto e talvez ele tardasse em voltar. Sempre que regressa à sua aldeia e à sua “capital”, revisita as paisagens, os sons e os rumores invisíveis das falas da lembrança, onde todo o passado se faz presente. Eduardo Lourenço redescobre, então, o seu pequeno grande mundo e cumpre a ansiada peregrinação silenciosa para, como Machado de Assis, atar as duas pontas da vida – a do nascimento e a do crepúsculo – num só nó.

O tempo de São Pedro do Rio Seco (a infância) dá lugar ao tempo da Guarda (para onde saiu aos dez anos); ao tempo de Lisboa (na década de 30); ao tempo de Coimbra (nos anos 40 e 50); ao tempo da errância (em que deambulou pelo Mundo); e ao tempo de Vence, onde Eduardo Lourenço vive desde 1974. Tão vasta caminhada forma-lhe a convicção: nenhuma terra é de ninguém; todos os lugares são de toda a gente. É nesse teorema que traça o sonho de ver a cidade do seu segundo tempo – do tempo das descobertas e das paixões – potenciada como encruzilhada de culturas e saberes. Vivemos na orla da fronteira mas nem por isso, lamenta o pensador, «ultrapassámos a distância, para não dizer o desconhecimento, do país vizinho». É um «escândalo

cultural» mas é ainda mais «uma grande perda de ambos os lados, que, apesar das óbvias diferenças têm as mesmas raízes culturais».

O desafio foi acolhido. Treze anos depois da Sessão Solene dos Oitocentos Anos do Foral, o Centro de Estudos Ibéricos mostra que a Guarda ganhou a aposta na cooperação como forma de superar fronteiras, que procura encetar um diálogo entre culturas ancestralmente separadas, prosseguindo os valores humanistas e a dimensão universal, lapidarmente enunciados por Eduardo Lourenço, que devem pautar a identidade deste lugar. A pronta resposta das instituições de ensino superior envolvidas, a entusiasta adesão de uma elite dos mais reputados nomes da ciência e da investigação, a multiplicidade de eventos realizada e o crescente reconhecimento nos meios académicos e culturais dos dois países têm contribuído para a consolidação do Centro de Estudos Ibéricos na sua utilidade e singularidade.

O Centro de Estudos Ibéricos tem vindo a afirmar-se como plataforma de diálogo, encontro de culturas e centro de transferência de conhecimentos, apostado na valorização da aprendizagem, do ensino, da formação e da investigação, dinamizando eventos e congregando vontades imprescindíveis para fomentar relações cada vez mais íntimas e cúmplices entre pessoas e instituições, contribuindo, pelas iniciativas que tem protagonizado, para superar barreiras e estimular a cooperação entre diferentes territórios de quem e além-fronteiras. O futuro ganha-se no fortalecimento dessa vocação – e no alcance de novas ambições. Os três grandes investimentos em infra-estruturas culturais nos últimos anos – Teatro Municipal da Guarda, Centro de Estudos Ibéricos e Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço – asseguram uma oferta cultural de qualidade que se assume como pilar de uma estratégia de afirmação da Guarda enquanto Capital Cultural do Interior, através da promoção da cultura, do conhecimento, da investigação e da leitura. O Centro de Estudos Ibéricos é um projecto estratégico no campo da Cultura e do Saber, por ser o exemplo da nossa visão de futuro para a cidade da Guarda e para a região transfronteiriça: um espaço de confluência e uma centralidade ibérica, alicerçada no Conhecimento, na Inovação e na Cooperação.

Os textos que se dão à estampa compilam notas e artigos editados em várias publicações, produzidos em diferentes momentos, resultantes das múltiplas intervenções que marcaram a afectuosa e frutuosa colaboração de Eduardo Lourenço com a Guarda e o CEI. Fazendo jus ao percurso ensaístico

do seu autor, a diversidade das abordagens levou ao agrupamento nos eixos temáticos que melhor definem os sentidos de mais de uma década de cooperação: *a Guarda e o seu entorno*, textos matriciais onde discorre sobre a Guarda, a região e a estrutural emigração; *Cei e Prémio Eduardo Lourenço*, testemunhos sobre o Centro e algumas personalidades contemplados com o prémio de que é patrono; *Diálogos transfronteiriços: a Ibéria e a Europa*, onde aborda assuntos cuja reconhecida competência lhe mereceu a distinção com um prémio europeu; *Itinerários ensaísticos*, que reúne várias intervenções, designadamente sobre alguns escritores; *Regresso sem fim*, documenta, simbolicamente, a corrente de afectos, nunca interrompida, com a pequena pátria beirã.

Além de conferir unidade e coerência a títulos diversos e dispersos, a compilação destes textos concretiza uma edição comemorativa do 90.º Aniversário do Professor Eduardo Lourenço. Com esta iniciativa, manifestamos a nossa reconhecida gratidão a quem permitiu que “uma simples sugestão se convertesse em vida partilhada”. E assim, mais do que mostrar o nosso afecto é continuarmos a aventura dum *Regresso sem fim* à Guarda e às nossas matriciais origens.

Guarda, 12 de Abril de 2013

Virgílio Bento
Vice-Presidente da Câmara Municipal da Guarda
Membro da Comissão Executiva do Centro de Estudos Ibéricos

A GUARDA E SEU ENTORNO

Lembrança espectral da Guarda¹

Quem vê o seu povo vê o mundo todo.

– Provérbio familiar –

J'ignore pour qui j'écris mais j'sais pourquoi j'écris. J'écris pour me justifier. Aux yeux de qui? Je vous l'ai déjà dit, je brave le ridicule de vous le redire Aux yeux de l'enfant que je fus.

– Bernanos –

Queiramo-lo ou não, todos nós escrevemos aquilo que, com razão ou sem ela, os outros recebem como obra nossa. Alguma coisa de mim deve estar no que, ao longo de quase meio século e sempre como por acaso, fui escrevendo e pode justificar, no âmbito cândido e protegido da nossa dura e arcaica província, esta homenagem.

A presença do Senhor Presidente da República e o apadrinhamento de tantas personalidades marcantes no campo da acção, da literatura, da arte e do jornalismo conferem-lhe um sentido e um eco que não podia ser previsto pelos modestos conterrâneos que a imaginaram.

Em semelhante ocasião gostaria de forçar a íntima repugnância que sempre me tolheu, como se convivesse comigo o célebre demónio socrático, em me assumir como autor, como um eu, não só responsável, mas minimamente solidário com aquilo que em princípio nasce de mim, me implica, compromete e me serve de ponte para os outros. Mas sou incapaz de viver a minha relação com o escrito de outra maneira que sob a forma de máscara. O meu destino literário, se é um, foi o de me empregar nos “outros”, mortos ou vivos, e dizer através deles aquilo que não sei, não posso ou não quero dizer com absoluto senhorio. Aquele que eu atribuo aos criadores em sentido pleno e que tanto espanta, o meu amigo Vergílio Ferreira. Não sei quem me fala e não será hoje que o aprenderei.

¹ Discurso de agradecimento na homenagem que lhe foi prestada na Guarda, em 10 de Setembro de 1995. Publicado no *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, nº 667, 1996, 8 de Maio, 11-12 e em *Baptista, Maria Manuel (2005). O outro lado da lua – A Ibéria segundo Eduardo Lourenço*. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.

Há anos, em Paris, único da minha espécie dentro da embaixada de poetas e romancistas que com tanto brilho representaram a nossa cultura, fui apresentado por Eduardo Prado Coelho ao público da Sorbonne como “o amigo dos Poetas”. Está certo. Da Poesia seria ainda melhor. Mas por não ser sujeito dela não posso investir-me dessa função sagrada que desde sempre confere aos seus cultores o papel de vates, de profetas ou pastores do ser, que quer dizer, de voz essencial da comunidade. Pertencço, no melhor dos casos à espécie crítica que está para a criação como na Idade Média a Filosofia estava para a Teologia. Não é modéstia – imodéstia da minha parte, é justa percepção – pelo menos assim o penso – do meu lugar próprio dentro do complexo labiríntico da Cultura que em última análise não é outra coisa do que consciência natural da criação, espécie de acompanhamento melancólico da nossa mão esquerda, glosando sempre em atraso a vaga irresistível da inspiração digna desse nome. Melancolia de quem está separado dos cumes mas deles vive ou para eles indefinidamente aspira. Todavia, por assim ser, também mais obrigado me sinto, aqui, como eu sem máscara, no desconforto da minha nudez, a agradecer sem restrições esta excessiva festa que os meus conterrâneos quiseram oferecer a quem tão cedo partiu para longes terras sem partir da sua companhia.

Quis a histórica vila de Almeida associar-se a essa festa e a capital do nosso distrito conferir foros de acontecimento cultural aquilo que já me teria sobejado como íntima romaria do coração e do espírito ao lugar natal onde tudo quanto me importa – afeição dos próximos e gosto da sua companhia no meio de uma natureza que era como o corpo intemporal de Deus – me foi dado de uma vez para sempre. Todos nós, nascidos numa aldeia ou num bairro da mais cosmopolita das cidades, nascemos num sítio igual e tivemos o gosto da infância que é o mesmo da vida que ainda não caiu no mundo. Como os povos felizes, as infâncias não têm história. São os outros que no-la contam ou recordam. A nossa vida passa-se a inventar a infância que não tivemos e a tentar merecê-la. Para mim, o encontro com o mundo – o que chamo queda – foi precisamente nesta cidade onde estamos. Digamos a primeira escala de uma errância que não terminou. Nos anos trinta – em 1931 – a Guarda, esta cidadezinha alcandorada e fria, então ainda lembrada da primeira República, foi, para mim, a cidade, como Roma era a Urbe para o cidadão romano.

Atrás de mim ficava, para sempre, separada de tudo, à margem e no centro de tudo, a aldeia “piccolo mondo antico” para me lembrar de um título de Antonió Fogazzaro, lido na adolescência. Esse pequeno mundo não o posso evocar senão através de uma velha página de “Diário” sempre adiado, onde em aí ousou assumir-me como seu autor. É a um Tu imaginário que confio a minha indizível vivência desse mundo vivo e morto.

“Tu” habitaste um planeta desaparecido. Não podias adivinhar que o que te cercava era mais estranho que a face escondida da lua. Se tivesses sabido que o granito triste, as mãos terrosas, as camisas encardidas da tua gente, seus gestos, suas palavras já haviam morrido há séculos e te batiam no rosto como a luz das estrelas há muito extintas, terias sido mais atento. Assim, tudo te passou como água entre os dedos. Mais tarde podias ter registado essas vozes, o diálogo entre fantasmas que elas não sabiam ser, mas ninguém te preparara para Óscar Lewis da tua própria gente. Tu habitaste entre gente medieva, medievo tu mesmo. E foi o melhor que te aconteceu. A família da tua infância, a tua aldeia árida e pobre, hoje dissolvida em poeira e saudade estelar, viviam sem contradição alguma no neolítico, na pré-história, na idade média, um pouco no século XIX (quando alguém ia à estação de Vilar Formoso), e não sabiam quase nada do século XX, que as ignorava. Nem água encanada, nem luz eléctrica que só quarenta anos mais tarde viria alumiar um mundo perdido. A água espera ainda, e é bem feito para um povo que se chama Rio Seco.

Poucas vezes, a tão desencontrados tempos, foi oferecido um espaço tão claro. Os perfis humanos como as luzes recortam-se num espaço de cristal. Cada casa tem seu nome, cada árvore, cada animal, cada criatura, cada parcela de terra. Tudo é claro, silencioso e vibrante como o quadrado do cemitério que remata o povoado como uma demonstração sem réplica. Também ele mudou. Está menos empapado de mortos. A antiga poeira anónima não foi renovada. Os quatro ciprestes de cada canto estão quase secos, faltos de branca argila, mais mortos que a morte. Já não se persignam os garotos escarrapachados nos burros que vão à lenha menos esfarrapados que há quarenta anos. Alguns assobiam ainda para esconjurar alguma vealidade póstuma dos seus parentes. Muitos pensam que os pais, já longe ou noutros continentes, não se misturarão a essa terra seca, nem ficarão sob cruces precárias confundidos entre os montículos cobertos de erva sem quase uma flor. Nenhum pode

imaginar que este quadrado branco era para os pais a barca escura que conduzia aos céus. Durante centenas de anos, as Teresas, as Marias, os Josés, os Antónios aqui esperaram a ressurreição que não veio, e eles já não esperam. Mas nem podem imaginar que para a criança de há quarenta anos este minúsculo quadrado de terra teve a largura da Morte e o sabor de uma vertigem onde se afundava o sol e as constelações.

Era o tempo em que essa aldeia era um organismo vivo, uma espécie de homem colectivo, separado do mundo que o desconhecia e ele desconhecia, homem de dura enchada e de seus parques frutos. Entre a fome e o sol todos os dias eram seus. Pouco a pouco esse vasto mundo invadiu-lhe a casa, separou-se de si mesmo convidando-o para manjares mais suculentos que nunca mais lhe saciarão a antiga fome. Envergonhou-se dos tamancos, das meias de algodão, do casaco de sorrobeco, pôs um pouco mais de açúcar no café, aprendeu a ler e a esquecer o que lia e conheceu, enfim, a sua milenária miséria. Em quarenta anos passou da planta de Pan e das aventuras de Dafnes e Cloé ao esplendor imaginário da televisão e seus amores piegas, seus locutores ventríloquos, vendedores de elixires divinos. Só é pena que tanta felicidade e tanto sonho a domicílio nem cure fome de séculos nem faça florir o deserto. As novecentas almas do povoado recolheram à sombra ou esperam por ela. Já não habitam essas cozinhas enfumadas de trogloditas felizes. As mais audazes partiram à busca de alimento, música, cinema, ... Estão em África, no Brasil, em França, na Alemanha e até na Espanha. Lá é o São Pedro deles. Este, a minha aldeia sem história de ouro e sangue, navio encalhado na meseta hispânica, enterra-se docemente na sua inexistência, com todas as luzes apagadas e um carregamento de fantasmas coberto de antigo suor e de mais antigas lágrimas. Quem o pudesse ressuscitar...

Deixando a aldeia deixara a comunidade para entrar no que confusamente adivinhava ser a sociedade. De certo modo, cidade alguma, de Coimbra a Lisboa, de Paris a Nova Iorque, de Hamburgo a Nice, me causará maior surpresa que este pequeno mundo onde a pequena tribo familiar estava perdida entre outras tribos, onde certas casas me pareciam palácios com as suas janelas de cristal talhado e altas portas senhoriais, detrás das quais entrevia uma vida misteriosa, de uma humanidade diferente, como nos sonhos.

Da verdadeira Guarda só me eram familiares o frio, a neve, o nevoeiro, que hoje veio envolver-nos, o céu varrido, a aparência sideral que anos mais

tarde Vergílio Ferreira, evocará, magistralmente, em *Estrela Polar*. Nesses oníricos anos da minha terceira classe a Guarda era só não ser São Pedro, a perda do ninho, o primeiro encontro com os outros. Dois anos mais tarde entraria aqui no Liceu, primeira saída do reino protegido de toda a infância que Sartre invoca em *Les Mots*, e também o primeiro degrau de um percurso sem fim – o que se chama um curso, e é uma batalha incruenta para descobrir o nosso papel na vida. Pelo menos assim era para os filhos de modesta extração, como os meus irmãos e eu, que vínhamos de aldeias remotas para ser gente. E que, deixados a si mesmos aqui, muitas vezes se perdiam em cafés parados no tempo, dignos do cinema neo-realista. A rádio, nas tardes imóveis dos domingos, enchia o jardim em frente do quartel com a música melancólica de fados, de tangos ou de notícias de um mundo onde se preparavam desastres que, como sempre, não nos diziam respeito.

Pela idade, mas também creio, por alguma coisa que era própria desta cidade – como a radiografia artística de Vergílio Ferreira mo confirmou – a Guarda ficou sendo para mim, uma realidade espectral. Uma espécie de *Marienbad* com as suas altas peanhas encimadas por bustos de personagens misteriosos como num cemitério no deserto, ou uma pequena *Davos – Platz*, com o seu célebre Sanatório de onde se escoavam às vezes para as ruas da cidade criaturas pálidas que atravessavam, desviando-se das pessoas sãs, como fantasmas. Só uma tarde soube que era lugar de sonhos de outra espécie, desses sonhos que só as pequenas cidades secretam, sonhos de ambição política, de saber, de poder social que tanto beirão – alguns aqui presentes – ilustrarão. Menos conhecia os poetas, com excepção do autor de *Luar de Janeiro*, Augusto Gil, um António Nobre sem pose mas também sem o seu génio, que andava a justo título nas selectas, com a celebérrima *Balada de Neve*, que parece ter deixado traços num famoso poema de Pessoa. Dos vivos, vi passar na rua, envolto em soturnidade, Nuno de Montemor a caminho do Lactário desta cidade, um autor da nossa província profunda, que evocava, para um largo público católico do país, dramas e paixões do mundo eclesiástico.

Bem se deixa ver que nada fiz na Guarda, ou pela Guarda, que mereça a atenção e o desvelo com que hoje rodeia um filho do distrito, que, como disse em Almeida, foi mais do que pródigo. Mas a Guarda deixou-me, sem dúvida, a sua marca de cidade que imitava, nos seus ritos iniciáticos, a lendária Coimbra que mais tarde seria, senão a da vocação, ao menos a pátria

da iniciação cultural. A adolescência é o tempo incerto para toda a gente. Naquela época abordara a este páramo pátrio o sonho portátil que chamamos cinema. Aquele que será para mim como o livro de imagens da *História Sem Fim*. Nas ruas cantava-se o “Teodoro não vás ao sonoro”. Aqui vi o primeiro filme de *cowboys* que não tinha ainda a dignidade dos Westerns, Tom Mix, rei dos cavaleiros e uma versão extraordinária de Romeu e Julieta com Norma Shearer que podia, à contada, ser avó de Romeu. Pelo menos mãe. Pareceu-me sublime.

Na adolescência vivemos com naturalidade no sublime. E se aí ele não nos eleva um pouco acima de nós mesmos, corremos o risco de o falhar para sempre. Foi dessas alturas, que eram de vida, de sonhos vagos, de vertigens inocentes e do coração, que o tempo da Guarda foi feito para mim. E é assim que se conserva em qualquer desvão da minha memória esburacada. Muitos anos mais tarde, vindo de Lisboa a caminho de França, já então a minha segunda pátria, por escolha e enraizamento familiar, percorri a minha antiga cidadezinha, entretanto crescida e moderna, como um extra-terrestre. Onde ninguém nos conhece somos espectros de nós mesmos. A cidade estava quase deserta. Era noite. De súbito, reconheci, encostado contra os cunhais da Farmácia da Misericórdia, onde há séculos, como diria o Eça, se discutia a política deste mundo e do outro, um antigo amigo do meu pai parecido com George Sanders, *playboy* que em cada fim do mês largava para Lisboa para jogar, numa noite, o seu parco ordenado. Meu pai, pai de tanto filho, era o contrário desse personagem, mas essa extravagância fascinava-o. Não ousei falar-lhe. Não me quis confrontar com o meu próprio espectro. O tempo da Guarda tornara-se legenda. Legenda minha, mas que quis evocar para encontrar alguma justificação para estar aqui, ao abrigo dos olhares complacentes e benévolos, não ardendo como um fósforo frio, à maneira do muito revisitado Pessoa, mas recordando águas passadas, que pelo milagre da estima alheia, se tornaram vivas. A todos os que pela sua presença neste momento me fazem existir com mais força e convicção do que a chamada minha vida, em perpétua busca de si mesma, o meu fundo agradecimento.

Oito séculos de altiva solidão²

Neste século, há apenas trinta e poucos anos, Vergílio Ferreira consagrou à Guarda da sua adolescência, fremente e inquieta, a mais espectral evocação que o antiquíssimo burgo de D. Sancho mereceu até hoje. Não por acaso, esse seu romance se chama *Estrela Polar*, estrela álgida, solitária, a quem incumbimos da missão de nos guiar na noite escura do mundo. A ele voltarei.

O mesmo Vergílio Ferreira, sempre tão presente na minha lembrança, num discurso memorável, em Bruxelas, disse que da nossa língua se vê o mar. Ele pensava, como todos nós, na numerosa corte de poetas, que desde os cancioneiros a Sophia de Mello Breyner, passando por Camões, Antero, Nobre, Pessoa, envolveram a nossa imagem de portugueses nas ondas do mar, que nos foi destino. É curioso que o tenha dito, porque da sua língua natal, da língua desta beira serrana e da sua capital, cercada de um silêncio de séculos, físicos e simbólicos, não se vê o mar. Sabe-se que existe, pressente-se talvez, adivinha-se, sonha-se com ele como Adamastor com uma Tétis que o não anda cercando.

O mar é, e foi-nos, porta para o mundo. Mas o destino desta velha terra, consagrada à defesa e vigilância de um pequeno reino, que não sabia ainda que seria grande e disperso como um arquipélago, não era o da viagem mas o da vigília, do ensimesmamento e, em todos os sentidos do termo, da solidão. Da grande solidão das Beiras falou o etnólogo e antropólogo Jorge Dias.

Falemos nós da sua efectiva interioridade, mais filha da história do que da geografia, não para assinalar uma condição de isolamento, difícil de viver e aceitar, mais a mais num espaço tão pequeno como o nosso, em que tudo está próximo de tudo, mas para a pensar.

Só em termos modernos, o ser interior é vivido e percebido como uma espécie de maldição ou fatalidade. A nossa velha Beira, a sua capital, que hoje se recorda de um longo e solitário passado, só é interior depois que Portugal se define por um mar que hoje nem fica longe para ninguém, mas então era como um outro planeta.

Nos seus começos, esta cidade e a velha Beira, que dominava altaneira, foram, não apenas fronteira, mas coração de Portugal. Então o nosso horizonte vital, o nosso mar de terra e pedra é a meseta contígua, matriz de onde nos

² Oração de Sapiência de Eduardo Lourenço na sessão solene das Comemorações dos Oitocentos Anos da Guarda, 26 de Novembro de 1999. Publicado em *Baptista, Maria Manuel (2005). O outro lado da lua – A Ibéria segundo Eduardo Lourenço. Guarda: Campo das Letras/Centro de Estudos Ibéricos.*

separámos, espécie de deserto de onde durante séculos, inquietos como no romance de Dino Buzzati, esperávamos, não os tártaros mas os nossos excessivamente próximos castelhanos.

Estas terras, esta cidade e a muralha intermitente de castelos com que o céu se emparceirou, não eram ainda a ex-fronteira sem emprego de um país com os olhos no vasto mundo, mas os guardiães da casa comum que confiava na sua vigilância. Em nome de El-Rei D. Sancho ou do providente D. Fernando fora criada e amuralhada para ser, em todos os campos, a guarda desse reino fraco e vulnerável. Não éramos, no sentido preciso, realmente a Guarda, não éramos o *far-west* ou o *far-east* de um país que nos voltava as costas, mas a sua sentinela, a sua guarda avançada, entrada de reino e saída natural e futura para a vasta Europa, além da Espanha.

Os oito séculos que celebramos têm muitos tempos. Antes que a história, que não é fatalidade mas obra nossa, convertesse a fortaleza viva e útil dos séculos medievais em sentinela espectral, sobre que cairá, insone, a neve dos dias e com ela o desconforto, o sentimento de estar parado ou desfasada do resto do país.

Esta Beira foi o Portugal profundo, o Portugal do arado, da cruz e da espada, confundidas como era lei do tempo, terra e gente em luta com uma natureza avara, ganhando, com suor e sangue, o que ninguém lhe dava de graça e sempre pronta para ir, não para o mar, mas além dos mares, para sítios que nem os sonhos avistam, fosse o Brasil, fosse o Oriente, fosse a Austrália, fosse o Canadá. Nesse mundo e nessa época, ninguém sofria de interioridade. Simbolicamente sede de um dos mais prestigiados bispados do reino, a Guarda não sabia – ninguém se preocupava muito com essas fantasmagorias – que um dia seria por dentro menos do que era então, uma cidade coroada por uma Sé fortaleza, navio de pedra ao alto de uma montanha. E esse navio às avessas é ainda hoje o brasão de uma história que só espera de nós que descubra outra vocação, outro rumo, para ter tanto sentido como o tinha nesse tempo em que a sombra de Castela não nos deixava dormir.

A evocação ou a referência ao passado só é interessante por pôr em causa o presente e explicar as suas nostalgias ou o seu mal-estar. Ser interior hoje, ser capital ou cidade de interior é vivido como punição, como empobrecimento efectivo e simbólico, como fatalidade. É verdade que a cidade de D. Sancho pagou caro o seu papel de sentinela, ao mesmo tempo real e ilusório. Que aceitou com demasiada passividade o destino barroco, e mais tarde o administrativo, que o século XIX lhe proporcionou. E que lhe tem custado

acompanhar a tumultuosa metamorfose de um Portugal que está apanhando ao mesmo tempo todos os comboios perdidos que nos afastavam da Europa.

Não é a única. Mas talvez como nenhuma se encontra hoje confrontada com um desafio a si mesma, de perfil desconhecido noutros tempos, mesmo próximos. E, como muitas outras entre nós, mas de uma maneira aguda, dividida entre o que se pode chamar a miragem folclorizante de si mesma e a miragem futurante de uma vida contemporânea da Internet, onde, paradoxalmente, sentir-se isolado do mundo nem é álibi nem desculpa, tão impossível o parece. Ao menos virtualmente.

Cultivar as nossas raízes, inspirar-se nelas ou delas para sentir-se como uma espécie de barca que voga no tempo, não é nenhum pecado. A Beira, a nossa Guarda, são terras de larga e funda memória. A nossa alma arcaica, quer dizer original, e sobretudo imemorial, fazem parte de nós mesmos sem saber como a somos e o que somos nela. Mas a tentação folclorizante é um pouco a perversão desse tempo imemorial e interior, a vontade de querer voluntaristicamente estar num tempo que já não é o nosso.

É o presente que vivifica todos os passados. O nosso está nas pedras que já lá estavam antes de sermos reino e cidade querida de reis. Está em costumes que ainda têm em nós ecos insuspeitados. Faz parte do imenso arquivo de afectos, como diria o actor e poeta Américo Rodrigues, que fizeram de nós o que somos, particular e fundo, como se fôssemos irmãos gémeos das pedras que na montanha nos parecem gente viva. É bom não perder nada do que nos identifica, mesmo o que só se torna nosso por graça dos céus. Se não temos um património provincial tão rico como outros cantos de Portugal, não é desprezível, é o nosso e na sua relativa modéstia está certo com tudo quanto somos de nu e depurado. A pequena capela do Mileu pode ser um símbolo da nossa comovente riqueza de pobres, tão bela como uma catedral. Nós não somos o Minho e a sua ridente paisagem. Somos assim, sem seduções exteriores, fiéis a esta inconsciente alma de semeadores de centeio e cortadores de pedra dura para resistir ao vento, à chuva e ao peso dos anos. Sob os pés temos todos uma herança mais de granito que de terra e com ela um passado que nunca nos deixará perder na areia do presente e na confusão prodigiosa do mundo. Podemos incorporar dele tudo o que precisamos, até tempo dos outros, que não sabemos quem eram e de repente nos fizeram canteiros pré-históricos. Émulos, diz-se talvez com o costumado exagero lusitano, dos Miguel Ângelos, de Lascaux e Altamira. Bem precisávamos desta oferenda dos céus, destas

abençoadas gravuras do Côa, outrora fronteira entre nós e Leão, para colmatar o nosso défice de mitologia cultural, no sentido comum do termo.

As nossas criações, os nossos grandes homens, por culpa nossa ou deles, não tiveram a fortuna de se tornar ícones nacionais. Nem cronistas ingénuos que, por patriotismo, inventavam cortes não havidas como Bernardo Brito, nem Rui de Pina, culpado por Herculano de não ser Fernão Lopes, nem um desses conquistadores que fizeram o nosso Império, nem sequer um Zé do Telhado digno de legenda para nos vingar de tanto esquecimento. Este sim é que será o tal preço da interioridade. Também não tivemos um Aquilino nem um Torga para mitificar as nossas terras de Deus e do diabo. Tivemos um Vergílio Ferreira para apreender como ninguém a solidão sideral e, ao fim e ao cabo, vivificante, dos ermos e dos páramos onde o destino nos fez nascer. Mas toda a gente se lembra da “Aparição”, hino ao mais solar, embora também solitário, recanto de Portugal e pouca se lembra de “Estrela Polar”, elegia da cidade, do luar de Janeiro e suas frias claridades, ao menos por fora e ardentes por dentro.

A nossa mitologia de beirões é modesta mas não é nada que me desagrade. Ela corresponde a uma interioridade que não é apenas exterioridade, distância onde a vida é suposta ser melhor (o que não é da ordem da prova, mas realmente mais tumultuosa, mais complexa e mais divertida, em todo o sentido do termo) mas é uma interioridade que é sobretudo intimidade, longa conversa de séculos sem eco planetário nem sequer caseiro. Assim foi no passado ou assim pensamos que fomos, pelo menos quando nos contemplamos nos espelhos, acaso mais imaginários que reais onde os outros se nos mostram mais satisfeitos de si do que nós o somos.

No presente, esta Beira e esta cidade multacentenárias e mais jovens do que eram nesse passado sem regresso, adivinham-se ou apraz-me imaginá-las como um grito suspenso, uma sufocação insuportável e inconformada com a sua herança insuficientemente partilhada com o resto do país e do mundo, uma espécie de grito contido à espera de hora e vez.

Li, não sei onde, que as gentes desta cidade de alturas se interrogavam seriamente a respeito do que devia ou deve ser a sua vocação. Creio que o texto não se referia a nenhum projecto ou programa de vida de configuração pragmática, de tudo quanto é necessário e urgente para que esta velha e um pouco melancólica capital de distrito ascenda aos níveis de conforto, de vida, de progresso cultural, dignos de uma cidade moderna neste tempo e em Portugal. Suponho que a Guarda, ou quem escrevia por ela, sonhava com

qualquer coisa que lhe desse um perfil particular, que lhe definisse, se não uma missão, uma vocação que desse sentido ao seu futuro.

Estar na fronteira como sempre esteve, mas agora mais próxima da Europa do que o resto de Portugal, não acordou nela outras exigências e uma outra vocação? A Beira, com a sua cidade, está mais no caminho da Europa até nós do que de nós até à Europa. Foi sempre assim. A Europa passa-lhe à porta, mas pouco mais do que isso. Compreende-se que um genérico projecto europeu a não contente ou exalte ou esteja fora do seu alcance. Esse é o projecto de Portugal no seu conjunto.

Que resta à Guarda? Mobilar melhor a sua estelar solidão histórico-cultural, sem ter, enfim, o sentimento de a quebrar?

Só os caros cidadãos egitanenses podem definir os seus sonhos e as suas aspirações. Para quem de dentro e de fora contempla a nossa ativa solidão, o caso não parece desesperado. O mar, que a Beira e a sua cidade não receberam em companhia, está há séculos diante desta cidade. Como ameaça mais ou menos onírica, mas simbólica para a sua e nossa identidade. Já não se chama Castela, chama-se Espanha, não porta para a Europa, mas a Europa vizinha, a Europa próxima, *interland* natural do nosso rectângulo mágico.

Em suma, que a mais lusitana das fronteiras, no momento em que elas se apagam, podia ser a mais ibérica e dialogante das terras, a do diálogo aberto e vivificante com o deserto de que nos separámos e continuou a florir em nós no silêncio. Cumpre-nos a nós ser o elo natural do novo diálogo em que a invenção da Europa converteu a Península. O futuro o dirá.

E aqui suspendi o texto porque parecia que estava cometendo uma heresia, ou que as minhas palavras fossem tomadas escandalosamente. Não é o caso. Eu creio que esta cidade está mais vocacionada que nenhuma outra, e este espaço, para ser o lugar de um diálogo, necessário mais que nunca, com aqueles que foram os nossos adversários durante séculos.

Eu penso que nesta cidade se podia imaginar qualquer coisa como um *Instituto da Civilização Ibérica*, onde os nossos laços comuns que só Oliveira Martins foi capaz de apreender, fossem repensados para que nós soubéssemos efectivamente quem somos e onde estamos, não tão isolados como imaginamos, mas sempre sob o olhar dos outros, para sabermos quem é o outro, com quem devemos dialogar e assim nos defender de uma maneira diferente da que foi a nossa durante séculos.

Essa é a vocação que eu desejo para a Guarda. Que ela seja hoje a sentinela dum futuro comum para uma Ibéria que é um dos pólos desta Europa onde todos nós queremos estar e, onde querendo ou não, já estamos.

Do Portugal emigrante ao Portugal europeu ³

Mas naquela hora, para Anacleto e Felismina, foi como se lhes anunciassem a beatitude à mão direita de Deus Padre, e com os anjos em volta.

Aquilino Ribeiro

A Casa Grande de Romarigães

O futuro não o guardamos em casa, perde-se, dispersa, entre a mera morte e a passagem.

Paulo Teixeira

Nos começos de um lindo mês de Maio de um ano memorável, a “France-Culture”, que é um pouco o espelho da França, relatava aos seus ouvintes a odisseia de um homem comum, que se tornara o símbolo da nossa aventura de portugueses comuns neste vasto mundo. Pareceu-me muito mais que uma coincidência.

Como se de uma estrela apagada há quatro séculos ressurgisse, em terras de França, após uma longa ausência, a voz de uma cultura que encontrou na Peregrinação de Mendes Pinto a narração de um périplo ao qual a imagem de Portugal permaneceu sempre ligada. Mendes Pinto não é exactamente uma espécie de Ulisses dos pobres. O autor da Peregrinação não é de todo Ulisses, rei e herói de lenda antes da sua peregrinação imposta pelos deuses. A deambulação de Mendes Pinto, paradigma de todas as peregrinações futuras dos portugueses, foi determinada pela necessidade, pela simples vontade de sobreviver, de salvar a vida, num mundo perigoso e, sobretudo, num mundo de pobreza. Muito mais que o próprio Camões, nosso herói na literatura e na vida, também ele, deportado como Portugal inteiro, sensível às miragens do Oriente, Mendes Pinto é, em si só e para sempre, o Portugal-Emigrante. É porventura mais que um acaso se as suas narrações lendárias se estendem neste espaço de luz escrita a que chamamos França, num momento em que se assiste, a nível simbólico e a nível da história, ao regresso de Portugal a

³ In *Um país de longínquas fronteiras* (2000), Guarda: Câmara Municipal da Guarda.(texto escrito entre Paris e Vence, em Maio de 1992)

esta Europa de quem foi o primeiro a afastar-se, muito antes de Colombo conduzir o destino europeu para margens desconhecidas.

O nosso país, desde muito cedo encravado entre Castela, o Islão e o mar, emigrou sempre. Talvez não estejam muito errados aqueles que apenas vêem nos Descobrimentos a expressão gloriosa de um fenómeno mais profundo e ininterrupto a que chamamos Emigração e que, não sei bem porquê, nos obstinamos, sem dúvida para o enobrecer, a chamar Diáspora. Somente os judeus portugueses se podem reclamar deste destino de ressonâncias tão trágicas. O nosso, para além desse momento doloroso, foi mais modesto. Foi o de um povo emigrante e migrante, disperso pelos quatro cantos do mundo, como se nunca tivesse saído de sua casa. É neste sentido que a nossa história é a do Portugal-Emigrante, cuja última metamorfose teve lugar há trinta anos atrás, desta não para outros continentes, mas para a Europa que, estranhamente, se tornou, na segunda metade do século xx, num continente de imigração.

Durante séculos foram os europeus a emigrar e, de entre eles, os portugueses foram os primeiros. Presentemente, a Europa transformou-se no continente para o qual, como se de um *Eldorado* se tratasse, a humanidade emigra.

Ainda não reflectimos o suficiente sobre esta nova situação em que se encontra a Europa. E quase nada reflectimos, parece-me a mim, sobre a última – esperemos que seja a última – aventura de Portugal como nação migrante. No entanto, esta nova emigração mudou não apenas as nossas relações tradicionais com a Europa – em particular com a França, espaço privilegiado dessa emigração – mas também a imagem dos portugueses relativamente a si próprios.

Tendo sempre emigrado, os portugueses haviam assumido esse destino, ou essa fatalidade, à imagem positiva que eles fazem de si mesmos e ao papel que desempenhavam, ou julgavam desempenhar, sobre o palco do mundo. Ao partir para o Brasil, os Estados Unidos, a Argentina, a Venezuela, ou indo para as nossas antigas colónias, os nossos emigrantes seguiam, involuntariamente, o percurso dos antigos descobridores. No anonimato e com discrição, eles prolongavam a epopeia, o dever de se espalharem pelo mundo, não apenas para aí refazerem as suas vidas, mas também para aí desempenhar, em unísono com os outros europeus, um papel civilizador ou, pelo menos, de comando. Com sucesso ou sem ele, esta emigração assegura, à sua maneira, a

presença de Portugal no mundo, em termos que não obscureçam a mitologia lisonjeira do nosso universalismo de povo instalado, desde o século XVI, de Macau a Malaca, e de Ceilão ao Brasil e à África. Em suma, desempenhamos sob um modo menor – escondendo cuidadosamente o reverso doloroso desta dispersão forçada – o nosso mítico papel de “colonizadores”, os primeiros e os últimos, na ordem do tempo, da Europa moderna.

É toda esta mitologia, ao mesmo tempo histórica, ideológica e cultural, que a nova emigração – aquela que se fez para a Europa – alterou, à primeira vista, de maneira profunda. “Europeus” que emigram para a Europa: o simples enunciado deste facto deixa-nos sonhadores. Nós não somos os únicos europeus a ter emigrado para a Europa por razões estritamente económicas. Antes de nós, já havia polacos, ucranianos, italianos, espanhóis. Para ser rigorosos, deveríamos falar de “migrações”, como aconteceu na Europa e na Ásia durante séculos. Mas a designação escolhida, um pouco absurda, acabou por se revelar justa. Polacos, italianos, espanhóis, e portugueses depois deles viveram estas migrações como emigrações verdadeiras, como se tivessem atravessado oceanos, vindos de uma Europa à margem da verdadeira, da rica, da poderosa Europa. Em todo o caso, uma outra Europa. Numa perspectiva unicamente económica – aquela que determina, explica e condiciona o fluxo migratório –, o fenómeno colocava em evidência aquilo a que mais tarde – e ainda hoje – se chamaria a Europa a duas velocidades. Não sei como é que os outros europeus viveram esta experiência, particularmente dolorosa, em termos de identidade, de simbólico e de imaginário, de uma emigração para o seu próprio continente descoberto como outro continente. Nós, portugueses, vivemo-la, como seria de esperar, à maneira portuguesa, negociando os nossos sofrimentos, as nossas humilhações, as nossas deficiências de língua ou de *savoir-faire* mas também as nossas novas relações com o outro, ao mesmo tempo de inveja e de sedução, da forma mais discreta, mais suave possível. Diz-se mesmo que nos fundimos com a paisagem. Talvez seja verdade, mas apenas no sentido estratégico, característico de alguém que não deseja ser localizado. Enganamo-nos quanto à tão famosa capacidade de adaptação dos portugueses para se tornarem «outros», para a qual Fernando Pessoa já encontrara uma expressão mítica. Todos aqueles que os conheçam sabem que os seus disfarces, como os de Woody Allen, são apenas o método mais retorcido de representar para consigo próprios, e para com os outros, a comédia

da super-identidade: ser tudo de todas as formas, maneira sublime de ter um ser real e, talvez, de imitar Deus.

Os portugueses dos anos 60 que atravessavam o mar terrestre que os separava do *Eldorado* francês, não eram seres sofisticados como Pessoa, ou como, antes dele, as centenas de intelectuais que haviam sonhado com o estrangeiro – e, particularmente, com a França – como terra de exílio ou de liberdade de espírito. Eram apenas gente simples, conhecedores das dificuldades da vida e a quem tinha sido dito que as novas Índias, o novo Brasil, os incríveis Estados Unidos dos sonhos mais loucos se encontravam à mão de semear. Só tinham que dar um passo, o salto que, mais do que um risco de insucesso, era uma aventura que eles não conseguiam adivinhar até que ponto modificaria, não apenas as suas vidas reais, mas mais do que isso, o ancoradouro simbólico num passado e num discurso identitário multissecular. Como é que eles podiam supor – embora vivendo-a na sua carne – que a nova emigração, da qual eram eles os actores, significava, de facto, uma mudança, e mesmo uma inversão de sinal, do nosso antigo destino de povo emigrante? De repente, os filhos do povo descobridor, os soldados rasos da aventura colonizadora, e com eles o país europeu que tão bem soube tapar dos olhos do mundo a sua pobreza, eram relegados ao papel de estivadores da Europa.⁴ Há trinta anos atrás, este facto não era um elogio – era uma constatação. Hoje em dia, aplica-se a metáfora aos professores auxiliares dos liceus ou às pessoas do mundo televisivo que não sejam vedetas. Não se sabe bem se são os «estivadores» de outrora que subiram de categoria, ou se os educadores ou os sacristães do efémero desceram aos porões da História.

Dessa emigração-exílio, vivida pelos intelectuais, pelos romancistas, pelos poetas, temos alguns testemunhos dilacerantes, sobretudo na obra de Rodrigues Miguéis. Mas a ferida permanece frequentemente escondida, mesmo sob o sarcasmo raivoso, como é o caso de Jorge de Sena, ou do lirismo sombrio ou irónico de poetas que viveram no exílio, como Casais Monteiro, Echevarria, José Augusto Seabra, Alberto Lacerda, Alfredo Margarido ou João Camilo. Todo o exílio é duro de viver, não tanto relativamente à terra que nos acolhe, mas relativamente àquela que perdemos duas vezes, abandonando-a quer se queira, quer não. Não esqueçamos que a sublimação

⁴ Subtítulo de um conjunto de obras consagradas à emigração portuguesa na Aquitânia. Ed. da Maison des Sciences d'Aquitaine, Bordéus, 1990.

moderna da saudade – a promoção mítica que se associa ao nome de Portugal – nasceu nas margens do Sena, sob a pluma de Almeida Garrett, menos como sofrimento imposto pelo contacto com a cidade-luz, do que pela recordação de uma Pátria onde, então, não sabia bem viver.

Os nossos emigrantes – pelos menos os primeiros – não possuíam nem tempo, nem meios para dar uma forma a esse drama de desenraizamento ou às dificuldades naturais de um enraizamento improvável, conseguido, mais tarde, pelos seus filhos. Eles não tinham partido, como o haviam feito os nossos poetas românticos, para esperar que a sua pátria voltasse a ter uma alma. No seu espírito, esse grande êxodo podia ser antes comparado a uma colossal migração sazonal. Atrás deles, a porta da casa permanecia aberta. A França não era uma nova Babilónia. Iam para lá na esperança de dias melhores. Pouco a pouco, habituavam-se a viver em França – ou noutro local – como alunos à espera das férias. Os regressos barulhentos, nos meses de Verão, que, durante algumas semanas, transfiguravam a vida, ainda rústica, do país natal mudavam-nos ainda mais. De «estivadores» da Europa aqui, transformavam-se em tios da América lá. Nada custou mais às primeiras gerações de emigrantes que esta metamorfose. Da França, terra de acolhimento, receberam, quase de imediato, para além de uma solicitude interessada, o respeito e o reconhecimento. Com a mãe-pátria as coisas foram – talvez ainda o sejam – mais complexas e mais duvidosas. Queríamos o seu dinheiro, mas não aquela imagem projectada no écran europeu de um povo pobre, um pouco perdido na gare de Austerlitz, antes de encher, já novo-rico, os aeroportos futuristas da França e da Alemanha. O Portugal oficial da época escondeu durante muito tempo este fenómeno, esta sangria que não podia evitar, mas da qual muito depressa compreendeu poder tirar grandes benefícios.

Todavia, Portugal inteiro – aqueles que tinham ficado – escondeu ainda mais profundamente o fenómeno da emigração ascendente, da emigração bem sucedida e, por fim, feitas as contas, da emigração triunfante.

Só Deus festeja os filhos pródigos. Os homens têm grande dificuldade em aceitar aqueles que regressam a casa com os braços cheios de presentes, como o fazem os nossos emigrantes em férias. Estes sabiam que tinham que fazer-se perdoar, não dos seus pecados – ou seja, do seu sucesso –, mas do ressentimento de uma pátria incapaz de os reter e, agora, espantada com o seu êxito.

Durante os anos 60, o Portugal que emigra é um país pobre. Não era o único na Europa. A Grécia, a Itália, a Espanha eram-no tanto quanto ele. Mas este país pobre tinha um império. Muitas vezes, sem que disso tivessem consciência, o dinheiro dos emigrantes serviu para sustentar as últimas muralhas de uma fortaleza imperial cercada por todos os lados. Quando ela caiu, os emigrantes estavam mais ricos e Portugal menos pobre. A velha emigração tinha acabado. Ela tinha contribuído, mais do que qualquer outro fenómeno, para a metamorfose de *Portugal-pobre* em *Portugal-rico*, mas desejoso de se sentir mais à vontade numa Europa que se tornara o seu horizonte irreversível, e onde, paradoxalmente, os nossos emigrantes e, sobretudo os seus filhos, começavam a ser considerados exploradores modernos, completamente portugueses-europeus, e não somente, como desde há séculos, portugueses que sonhavam com a Europa.

Esta mudança visível, que se acentua com a adesão oportuna do pequeno Portugal à «grande Europa» que inicia o seu voo, merece que nos detenhamos nela um pouco. Por um desses efeitos de ilusão retrospectiva Bergson, é que podemos estabelecer agora, uma espécie de elo genealógico, quase causal, entre o antigo *Portugal-Emigração* (o dos anos 60 e parte dos anos 70) e o novo *Portugal-Europa*. Ninguém sabe muito bem o que significa ser europeu, e os portugueses, que foram hiper-europeus outrora, através do seu mítico papel descobridor, sabem-no talvez menos do que ninguém. Como toda a gente – pelo menos até aos temores suscitados por Maastricht – Portugal, que neste momento preside à União Europeia, brada: «Europa! Europa!» ele grita mais forte do que qualquer outro país entre os doze – com excepção talvez da Grécia – porque nenhum tirou tanto proveito da sua providencial adesão à Europa rica. Mas o seu coração está lá? Sim e não. Portugal – como de resto quase todos os outros países que não são, por direito divino da História, da Europa da riqueza ou do poder – França, Alemanha, Holanda, Bélgica – só é europeu em Portugal. Ele quer a Europa, ele deseja-se Europa, mas em Portugal. Se ele fosse tão poderoso como a Inglaterra talvez manifestasse, perante a Europa, as mesmas reticências da sua velha aliada. No âmago de si, muitos portugueses acreditam, como outrora Unamuno, que a sua vocação os arrasta menos para uma «europeização» segundo os desejos de Ganivet, de Ortega y Gasset, de Antero de Quental ou de Sérgio, do que para uma «portugalização» da Europa. Nós não abdicamos dos nossos

sonhos, dos mais provincianos aos mais sublimes, como o do Quinto Império. Povo de sonhos maiores do que ele, Portugal desejaria estar dentro e fora desta Europa que escolheu, que não poderia ter deixado de escolher, ou antes, que já o escolheu a ele, como a muitos outros. Mas a escolha que, de certo modo, nos foi imposta, esta escolha que, a nível de interesses, nos enriquece e nos encanta, essa escolha foi realizada pelo *Portugal-Emigrante*, em actos, sem pensamento reservado, político, ideológico ou cultural.

De certo modo, foi ele que nos precedeu. Ao cabo de trinta anos, sem que o português médio desse conta da mudança, foi o novo português-europeu que, sem o querer, pelo simples facto de estar lá, no «coração da Europa», nos instalou verdadeiramente nela. No fundo, foi ele que incentivou – mesmo nos menos receptivos – a ideia de que tornar-se europeu, caminhar no sentido da futura Europa, não era, apesar de tudo, uma opção muito má. Os portugueses constituem uma curiosa mistura de idealismo onírico e de pragmatismo rasteiro. Embora pagando o preço, a nossa identidade não sofreria mais do que sofreu a identidade, a figura e o comportamento do antigo emigrante, em confronto com a Europa culta, ordenada e, sobretudo, rica.

Contudo, a conversão – se houve conversão – não era fácil, ou não é ainda fácil. Com efeito, o fenómeno emigrante não nos aproximou – sob o plano cultural e simbólico – da Europa, ou seja, da França, para nós, portugueses, objecto multissecular do nosso fascínio, do nosso sonho e da nossa desconfiança. Isto pode parecer excessivo, mas penso ser verdadeiro: o fenómeno da emigração contribuiu para atenuar o papel da França como referência incontornável da nossa cultura. Talvez haja que acrescentar que isso sucedeu, no mundo ocidental, com a emergência, mais ou menos irresistível, do modelo americano, mesmo no seio da cultura francesa. Seja como for, tudo se passou como se o emigrante e, mais largamente, a cultura emigrante tivesse banalizado entre nós a imagem da França nivelando-a, se assim se pode dizer, por baixo. Era ainda uma maneira mais ou menos subtil para o Portugal dirigente e cultivado recusar a sua imagem como imagem emigrante. Preparada e pronta, surgiu então nos écrans de televisão, nas páginas das revistas, através da colaboração dos «scholars» formados em Oxford, Harvard ou Berkeley, ou, a nível mais popular, mas não menos irresistível, graças à cadeia da Globo, uma outra cultura perante a qual o antigo discurso parisiense se tornou menos brilhante do que outrora. Um dos melhores semanários portugueses

não publica, directamente em inglês, a lista das novidades literárias de Nova Iorque?

Não nos deixemos enganar. Grande número de intelectuais da casa experimentam um certo prazer, direi mesmo, um maldoso prazer, vendo os antigos laços reais da nossa identidade cultural e da cultura francesa um pouco tensos e, em certa medida, desfeitos. Mas nós amamos muito esta pátria de Montaigne, de Pascal, de Voltaire, de Stendhal, de Flaubert, d’Hugo, de Proust e de Sartre, e amamo-la com um amor sem compensação, como o outro, mítico, de Sórora Mariana. Outrora, teci, a respeito daquilo a que chamei «relações assimétricas» entre as nossas duas culturas, considerações que julgo ocioso repetir. E tentei fazer compreender porque, em certa medida, era normal que assim fosse.

Poder-se-ia dizer o mesmo sobre as relações entre outras culturas – as mais ricas da Europa e de outros lugares – como a cultura francesa. Em certo sentido a França não tem imagem: ela é – talvez pelo papel único representado por Paris – todas, ou quase todas, as imagens representadas pela cultura ocidental. Cada país procurou, na sua cultura, o que lhe convinha para a alimentar, despertar ou inventar. As nossas relações com a cultura francesa – e com a França em geral – são antigas, quase regulares e essenciais para a compreensão da nossa cultura, mas também ambíguas e, feitas as contas, misteriosas, porque, num certo sentido, há poucas culturas tão distantes uma da outra como a francesa e a portuguesa. Portugal é um «país mágico» e um país de milagres quotidianos. Em França também existem, mas há, e houve sempre, Bayles, Voltaires e Zolas para deles troçar. Ultimamente, Raul Ruiz – chileno baptizado, momentaneamente, português – escolheu para um seu filme «incompreensível», de um onirismo desvairado, um personagem francês ávido de milagres em série. A acção situa-se no Alentejo. A escolha é fabulosa: há dezoito anos, um velho povo árabe-cristão tornou-se, de um dia para o outro, «marxista». O inverso não é de excluir. Esta história agrada-me e, presente-mente, qualquer história um pouco exótica, de Wim Wenders a Alain Tanner ou a João César Monteiro, encontram o seu lugar privilegiado no nosso lírico país. O devaneio francês é transparente. Não só o de Rousseau, mas também o do surrealismo, o mais metódico devaneio jamais concebido. Também a este título – sobretudo a ele – as relações das nossas duas culturas só podem ser «assimétricas». A balança pesa, talvez providencialmente – como único meio

de equilibrar uma cultura tão estruturalmente sonhadora como a nossa – para o lado da França.

Com este pano de fundo – possivelmente gerado por puro delírio – que pensar do imaginário recíproco de Portugal e da França, tema entrevisto por mim como hipotético? Em geral, os portugueses queixam-se da não reciprocidade, ou antes do *déficit*, como se diz agora, de reciprocidade, entre a atenção prestada pelos portugueses à França, e à sua cultura, e aquela que os franceses e a sua cultura dispensam a Portugal. Que a França esteja mais presente em Portugal do que Portugal em França, em termos de consideração, imitação ou influência, tornou-se um lugar comum, decerto fundado em números estatísticos. De facto, nem os franceses, nem os portugueses se interessam muito uns pelos outros. Contudo são ainda os franceses que testemunham maior interesse pelos autores e artistas de Portugal. Teríamos muita dificuldade em encontrar, em Portugal, uma atenção tão qualificada dirigida às grandes figuras da cultura francesa. Onde se encontra, então, a carência de reciprocidade? De facto, esta expressão procura sublinhar que a imagem ou o conhecimento que o francês médio tem de Portugal e da sua cultura é vaga, intermitente, sem relação com a importância, o brilho e a ressonância que nós lhe atribuímos. E, sobretudo, sem a menor proporção com o peso e a irradiação que a imagem da França e da sua cultura possui no nosso imaginário. Trata-se, talvez, de uma destas querelas que somente tem um motivo – nós próprios – ou seja, no fundo, uma falsa querela. Todavia, se ela tem um sentido, o seu desafio ultrapassa largamente o domínio das coisas que podemos compreender. As relações das culturas, como as dos seres, mudam sem cessar. O mal-estar causado outrora pelo apagamento da nossa cultura no horizonte francês não é hoje o mesmo e os nossos ressentimentos começam a apagar-se, particularmente no domínio das imagens. Se no decurso dos últimos trinta anos, por razões já invocadas, a imagem da França parece menos brilhante ou mais ausente da nossa cena cultural, a de Portugal em França adquiriu, pelo contrário, contornos e um relevo mais nítidos. Por um lado porque somos Europa, Europa de pleno direito. Por outro, porque de um modo talvez ainda insuficientemente sentido, uma parte da substância portuguesa tão naturalmente se alimenta sem cessar a cultura francesa. Pertencentes às segunda e terceira gerações, são cada vez mais numerosos os portugueses – franceses ou os portugueses-europeus – artistas de teatro,

músicos, jornalistas, realizadores, homens de televisão – que se incorporam, por assim dizer fisicamente, ao novo genérico da França. Reside possivelmente aí a verdadeira reciprocidade, um diálogo vivido de dentro. Mais amada do que a presença das nossas «stars» – artistas como Maria de Medeiros, Maria João Pires, Pomar, Emanuel Nunes, Manoel de Oliveira, Ana Salazar, Fiadeiro, Saramago ou Vergílio Ferreira – que, com tanto sucesso, representam Portugal na França ou na Europa – são os novos europeus-portugueses, ou seja, o novo Portugal europeu, que estão mudando a velha relação entre a cultura portuguesa e a cultura francesa. Mas não nos enganemos. Nós ainda nos encontramos somente no alvor de uma reciprocidade digna deste nome, aquela que ultrapassa, do interior, duas culturas de pesos tão diferentes, gerindo cada uma, à sua maneira, a sua herança de universalidade ainda prisioneira de antigos fardos, ancorada e ultrapassada, simultaneamente, pelo movimento mais profundo que Edgar Morin evoca como cultura planetária. Na história deste processo de consciencialização planetária, Portugal e a França representaram, separadamente e em conjunto, um papel de relevo. Não há razão para pensar que na nova reciprocidade universal, suportada ou assumida, a cultura de Camões e a de Montaigne não continuem a permuta das suas riquezas, dos seus encantos e até das suas omissões. Nós estamos atentos para os evocar e, se possível, para os reparar.

Navegadores por ruas estrangeiras⁵

Ninguém estranhará que uma terra de fronteira – um cais como um outro – se lembre de consagrar à indizível vivência em terra alheia, esta antologia de acasos, ligados entre si pelo fio ténue e fundo das diversas maneiras de perder pátria, e de inventar, através do que em nós é sofrido, e às vezes até desejado como exílio, larga ou breve ausência ou definitivo adeus ao que se deixou e nunca nos deixa. Nem tudo neste rosário de vivências como “outros”, só por não estarmos em casa, releva da já muitas vezes glosada, aventura emigrante. Antes se poderia falar de uma espécie de memorial de um nomadismo mais arcaico tornado quase destino, se não vocação, num povo que ao largo dos séculos derivou ao longo de mares e continentes, por vontade própria, sem nunca encontrar, fora dele, um outro rosto diferente do que levou. Também se podia falar – e com impropriedade se fala – de Diáspora, dispersão dolorosa através do mundo, nunca aceite, se alguém, tragédia da História ou tirania monstruosa, nos tivessem imposto um destino errante e de errância.

Tudo foi sempre, relativamente suave, no que às vezes somos tentados a mitificar como Diáspora. Já o escrevi: nenhum Tito nos expulsou do templo Portugal ou das pátrias escritas em português. Saímos à busca do mundo, para demandar eldorados imaginários, ou apenas “recursos de vida” como diziam, com toda a inocência, os nossos bandeirantes no Brasil do século XVIII. Com não menos inocência, sob o tom épico, lá se diz, nos *Lusíadas*, que “não são para mandados” os portugueses. Assim se confessa que “somos para mandar” e, sob este lema ou nesta convicção, fomos ao encontro dos outros, em última análise “para mandar” mesmo quando, no melhor dos casos, isso queria dizer sobretudo não ser mandados. Este fio, vermelho ou negro, como se preferir, entretece aquela trama épica que nós confundimos com a nossa própria História enquanto descobridora, colonizadora e depois, mais tranquilamente colonial.

A vivência de nós como “outros”, aquela a que a moderna emigração deu origem, embora entrelaçada com a antiga, é de uma outra configuração. Tudo se passa como se fôssemos não uma, mas duas Histórias. E, na verdade,

⁵ Introdução ao livro *Identities fugidias* (2001), Guarda: CEI / Câmara Municipal da Guarda.

o somos. A maioria das páginas desta antologia, que pela qualidade e diversidade surpreenderão os leitores, só tem que ver com a segunda História, a nossa, se não como “mandados”, já não como “mandantes”. Mas as duas Histórias interferem. A nossa maneira de ter ainda pátria, depois de deixada e até de perdida, tem muito a ver com aquilo que fomos quando tínhamos uma pátria maior que a verdadeira, como um sol no meio do mundo. Nem por outra razão, milhões dos nossos emigrantes, que pouco ou nunca o leram, se reúnem em “arcas de Noé pátrias”, baptizadas com o nome de Camões. Aí preservamos, magicamente, a essência mesma de tudo o que abandonámos ou perdemos. Por causa desta nossa absurda e sublime “hiper-identidade” guardamos, mesmo nos extremos de dúvida e desespero, “a lembrança de Sião e tudo quanto nela passámos” e, com ela, o caminho de casa. É o que relembra, abrindo esta antologia, Manuel Alegre. É também aquilo que das mais imprevisadas maneiras, mesmo quem tem menos razão – ou nenhuma – de se sentir tão camoniano como nós (ou talvez mais, em outro registo) nos é lembrado, como se fosse de todo novo, nestas plurais vivências de não estar em “nossa casa”, que podem ir desde a nostalgia sorridente de Germano de Almeida, à evocação perplexa de Mia Couto ou ao testemunho dilacerado e dilacerante em Paulouro das Neves.

Não se nasce português impunemente. Mas só os que deixaram alguma vez de reconhecer nos olhos alheios aquela espécie de “identidade divina”, que só pelo simples facto de serem portugueses imaginavam sua, conhecem o preço dessa predestinação. Viver com tanta paixão o elo que os liga à pátria – ou melhor, à terra, no sentido mais arcaico do termo – do que os portugueses, é difícil porque essa paixão é o nome mesmo da sua identidade. Não serão os únicos. Mas para eles – desde aqueles que vivem essa identidade em termos viscerais até aos que podem distanciar-se dela pensando-a, – a súbita ofuscação desse laço é uma experiência de morte. A nossa vivência identitária é pouco mediada pelas mil e uma figuras, comportamentos sociais e culturais que lhe dão uma consistência e uma estrutura mais coerente e, em última análise, mais resistente do que a visceral ou emocional.

Ninguém emigra para ir ao encontro do outro, quer dizer, de alguém ao fim e ao cabo semelhante a nós. O “encontro do outro” é antes de mais o desencontro connosco. E para o saber não é preciso sair, em sentido próprio, da nossa pátria. Basta sair do que chamamos a nossa casa. Sartre em *Les Mots*,

Pessoa na sua poesia, descrevem bem essa queda, essa perdição do paraíso que os outros, o mundo como mundo “dos outros” significa. Por instinto, os nossos emigrantes saíram em grupo. Diferiam quanto podiam o encontro com “o outro”, aquele que não vos compreende, nem sabe o vosso nome. É aí que a verdadeira diáspora começa. Perdemos o nome. Por isso mesmo, o nome pátrio adquire então uma magia, um fulgor que o aconchego doméstico nem de longe deixava prever. O exílio, a emigração, a expatriação, a vida entre “gente remota” é quase, desde o início, já um regresso. Mas antes de tudo, embora às avessas, a revelação da nossa identidade. Em casa não precisávamos dela. Tínhamos a colectiva para nos identificar. Apenas passamos a fronteira da língua, dos gestos, dos costumes, começa a nossa desidentificação.

Mia Couto intituiu a sua lúcida e dolorosa reflexão sobre o “ser africano” ou o “ser branco” – sob o fundo de serenidade – de “identidades fugidias”. Todas o são. E até precárias. Mas não é assim que elas se vivem. Uma identidade é um mito ou não é nada. Enquanto realidade histórica ou empírica, um nada a desfaz. Também é isso -ou pode ser ou acaba por ser – uma autêntica emigração. Sem querer, o tempo corrói aquilo que supúnhamos que era em nós como a natureza mesma. Tudo se altera ou até se perde. A começar pela língua, coração único de todo o sentimento ou realidade identitária. Mas se a memória do que se foi – o mito – permanece, ou não está de todo morta, sempre o milagre de algum regresso a casa é possível. Como um milagre, não como um prémio.

Há nesta antologia textos que são, pleonasticamente, isso mesmo, de antologia. Alguns são de obras já publicadas como os dos poetas Manuel Alegre, Eugénio de Andrade, Fernando Echevarría. Outros, páginas de romances como a realista e pungente evocação do nosso Toronto emigrante por João de Melo ou a fantástica evocação do trotamundos mágico de *O Vale da Paixão* de Lídia Jorge. Nenhum texto é indiferente nesta calorosa colectânea, em torno do que, por definição, é tão indiscutível, esta descida ao poço sem fundo da nossa vida que de si mesma se sabe ausente e repartida, mesmo se essa vivência pode ser evocada com absoluta (quase ...) ausência de «pathos» em apenas duas páginas por Fernando Venâncio. Ou com um «pathos» dominado e comovente em João Aguiar, versão contemporânea daquele singular destino da Maria do *Frei Luís de Sousa*, que morria de pura tristeza. Morrer por já não ter pátria que mais morte de puro triste, como

dizia um poeta do nosso Cancioneiro, que aquela que ele evoca em Agostinho do Rosário? Como pano de fundo, o pequeno texto de Américo Rodrigues inscreve estas ausências, no silêncio muito seu do grito. Esta colectânea será para muitos leitores uma ocasião de descobrir sob feição novos autores que, por distantes da pátria, apesar de conhecidos, não gozam ainda daquela reputação que visivelmente merecem. E por acaso de distraída atenção ou incúria, aqui se notará a ausência de «virtuosos» de exílios ou diásporas, douradas ou não, como Hélder Macedo, Eugénio Lisboa, Onésimo de Almeida ou Luís Sousa Rebelo, ou por dever de ofício, de gente como Marcelo Mathias, Paulo Castilho ou José Augusto Seabra. E porque não o autor de “Natureza Morta”, José Augusto França? As belas páginas em que Amadeu Lopes Sabino evoca o seu antigo destino clandestino tocam de maneira original a vivência de si como estrangeiro, amarga como muitas, mas como poucas, libertadora. A aventura de quem sai de casa e encontra o mundo de onde melhor verá a casa.

Nem tudo é tragédia ou drama na nossa navegação de acaso ou escolha forçada em ruas estrangeiras. São muitas as «canções do destino» errante. Nenhuma mais surpreendente que a evocada no texto com esse título por Katherine Vaz. Ela mesma não partiu de nenhum cais como aquele de onde partiu o navegador português de ruas alheias. Americana de ascendência açoreana acordou, por assim dizer no alto mar, lá fora, mas cerca dos seus, espécie de ilha colectiva que nunca a deixaria sentir-se estrangeira. Quem é estrangeiro na América? O leitor descobrirá nas suas páginas, não apenas uma autora de uma originalidade indiscutível, como um outro olhar sobre «o estrangeiro» em nós. Na Califórnia, entre os outros como em casa, uma tardia história de amor ilumina retrospectivamente um passado de ausência com fundo de tristeza. Para viver uma história como esta vale a pena sair de todas as casas. Mesmo daquela que por excelência, chamamos a nossa casa. Há «gente feliz com lágrimas». E mais feliz ainda sem elas. Lá fora, entre os outros, a maravilhosa avó da narradora, não precisa de voltar a casa como todos nós, banais ou sublimes Ulisses. Está no centro de todas as casas, no espaço sem fronteira do amor. Não será fácil para os leitores desta antologia da errância esquecer a não errância daquela açoreana dotada para a felicidade. Nem o encanto com que nos é contada. Que mais não houvesse – e muito há – essas páginas onde descobri um autor valem a singular navegação, onde estrangeiros nos sentiremos acompanhados.

CEI. PRÉMIO EDUARDO LOURENÇO

Todos nós ibéricos⁶

Por ocasião do Oitavo Centenário da nossa cidade surgiu a ideia de criar nesta velha terra de fronteira entre Portugal e Espanha, um Centro de Estudos Ibéricos. A sugestão teve a boa fortuna de ser apadrinhada, de um lado e de outro dessa histórica fronteira, pelas duas instituições que, ao longo dos séculos e, em prioridade, foram um modelo da universidade peninsular: Salamanca e Coimbra. Sem esse patrocínio, não poderia ser levado a cabo o ambicioso projecto concebido para esse Centro: o de contribuir, não apenas para um renovado conhecimento das diversas culturas da Península, mas para o estudo da Civilização Ibérica como um todo.

No estado actual do mundo, ameaçado ao mesmo tempo da uniformização em termos de tecnologia e de disseminação em termos de identidades culturais sobre si mesmas fechadas, a Península Ibérica oferece um exemplo raro de uma Comunidade Cultural de longo passado comum e de heranças partilhadas que a institui como um dos espaços privilegiados onde se joga o sentido da História presente e futura. Já é tempo de cultivar essa vinha comum com um interesse e um fervor incomuns.

A sombra tutelar de Oliveira Martins, criador do próprio conceito de Civilização Ibérica e autor da História dessa mesma civilização, inspira este projecto. Sabemos como Unamuno o admirava e comungava no mesmo ideário Ibérico. Mas o que era apenas ideologia ou visão há mais de um século é hoje conveniência e imperativo dos novos tempos.

Ao conhecimento e à clara visão do que foi e continua sendo a versão peninsular da Europa se deve votar o nosso Centro de Estudos Ibéricos tanto mais que dela faz parte integrante a primeira, e até hoje nunca ultrapassada, vocação planetária da mesma Europa.

O que foi sonho do mundo merece ser repensado para saber melhor quem fomos, quem realmente somos e quem podemos ser. Todos nós Ibéricos.

⁶ Intervenção proferida em Abril de 2001, in Revista *Iberografias*, nº 1 (2005). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Agitadores do espírito ibérico⁷

Estou aqui apenas como a pessoa que, por ocasião das Comemorações do Oitavo Centenário da nossa Cidade, teve a ideia, talvez um pouco onírica, de imaginar que, aqui, nesta cidade tão bem colocada, como uma espécie de centro estratégico entre Portugal e Espanha, se poderia imaginar um centro onde se reflectisse sobre as relações ou não relações dos povos da Península. Na verdade, esta ideia teria morrido no momento mesmo em que a iniciiei, se não estivesse na assistência o Sr. Presidente da República, a quem a ideia agradou. Já se sabe que só o poder tem força mágica para levar uma simples ideia a um começo da realidade! Estava também presente, a cara Presidente da Câmara, Dr.^a Maria do Carmo Borges, que “tomou a peito” o projecto e com os seus colaboradores deu corpo a esta ideia. É sobretudo a eles que se deve a passagem de uma simples ideia à realidade, que já é, e que vai ser concretizada com a inauguração da sede do Centro de Estudos Ibéricos – no princípio pensado como uma espécie de instituição com ambições mais vastas, mas que, provavelmente, não poderiam alcançar-se numa cidade como a nossa. Este projecto começou a ter possibilidade de existência com a ideia de que a Guarda não estaria sozinha, mas seria sim o lugar de articulação, na ordem cultural, entre os dois grandes povos clássicos da cultura da nossa Ibéria, que são Coimbra e Salamanca.

É uma honra que uma ideia tão simples se possa concretizar, porque, de facto, Coimbra de um lado e Salamanca do outro permitem, com a sua participação, dar um começo de vida e existência a essa ideia peregrina, mas muito enraizada em mim.

Em criança entretive-me, como Charlie Chaplin num célebre filme, a caminhar de um e outro lado da real e imaginária linha que separa o pequeno reino lusitano da imensa Espanha apenas adivinhada. Foi a minha primeira vivência da fronteira! No fundo, não desejava aboli-la. As fronteiras definem-nos... Talvez este jogo inocente tenha inspirado, inconscientemente, a sugestão de onde veio a ideia de um centro ou de uma instituição que abolisse,

⁷ Proferida por ocasião da inauguração da sede do CEI, Em Setembro de 2005. In *Revista Iberografias*, n.º 2 (2006). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

na ordem do imaginário, que é a da cultura, não tanto esses estóicos litígios que, durante séculos, separaram, na ordem política, os dois povos da ibéria e que são, de algum modo, a condição da identidade de ambos, mas o menos aceitável desconhecimento ou insuficiente conhecimento que portugueses e espanhóis tiveram uns dos outros, sendo, como Oliveira Martins mostrou, dois ramos da mesma árvore ibérica. Mais se tornaram quando, tendo saído ambos das ocidentais praias de Lisboa e de Sevilha, ilustraram essa dualidade gémea do Oriente ao Peru. Esse é, há cinco séculos, o autêntico espaço da famosa civilização ibérica, de conquistadores conquistados e transfigurados por essa saída pelo mundo, tão ou mais aventurosa que a de D. Quixote.

Abolir as fronteiras ou torná-las de símbolo de separação em sentido de mútua imolação, foi a ideia que presidiu à criação do Centro que, hoje, será oficialmente inaugurado.

O essencial do projecto, modesto nos meios, mas ambicioso nos fins é, em última análise, o de pensar em comum a hora de uma Península que é, hoje, muito diferente do que já foi. Uma Península que reocupou o seu lugar na Europa, numa versão diversa da que foi a nossa no Século de Ouro, e que se encontra confrontada em conjunto com desafios de dimensão planetária de um género novo.

Celebra-se, este ano, o quarto centenário de um livro que é, não só o espelho e a honra de Espanha, mas o espelho de uma universalidade e humanidade incomparáveis. Nele se consignou, com alguma melancolia, a morte de um sonho que foi comum a Portugal e a Espanha durante séculos e cujo ecos não se extinguiram. Esse sonho prosseguia do que se chamou o espírito de cruzada que da Idade Média nos vinha. Nesse sentido, D. Quixote era já o seu *requiem* e nós, os vivos, celebramos os *requiens* para que os mortos ressuscitem e não para consagrar essa morte. No sentido Clássico, esse cruzeirismo não pertence ao espírito do nosso tempo, mas não é razão para que morramos de melancolia como o herói sublime.

A cruzada ibérica é, hoje, outra. Não é a do sentido camoniano da fé e do império, nem é essa cruzada dos céus da ficção imortalizada por Cervantes, mas é aquela que impõe o estado de uma sociedade de poder e conhecimento em luta pelo domínio da Natureza, mas mais ainda em luta pelo Mundo, que saiu do domínio da Natureza por nós inaugurado pela era cartesiana, pelo racionalismo moderno, que afastou, pouco a pouco, o homem da relação

idílica que mantinha com a Natureza. Estamos no século da robótica, no século da virtualidade, no século em que a nossa meditação sobre o nosso lugar no mundo mudou de instrumentos e de dimensão. Temos que acompanhar a luta do espírito moderno, que tanto nos custou, a nós peninsulares, dar-lhe uma continuação, que outros povos na Europa estavam dando, depois de nós termos sido aqueles que levámos essa Europa ao resto do Mundo. Agora, somos convidados a escolher um mundo, mas sem saber se a nossa acção e a nossa capacidade de domínio desse Mundo é uma prática que nos salva ou nos condena.

Fui eu que sugeri a criação deste Centro e, agora, deixo mais uma outra sugestão para materializar, ainda mais, a função de elo, entre Portugal e Espanha, que o Centro de Estudos Ibéricos se pudesse, um dia, chamar Oliveira Martins e Unamuno e, assim, ficariam ligados dois grandes vultos da cultura ibérica. Oliveira Martins, porque chamou a atenção para a pouca força com que tematizámos a nossa vida, estruturalmente épica, e Unamuno, porque foi um dos grandes agitadores do espírito ibérico.

Vida Partilhada ⁸

É de crer que a sugestão de criar, numa antiga cidade de fronteira, de velhos pergaminhos, um Centro de Estudos Ibéricos, caiu, em todos os sentidos, na boa terra. Talvez apenas porque as circunstâncias lhe eram propícias. Mas, sobretudo, porque encontrou eco nos responsáveis políticos e culturais que lhe podiam dar vida. Antes de mais, a então Presidente da Câmara, Dra. Maria do Carmo Borges, que a acolheu favoravelmente e o então Presidente da República, Doutor Jorge Sampaio, que logo a apadrinhou. Assim nasceu o Centro de Estudos Ibéricos, propósito e desafio, na aparência insólito, de estabelecer um elo de tipo novo, num tempo novo, o de uma Europa em redefinição do estatuto milenário, entre os dois países independentes e vizinhos, Portugal e Espanha.

Dez anos passaram e o que era apenas uma sugestão e um pequeno sonho de alterar profundamente as nossas mútuas relações de conhecimento (e desconhecimento), começa a receber um princípio de existência. E um pouco mais do que isso. Primeiro, pelo empenhamento nesta iniciativa Trans-ibérica a partir de uma pequena cidade, guardiã secular de fronteiras, e do que nela separa, das duas Universidades que, também, nos mesmos séculos, foram lugar do mais alto ensino e do reconhecimento da Cultura que nos é comum: Coimbra e Salamanca. O Centro não podia existir senão apoiado nos mestres, estudiosos e estudantes desses imemoriais Estudos peninsulares. Historiadores, geógrafos, sociólogos, humanistas, das duas velhas Universidades deram vida e têm animado o jovem Centro de Estudos Ibéricos. Graças a eles, o Centro, junto com as outras instituições de interesse cultural da nossa cidade, tem contribuído para dar à Guarda um papel de mediadora entre as nossas duas culturas peninsulares, tão próximas nas suas raízes, mas distantes no seu convívio histórico concreto. E não era outro o projecto deste Centro, que o de conhecer a sério o que também, com dano mútuo, desconhecíamos.

Nada do que nestes breves anos foi levado a cabo teria sido possível sem o empenho dos responsáveis institucionais e culturais do Centro, tutelado

⁸ *In CEI: Conhecimento, Cultura, Cooperação – Dez anos depois (2010)*. Guarda: CEI

pela Câmara da nossa Cidade. Com rara devoção, o Dr. Virgílio Bento e Dra. Alexandra Isidro têm, durante estes poucos anos de vida do Centro, os decisivos, contribuído para que uma simples sugestão se convertesse em vida partilhada.

Um dom com memória futura ⁹

Raras vezes me senti numa situação tão embaraçosa. Acabo de receber os agradecimentos pelo facto de ter doado à futura Biblioteca, num gesto que pode ser considerado o cúmulo do narcisismo, uma série de livros que, efectivamente, representam alguma coisa para mim, leitor compulsivo de tudo o que é escrito e não apenas livro. Encontrar-me nesta figura de doador no dia mesmo em que recebo de pessoas amigas, de alguns leitores, sobretudo muitos que estão nesta sala, parabéns pelo facto de fazer anos, é uma fatalidade de que eu não sou sujeito. Tantos anos tão leves e tão pesados anos, as duas coisas ao mesmo tempo, assim festejados colocam-me na situação de devedor com tanta mensagem de amizade e de saudação neste dia.

O dom de livros é um gesto natural de alguém que se aproxima do fim da sua vida, vivida no meio de tantos livros. O único mérito que se pode ter nesse gesto é o facto de ser um gesto libertador, de salvaguarda, de uma companhia que me foi preciosa e, ao mesmo tempo, um momento de grave consideração. Com esta doação e outra futura que se prepara dos meus outros livros, sobretudo de natureza filosófica, eu estou dizendo adeus a mim mesmo e preparando o mais confortável dos túmulos que é o de saber que assim continuarei entre gente que teve alguma consideração por aquilo que eu sou e que escrevi. Sei que é como dar-me uma outra vida, uma memória futura, que esses livros serão lidos por outros mais jovens e que viverão. São os meus livros, os livros dos meus amores, dos meus estudos, das minhas paixões, literárias e, portanto, através dessa doação está alguma coisa mais de mim, porque não ofereço livros meus. Estão lá só por acaso que eu sou pouco cuidadoso nesse capítulo, mas que é uma maneira de consagrar à capital do Distrito onde eu nasci uma função de preservar alguma coisa do menino que eu fui nesta Cidade onde entrei para o liceu, aos 10 anos, onde fiz a 3.^a Classe e a quem me ligam tantos laços afectivos.

⁹ Intervenção proferida na Guarda a 23 de Maio de 2008. In *Leituras de Eduardo Lourenço – Um labirinto de saudades, um legado com futuro* (2008). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

O duplo rosto da fronteira¹⁰

O Prémio que este ano o Centro de Estudos Ibéricos, através do seu júri luso-espanhol, atribui ao homem da fronteira e jornalista de televisão, Agustín Remesal, tem um significado muito particular. É o primeiro que é concedido a um homem dos “media” e, ao mesmo tempo, a um intelectual que, ao longo do seu percurso, se tem interrogado de uma maneira apaixonada acerca da vivência singular de um dos espaços “raia” da nossa Península, o que, desde há séculos, separa Portugal de Castela e, mais latamente, Portugal de Espanha.

A História da nossa Península não é propriamente a história de Penélope, uma espécie de tela misteriosa em perpétua urdidura histórica.

Na Europa, “a raia quebrada” a que Agustín Remesal consagrou um excelente e inédito documentário, é um autêntico paradoxo. Ela não é propriamente os Pirinéus ou o Reno, ou o Elba ou o Vistúla, realidades separadoras e obstáculos de densidade palpável, historicamente quase intransponíveis em termos guerreiros.

Fisicamente – geograficamente – nada, nada de diferente separa Portugal da fronteira Espanha. É a mesma meseta que nos continua, a mesma planura da Extremadura e com mais força simbólica, os mesmos rios que, como se soubessem onde está o mar deles, recortam o nosso País e se perdem no Oceano. Geograficamente, somos um todo. É a História multi-centenária que nos divide. E essa História é a de uma separação política cultivada e mantida, não sem dificuldade, durante séculos, com as suas peripécias conhecidas e cuja compreensão deve mais às comoções intermitentes da política europeia do que às rivalidades e relações de força do nosso destino comum intra Peninsular.

Há um drama peninsular e nós fazemos parte dele. Mas quando comparamos o nosso destino ao de outros espaços conflituosos da Europa, ao fim e ao cabo, os nossos dramas – e em particular, o de Portugal – têm um lado lírico que outros nos podem invejar. A periferia tem-nos preservado da grande “tragédia europeia”. Uma precoce partida para o largo de toda a tragédia digna desse nome.

¹⁰ Intervenção na Sessão de Entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2006 a Agustín Remesal, in *Revista Iberografias*, nº 2 (2006). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Pode pensar-se que esta fuga para o outro lado do Atlântico, onde repetimos a cisão peninsular – relativizou, afinal, a dramaticidade da nossa famosa “fronteira”. Como se entre Portugal e Espanha, de Toro mais do que de Aljubarrota – tivéssemos decidido, não ver, não ter em conta «a nossa “raia quebrada”». Nós sabemos que está lá – aqui mesmo ao lado – como se não estivesse. Tradições culturais de milénios, religiosas, falas tão próximas, deviam tornar, por assim dizer, invisíveis as nossas mútuas fronteiras – e penso que, simbolicamente, e não apenas como bem vindos turistas, os nossos amigos espanhóis assim a atravessam. Paradoxalmente, fizemos da “semelhança” e do mimetismo, para lembrar René Gérard, a mais sólida das fronteiras, feita de quase nada, apenas da vivência secular de uma diferença local que o estatuto de Nação, na Europa e fora dela, universalizou com o nome de Portugal.

Tudo isto podia ser apenas coisa do passado, já sem importância, no momento em que a Europa se desenha como espaço comum – ou assim se sonha – e em que por definição a problemática da fronteira ou os seus problemas – deixam de ser preocupação política ou militar, como durante séculos. Somos um continente em paz. Isto parece um dado adquirido. Mas que paz? A antiga paixão que a fronteira assinalava como signo de confronto mortal está, sem dúvida, adormecida. É uma boa ocasião para pensar o que é uma fronteira, e não apenas imaginar que desapareceu, magicamente. Mesmo um pequeno país, como a Bélgica, a fronteira pode ser ainda a rua vizinha da Flandres. A nossa, assumida há muito como algo natural, não nos interpela ou nos preocupa como drama virtual.

Temos, agora, todo o tempo para visitar a fronteira que fomos e ainda somos, anexando como algo familiar e positivo, como faz o nosso premiado Agustín Remesal. Temos sobretudo, tempo para pensar e viver a fronteira como algo positivo. Não apenas o que separa ou ameaça. Mas como algo que nos põe limites que são de espaço e de memória. E que, por isso, paradoxalmente, nos define. E bem pensada é já um diálogo em si mesma. Devemos estar gratos a Agustín Remesal por ter ilustrado, tão concretamente, com a sua paixão pela raia que nos separa e une, a virtude nova em folha deste diálogo de fronteiras em terras da Europa que bem precisa dele.

O génio não tem comentário ¹¹

A nenhum título eu devia estar aqui e podem perceber como é incómoda a minha situação e, ao mesmo tempo, não queria não estar e estar aqui! Não apenas porque pensava encontrar aqui a Pianista a quem o Júri decidiu atribuir um prémio com o meu nome, mas, pura e simplesmente, porque me é sempre muito grato reencontrar no meu País e aqui nesta Cidade que também foi minha, que é minha, e estar, de algum modo, entre os meus. No resto completamente deslocado!

O Senhor Reitor de Coimbra pensou que eu seria a pessoa indicada para falar, um pouco por dentro, da grande pianista Maria João Pires. Posso falar dela a vários títulos, mas não com o título daquilo que a faz grande, porque ela é grande como pianista, como grande artista, porque falar de uma maneira correcta, convincente da criação em si ou sobre uma criação, como é uma grande interpretação, que é o caso de Maria João Pires, não está ao meu alcance.

O meu amigo (falo sempre dele no presente) Vergílio Ferreira um dia disse que se admirava que, sendo eu tão curioso – as pessoas nascem curiosas e eu sou uma delas –, daquilo que ele conhecia das minhas reflexões sobre tudo e nada, havia um domínio que me parecia não estar ou estar fora do meu alcance, insinuando mesmo que não me interessaria. Ele, para quem a música representava tanto, como todos os leitores da sua obra sabem, eu não disse nada em relação a esta constatação, sempre com aquela ponta irónica, do meu amigo Vergílio Ferreira. Mas fiquei tocado, porque se sentisse que fosse exacto que a música não me dissesse nada ou que mesmo não soubesse dizer nada dela que tivesse algum interesse, isso seria uma espécie de atestado de carência muito mais profunda do que ele poderia imaginar, seria uma ferida de que eu não seria capaz de me curar. Não disse nada até hoje, não o deveria dizer, possivelmente, neste momento, mas é o momento justo, porque este Prémio consagra uma grande artista, a nossa maior Pianista de renome internacional e de reconhecida aceitação. Ele enganava-se porque da música, não da dela, de uma maneira técnica, ou de qualquer outro grande intérprete eu

¹¹ Intervenção na Sessão de Entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2007 a Maria João Pires, in *Revista Iberografias*, nº 3 (2007). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

não seria capaz de dizer qualquer coisa que para mim fosse válida. De resto, em todos os discursos críticos, de ordem estética, sobre as diversas expressões artísticas da Humanidade, aquele em que sempre encontro, a não ser que seja filho dos próprios criadores ou intérpretes, de alguém que fala efectivamente de dentro, sempre encontro naquilo a que se chama a crítica que regra geral está nas revistas ou nos jornais acerca dos espectáculos musicais, sempre encontro nisso que é mais literatura do que verdadeiramente uma palavra que é capaz de dizer o milagre sempre único e irrepetível de uma grande criação ou de uma grande interpretação e que a homenagem do silêncio é mais profunda do que a espécie da literatura, nem sempre boa, que em volta desses milagres contínuos' se podem realizar. Todavia podia dizer, como Baudelaire, «*la music m'a envahie toujours comme la mer*». Não há nenhuma arte, nenhuma expressão da criação humana que me toque tao profundamente como aquilo que se chama vulgarmente a grande música e mesmo a música em geral a que nós chamamos apenas a música popular, essa que comovia tanto o Pessoa ortónimo, dessa que anonimamente nos chega aos ouvidos através de alguém que toca um realejo na rua. Mas a boa música sempre me tocou e, naturalmente, gostaria de poder dedicar às grandes interpretações, que eu tive o gosto de ouvir, de Maria João Pires um comentário digno dela, mas sou absolutamente incapaz. Ouvi-la foi sempre um acto incomparável quase no limite da expressão mística de que não há nada a dizer se não repercutir a profunda emoção, o facto de que nos passamos para um outro plano que no sentido próprio é da ordem do invisível.

Tive ocasião em Portugal, mas sobretudo lá fora, de cruzar e de ouvir Maria João Pires. Lembro-me de uma passagem dela, numa altura em que ela tinha um pequeno problema, deu um concerto no Museu Chagall, em Nice, e eu tive o prazer de estar e de assistir. Estava presente o Chagall que a acompanhou no piano e era quase como avô dela (Chagall nessa altura deveria ter quase a minha idade: 85 anos). Ouvi-a em Roma, quando ela foi convidada pela Escola de Santa Cecília, de fama universal, um público absolutamente extasiado, comovido e, naturalmente, entre esse público estava eu duplamente comovido como ouvinte fascinado e como português lá fora.

O génio não tem comentário, constitui ele uma só espécie. Este Prémio dedicado e concedido a Maria João Pires, a ela nada lhe acrescenta, porque ela está para além de qualquer prémio. Muito cedo, lá fora, eu lia as críticas

que se lhe referiam e havia uma palavra que se repetia muito quando ela se revelou. A sua aparição entre os grandes intérpretes foi, efectivamente, uma sorte e uma espécie de revelação. O que lia era que as pessoas tinham um sentimento ouvindo-a, de que ela não era apenas uma grande intérprete com grandes conhecimentos técnicos e de execução, ela era alguém que era habitada pelos autores que interpretava: Chopin, Mozart, Beethoven. Todos os que a ouviram não podem deixar de concordar que Maria João Pires pertence a essas raras pessoas que quando tocam estão como que possuídas por qualquer coisa que as ultrapassa e que as domina nos domina a nós pobres mortais. Lamento que não esteja entre nós. Lamento que ela sem querer esteja aqui representando um pouco uma figura célebre de uma ópera chamada *Arlésienne* que é uma figura de que se fala durante toda a Ópera e os espectadores esperam que *Arlésienne* apareça sem ela nunca aparecer – lamento que a nossa *Arlésienne* não esteja aqui, mas ela está aqui como estava quando a ouvimos tocar, está nos seus discos, podemos ir para casa e ouvi-la. Se não veio foi porque teve fortes motivos que a impediram de estar connosco, mas eu penso que ela está connosco e nós estamos com ela. Que queremos mais?! Peço à sua filha, que penso que foi uma daquelas meninas que eu vi uma vez em Vence numa dessas peregrinações que Maria João Pires faz pelo Mundo, que diga à sua mãe que apesar da sua ausência física, ela está na nossa memória e está sobretudo nessas “mãos que movem o Mundo” como ouvi dizer recentemente a um maestro, Simon Regales, que as mãos de Maria João Pires não têm prémio que lhe sirvam.

As fronteiras que não têm fronteiras¹²

Somos nós todos, em particular, eu, que lhe agradeço o ter tido a gentileza e a humildade de aceitar este Prémio. Bastava este discurso de agradecimento do premiado para que eu tivesse consciência da razão de ser deste Centro de Estudos Ibéricos, consagrado ao diálogo dos dois países: colmatar, não o diálogo mítico que nunca existiu, mas um certo obscurecimento dele, sobretudo nos dois últimos séculos.

O Premiado de hoje é ao mesmo tempo um poeta, um grande jornalista, um escritor, um cronista, e coisa que é um pouco o sonho, mais ou menos escondido e inconsciente, de todos os intelectuais, que é quererem ser homens de acção. Alguns o são, mas não muitos.

E no caso dele é não só um escritor, no sentido forte da palavra, um poeta, um grande cronista, um grande humanista, como se viu, mas foi, uma parte da sua vida, um dos maiores animadores culturais que a Espanha se deu a si mesma. Primeiro como Director do Círculo de Belas Artes de Madrid onde tive ocasião, em tempos e a seu convite, de apresentar uma pequena comunicação. Em seguida, Director do Instituto Cervantes, que é uma instituição extraordinária que qualquer país do mundo invejaria, se a conhecesse ou se a conhece, e sobre o seu consulado conseguiu uma afirmação e uma presença no mundo realmente extraordinária. E por último, foi Ministro da Cultura da vizinha Espanha.

Portanto, ele reúne duas coisas dificilmente conciliáveis: um autor, de pleno direito, um poeta e, ao mesmo tempo, um homem de acção. É claro que, apesar de todo o seu sucesso e todo o seu destino de homem público e político, eu penso que aquilo que é mais importante para ele é a criação literária, o facto de ser o autor das obras de que é autor.

A primeira obra que eu conheci dele é um livro, famoso, sobre *El iberismo y outros escritos de literatura portuguesa*, em que tive a surpresa de ver que também figurava nessas páginas.

Todos os autores gostam de sair do espaço onde são mais ou menos conhecidos para atravessar fronteiras. César Molina foi uma das pessoas que me ajudou a passar este tipo de fronteiras mais difíceis de contar que são as fronteiras que

¹² Intervenção na Sessão de Entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2010 a César António Molina, in *Revista Iberografias*, nº 7 (2011). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

não têm fronteiras, as fronteiras de um texto, de encontrar autores que nos leem realmente numa outra língua, embora próxima, como o castelhano.

Mas além disso, ele é autor não só de poemas, mas de livros que são de um grande autor. As suas “Memórias de ficção” são obras de um ficcionista e cronista a tempo inteiro, são uma espécie de diário/crónica, em que vemos a quantidade e a qualidade dos interesses, não apenas literários, mas artísticos, de tudo quanto diz respeito realmente à criação de César António Molina. São obras que se lêem não só com grande encanto literário, mas que nos dão um conhecimento profundo, não só da cultura espanhola, das suas obsessões, mas da cultura europeia em geral e da cultura universal.

César António Molina tem esta visão ao mesmo tempo intensa do particular onde ele está centrado, de alguém que tem uma “pátria chica” que é a Galiza, que é a mãe cultural da nossa, e uma pátria maior que é, no fundo, a cultura universal.

É um autor que se interessa e que tem um sentido inato da universalidade. E universalidade é sempre a universalidade de uma particularidade e não de um cosmopolitismo abstrato, de um interesse abstrato, realmente, por aquilo que os outros fazem, que os outros criam, que os outros são.

Portanto, enquanto pessoa que dá o nome a este Prémio, eu é que não posso fazer mais do que regozijar-me pelo facto de um autor como o César António Molina tenha aceiteado receber este Prémio.

Evocou-se aqui Ángel Crespo, que também foi alguém que procurou, com uma forte exigência, dar expressão ao conjunto das criações de tipo peninsular e que talvez tenha experimentado essa necessidade com mais violência por ter estado na América, propriamente espanhola, durante algum tempo. Dali ele viu, perfeitamente, que a Península Ibérica não era apenas esta espécie de ilha, um pouco paradoxal, em relação à restante Europa, mas que era, de facto, uma ilha mundo e uma ilha que marcou o mundo pela sua presença.

Portanto, é este iberismo aquele que está presente em toda a obra escrita de César Antonio Molina, não um iberismo narcísico, mesmo se, historicamente, a Ibéria foi, com as suas duas nações, Portugal e Espanha, uma nave que deu a volta ao mundo. Uma Ibéria que é em si mesma, realmente, um mundo, com uma autonomia cultural, uma alma, uma cultura e, esperemos, um futuro que é uma das grandes apostas que a humanidade tem sobre si mesma, sob a forma das nossas duas línguas. A César Antonio Molina os meus agradecimentos por ter aceiteado este Prémio.

Todos os nossos mitos e toda a nossa memória¹³

Há dois dias Mia Couto disse ser para ele uma grande honra receber um prémio com o nome de Eduardo Lourenço. Não. A honra é toda nossa e o mérito é dele, em absoluto, e o mesmo se poderia dizer a todos os que já receberam este prémio. Mas o caso do nosso premiado deste ano tem algo de singular porque ultrapassa o seu simples e raro estatuto de escritor – um dos maiores escritores da língua portuguesa contemporânea. Alguém que tem uma obra que é a obra de um poeta, um poeta que tem este dom de reinventar, para uso próprio e para uso daqueles que o leem, uma espécie de conto mágico acerca da nossa relação com o real em geral, mas com um enraizamento no imaginário e em evidências que, sendo de língua portuguesa, têm qualquer coisa de único.

Mia Couto reinventa o espaço que nós supúnhamos ser o da nossa cultura enquanto cultura portuguesa de vocação colonizadora – auto atribuída e europeizante – para nos recriar outro tipo de realidade anterior ao nosso contacto com a África, com a mãe África, que só tão tardiamente, e por razões etnográficas, assim foi chamada, tendo nós sido dos primeiros a iniciar esse estranho contacto, banquete, convívio, submissão do outro, a que chamamos “a África”. Essa mãe África que, a partir dos finais do século XIX, se tornou uma espécie de presa elementar, o terreno de caça das aventuras neo-imperialistas coloniais da Europa, já numa perspetiva diferente daquela que tinha sido a da colonização dos povos ibéricos no século XV e XVI.

A nossa geração viveu o fim desse contacto primeiro, privilegiado e contínuo com a África, a que chamámos, durante tantos séculos, o nosso império. Foi um drama de ordem histórica e política que se insere num movimento mais vasto de reivindicação de povos submetidos pelo antigo imperialismo europeu e que, recuperando dos grandes movimentos contra esse imperialismo colonial, reivindicaram as suas respectivas independências.

Lembro-me de que, estando no Brasil, em 1958, li uma entrevista que o futuro Primeiro-ministro Marcelo Caetano deu aos jornalistas estrangeiros

¹³ Intervenção na Sessão de Entrega do Prémio Eduardo Lourenço 2011 a Mia Couto, in *Revista Iberografias*, nº 8 (2012). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

que se encontravam em Portugal, onde ele dava uma espécie de lição pedagógica para lhes explicar o que era Portugal, o que é que Portugal pretendia, a injustiça que se fazia a Portugal por só considerarem certos defeitos, (que eram óbvios, como o seu estatuto democrático duvidoso), e surge esta frase extraordinária: “O mundo inteiro arde e Portugal é o oásis da paz”. Eu fiquei gelado porque, não sendo profeta nem Cassandra, pensei “Que raio de frase! Vai-nos cair o raio da História em casa”. Passados poucos anos começava o que não vai ter nome – nunca vai ter um nome – a famosa Guerra Colonial. Uma guerra feita a colónias, depois províncias, que considerávamos como fazendo parte do nosso próprio território – “Portugal, do Minho até Timor”. Ideia maravilhosa para nós, portugueses, naturalmente, mas que tinha que ter uma outra leitura, a pergunta aos outros se queriam realmente pertencer a este espaço extraordinário, auto-civilizador e colonizador que era Portugal desde que se lançou nas grandes aventuras marítimas. Todos conhecemos o fim dos quinhentos anos de império. Conhecemos igualmente o facto de que vivemos muita à portuguesa esse fim de império: como se não tivesse acabado, e isto é que é novo. O nosso famoso império de quinhentos anos tem toda uma memória que é absolutamente capital para nós, portugueses, como definidora do nosso percurso histórico e tem uma espécie de livro santo com o qual se fez a última cruzada de Portugal no mundo: as campanhas de África foram feitas com bandeiras com os dísticos maravilhosos e famosos dos Lusíadas.

Com a revolução de Abril pusemos fim a esses séculos de império – ou de império sonhado, muitas vezes mais onírico do que real – e foi como se não tivéssemos perdido verdadeiramente nada. Penso que isto é que é um pouco milagroso, pois não houve nenhuma espécie de drama, de traumatismo intenso a essa perda que era inevitável na ordem histórica.

Também só pouco a pouco é que houve uma literatura que refletiu o drama, da nossa parte, de todos aqueles que foram atores, forçados ou não, dessa última aventura imperial.

Há toda uma literatura nossa que deu conta do que foi esse drama, essa tragédia. Mas a tragédia fantástica era superior a essa tragédia puramente nacional, portuguesa, porque era contrária à essência mesma dessa cruzada: nós tínhamos dado essa presença como justificada pelas razões mais sublimes. Contudo, o sonho teve a sua negação nesse combate, que, na verdade, era, para muitos portugueses, considerado como um combate fratricida.

Apesar do fim do facto colonial, um facto que é um pecado original da civilização europeia, a verdade é que os contatos colonizadores deixam sempre marcas e são ao mesmo tempo lugar de contradições supremas, começos e abertura para outras coisas.

A obra de Mia Couto é provavelmente a única obra em que aquilo que foi uma tragédia escondida, da nossa parte, aparece como vivida com uma naturalidade extraordinária.

Porque ele, caso extraordinário e raro, adoptou Moçambique como a sua nova nação e, já num capítulo de uma simples perspectiva literária é extraordinário imaginar que este jovem escritor e os outros seus pares, que nas respetivas nações, são os ficcionistas, os poetas, os romancistas, que, por milagre da história estão na hora zero das suas novas vidas como nações independentes, surjam, de algum modo, como os Homeros ou Heródotos dos novos espaços e da nova inteligência.

Mia Couto é um poeta extraordinário, um grande escritor que, talvez como nenhum autor português, unifica por dentro e ao nível mais alto toda a herança da cultura portuguesa em geral e sobretudo dos sonhos da nossa língua que perdurou tantos séculos.

Ele é um elo vivo, não só de toda a tradição portuguesa, mas de todo o espaço da língua portuguesa, particularmente pela ligação extraordinária com o Brasil e com os seus autores mais representativos.

Como autor de língua portuguesa, manteve e mantém com a obra de Guimarães Rosa o diálogo mais profundo ao nível de uma reinvenção, de uma recriação do dado da língua habitual que ele transforma e recria como se antes dele começasse ali a própria história: a sua e a do mundo em que vivemos. É igualmente alguém que tem um tipo de imaginário que podíamos ligar a um outro grande autor, desta vez não só do espaço português mas do espaço ibérico em geral, Juan Rulfo, o autor de *Pedro Páramo*.

Mia Couto é um dos maiores romancistas que conheço, alguém que rasura o espaço natural que separa aquilo do que é vivo daquilo que é morto, em função de uma visão das coisas em que vida e morte estão tão confundidas que não podem ser separadas umas das outras.

Num dos seus maravilhosos romances, *A Varanda de Frangipani*, Mia Couto conta-nos a história de um morto, mas um morto que é ao mesmo tempo um ressuscitado, e com ele ressuscita todo o passado da língua

portuguesa, todos os nossos mitos e toda a nossa memória, para a reciclar em função das novas realidades, da realidade africana – a mais profunda –, aquela que ele vai adotar como sua segunda pátria. Como se fosse um menino que desse a essa língua só oral da velha África a sua primeira chance de poder ser partilhada para além dessa África, pelo mundo inteiro. Bastava isso para justificar qualquer espécie de prémio e espero que este prémio que hoje lhe concedemos seja apenas um dos pequenos prémios do seu percurso, coroado por outros, e que um dia seja um dos autores de origem portuguesa tão universal como a sua própria obra já o é hoje.

Muito obrigado.

**DÍÁLOGOS TRANSFRONTEIRIÇOS:
A IBÉRIA E A EUROPA**

A Península como Problema Europeu ¹⁴

No livro *Nós e a Europa* já tive ocasião de abordar tangencialmente a questão da “Península como problema europeu”, mas aqui desejaria enfocá-la de outra maneira, em função da totalidade peninsular. Quer dizer, não como o historial da nossa relação complexa com a Europa – a título de portugueses, a título de espanhóis, na sua diversidade de castelhanos, catalães, bascos, etc. – mas como a península no seu relacionamento global com essa Europa. É uma hipótese de trabalho que pode ser discutida mesmo como hipótese.

É sabido que Michelet resumiu a Inglaterra com um pleonasma provocante: “a Inglaterra é uma ilha”. Queria ele dizer que, tendo-se isso em consideração, tudo o mais era mera consequência. A nossa península não é obviamente uma ilha, todavia uma certa perfeição das suas formas, as que condicionam a nossa imagem dela, faz com que esta imensa península europeia – o seu ponto extremo da Europa – sugiram uma configuração de ilha sobretudo quando ela está completa. Quer dizer, quando não é aquela representação que vem nos mapas meteorológicos da nossa península em que Portugal ou é um espaço, quase virtual, onde não chove, não correm rios para o Atlântico, ou então aquela outra imagem pura e simplesmente onde a Espanha se representa a si mesma como aquela famosa pele de touro célebre. Aí, sem o nosso rectângulo nessa altura temos a impressão de ter caído no Atlântico. Mas quando olhamos o mapa da Europa e verificamos o que é essa Península, o que nos fascina, o que nos impressiona, é a sua totalidade, a sua imagem perfeita que se podia imaginar que fosse realmente uma ilha.

Talvez por isso, o mais célebre dos nossos romancistas não fez mais do que ceder à inspiração da geografia imaginando a nossa península como uma ilha e pondo-a a derivar no Atlântico em direcção ao Sul. Com isso, José Saramago sugeria que a península não era europeia ou que ele talvez não desejava que o fosse. Essa extravagante e original ficção é um discurso acerca da península (não apenas nem sobretudo de ordem geográfica) suspenso pelo fio de um certo complexo de ressentimento do que somos ou nos sentimos

¹⁴ Intervenção no Colóquio “A Ibéria no Contexto Europeu”, Guarda, 26/11/2001, in *Revista Iberografias*, nº 1 (2005). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

como peninsulares em relação à Europa mas é igualmente uma reivindicação da nossa autonomia ibérica.

É o que eu nesse livro *Nós e a Europa* designei como dupla postulação em relação à Europa: ressentimento e fascínio. No tempo em que nós, peninsulares, tínhamos o sentimento de não sermos vistos ou aceites como europeus de primeira, esse reflexo ou sentimento de diferença e de uma certa excentricidade em relação à Europa tinha a sua explicação, embora não a sua justificação. Isso sucedeu quando a Península entrou no que chamamos a idade barroca separando-se histórica, e sobretudo simbolicamente, de uma Europa que entrava plenamente na era burguesa, que tinha no protestantismo a sua tradução ideológica e, mais do que tudo, por complexas razões, começava a criar entre a prática científica além-Pirinéus e aquém-Pirinéus uma distância que tanto nos faria sofrer e tão graves consequências geraria, e que ainda hoje, pelo menos no que diz respeito a Portugal, são visíveis.

Começava então a problematizar-se a nossa relação com a Europa e essa Europa a problematizar a Península. Na verdade, quando tomámos maior consciência dessa Europa, já então a duas velocidades, não era tanto a Europa que se constituía num problema para a península, mas a península que era problematizada por essa Europa.

Hoje percebemos melhor que aquilo que mais tarde se transformou num tópico de que a península era uma civilização, uma cultura em processo de decadência, quer dizer, em vias de se afastar do paradigma clássico da modernidade, tinha pouco a ver com o olhar que a Europa da revolução científica, económica e depois política e ideológica era ou considerava a península. Era sobretudo o nosso próprio olhar de antigos e naturais actores de história da Europa do séc. xv e do séc. xvi, conscientes de ter saído dos seus respectivos esplendores. Foi só bem tarde que um certo discurso das luzes, já nos finais do séc. xviii nos começou a habituar à ideia e a insistir no nosso famoso atraso e a dar-nos conselhos para que o resolvêssemos.

No séc. xvii – no famoso século do Génio, o de Decartes, Pascal, Leibniz e Newton – mas, sobretudo, no das sociedades científicas que começavam a marcar a paisagem cultural europeia através das quais a ideia e o sentido de progresso entrava na história, – ninguém considerava as pátrias de Cervantes, de Lope, de Calderón, de Gracian, de Francisco Manuel de Melo como uma ilha em vias de se separar culturalmente da Europa. O século de Luís XIV

não tem leitura sem a osmose profunda entre a cultura peninsular – então no seu esplendor – e os seus Corneille, os seus Racine, os seus Molière; e bastava Cervantes para que não estívéssemos separados, como depois nos julgámos, da Europa mais vanguardista. A Cultura Europeia caminha, como caminhou sempre, a ritmos diferentes e o que era novo era essa tendência a afastar-se da aventura moderna por excelência, aquela que obras como Daniel Defoe ilustraram, mas que vendo bem, provavelmente não existiriam se antes dele um homem, o autor de *D. Quixote* não tivesse existido e lançado a Europa no caminho das suas próprias aventuras ao mesmo tempo reais e oníricas.

Na verdade, mesmo nas épocas de maior distanciação entre as diversas culturas europeias, a trama da sua cultura foi sempre mais unida do que podemos imaginar. Hoje e aqueles que têm uma visão comparatista em geral das culturas e das civilizações – e tenho aqui ao lado um eminente representante desse tipo de olhar, Claudio Guillén – sabem até que ponto de facto essas famosos abismos e separações, são muitas vezes mais fantasmáticos do que verdadeiramente reais.

Esta ideia de que à medida que se constituía, a nova Europa era para a península um problema, não apenas na ordem política, mas civilizacional e cultural, tem alguma razão de ser. Se não seria inexplicável que tivéssemos interiorizado tanto a famosa expressão que havia alguma coisa que separava a Europa de Além-Pirinéus da Europa de Aquém-Pirinéus. Talvez devéssemos convir que, antes de mais, a Península onde um dos seus povos ou cada um por sua conta se tinha efectivamente retirado, em parte, da cena europeia, confinando-se ao aquém dos Pirinéus antecipar a fabulosa deriva que, mais tarde, a *Jangada de Pedra* de José Saramago vai alegorizar. Essa Península “aquém” dos Pirinéus não derivou, não fugiu para os seus domínios da América pois que o já tinha feito de algum modo no século XVI, mas a partir dessa época refugiou-se neles.

Nós, portugueses, usamos muito a expressão definidora da nossa atitude intra-peninsular: dizemos que vivemos ou temos vivido de costas voltadas para a Espanha. Bem mais importante e decisivo foi que cada um de nós mesmos começasse a estar voltados de costas para a Europa, para essa Europa além Pirinéus. A certa altura tinha que chegar o momento em que pensávamos que a Europa nos tinha também voltado as costas – relativamente, entenda-se, pois o fim da colonização espanhola da América – como da colonização

menos acentuada de Portugal no Brasil – foi o de encontrar lá as razões de estar presente na Europa.

O destino decidirá também outra coisa, mas os galeões que a Europa de Morgan e Surcuf aprisionavam, traziam também prata para investir e nos integrar, da maneira mais activa possível, justamente nessa mesma Europa. Só nesse sentido, e em termos de política e de guerra a Europa era problema para nós e nós um verdadeiro problema para a Europa em ascensão, península na sua face ibérica, transatlântica e asiática era um objecto de presa ou de contenção. A Península que constituiu questão para a Europa, se isso tem verdadeiro sentido, foi aquela que desde a chegada à Índia até aos reinos de Filipe II e III tentou impor ou jogar um jogo igual com as potências europeias mais representativas: a Inglaterra ou a França. Portugal, nessa época integrado no projecto político da Casa de Áustria, é então mais europeu do que nunca mais o será. Sê-lo-á ainda na Guerra dos Sete anos, onde a Europa, independentemente do seu espaço de colonização se bate entre ela ou em família. Nessa altura estávamos a ser Europa como um todo à força circunstancial.

Foi a Revolução e as guerras napoleónicas que puseram fim a esse artificial mas simpático equilíbrio. Com a chegada dessa era numa Europa que era ainda a da guerra de rendas e com a Revolução, entrámos na época de ferro europeia, a que está terminando sob os nossos olhos e somos excentrados da história da Europa. É a partir de então que as nossas relações com a Europa, em todo o caso na vertente guerreira, económica, política e até cultural, se problematizam. É então que a Europa se torna um problema para a Península.

Nós, portugueses, temos muita dificuldade em conceber como um todo o corpo peninsular. Como história, como política, mesmo como cultura, em sentido profundo, a Península foram sempre “penínsulas” que se expressaram quer nos seus conflitos internos, quer nas suas relações diferentes com a Europa e com o mundo. Portugal e a Espanha viveram, durante séculos, destinos extremamente análogos, por vezes paralelos, mas sempre como dois actores. Vivemos juntos, por exemplo, o período do fim da colonização espanhola na América? Vivemos juntos, – ou a Espanha viveu a nossa perda do Brasil como qualquer coisa que a afectasse a ela directamente? Vivemos nós a perda, inclusivé, do fim do grande império espanhol que tem lugar no fim do século XIX em Cuba como se fosse qualquer coisa que nos atingisse profundamente – e atingia – mas para o vizinho que suportava a dor e o

peso e a reflexão dessa perda? Tomaram os espanhóis as nossas dores quando a Inglaterra nos enviou um ultimato colocando-nos naquele lugar que em termos de força e de potência e de poderio ela considerava que era o nosso, quer dizer o mais subalterno realmente possível e pouco europeu no sentido imperialista em que a Inglaterra se afirmava? – Não.

Como peninsulares, compartilhando a dupla face do conflito, portugueses e espanhóis só realmente viveram e ressentiram em comum a tragédia espanhola, refiro-me naturalmente à Guerra Civil. Mas essa tragédia não foi apenas peninsular nem única e verdadeiramente espanhola. Foi um conflito específico onde a Europa e o mundo já estavam implicados e que teria as suas consequências. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e sobretudo o fim do confronto entre leste e oeste, o nosso relacionamento peninsular com a Europa sofreu uma alteração radical. Não tivemos nisso, nós portugueses nem espanhóis, nenhum papel de actores, porque o sujeito dela foi a própria Europa.

Embora os traços das antigas querelas, ambições, medos e prevenções permaneçam, o actual relacionamento do povo europeu, dos povos europeus uns com os outros e neles, os nossos – de portugueses e espanhóis – essa problematização tradicional da nossa relação com a Europa, mesmo no que nela havia de onírico ou de absurdo recolheu ao museu da história. É aquilo que eu penso. Que mais não fosse porque a Europa, no seu conjunto, esta nova Europa próspera, continental, empenhada em inventar-se como uma espécie de Nação-Europa, – quando essa utopia perdeu o seu fascínio – recolheu ela própria ao museu da história ou antes mais, talvez, real e simbolicamente ela tornou-se no mais magnífico museu da história e é como museu da história que os outros, sobretudo os novos senhores da política mundial, nos visitam e nos utilizam. Enquanto Península e em termos políticos, nunca tivemos verdadeiramente grande contenciosos com a Europa, a não ser dessa Europa instalada em si mesma como um mito, até pela simples razão que um tal conflito, em última análise, era absurdo porque não há, se nós pensamos na história da Europa no seu conjunto, desde os tempos romanos até hoje, poucos espaços mais europeus, que os da Península, sendo mesmo uma espécie de Europa antes da própria Europa. Foi aqui que os conflitos da antiguidade se terminaram ou se jogaram. Foi aqui que César e Pompeu dirimiram as suas questões para o domínio do mundo antigo. Fomos integrados cedo nessa Europa, provavelmente um dos mistérios desse famoso afastamento é que

nós fomos um pouco Europa, antes do que uma grande parte dessa Europa fosse Europa.

Nós podemos imaginar que uma parte dessa Europa, vista do nosso ponto de vista, em todo o caso, aqui no extremo ocidente, era uma espécie de barbárie definida com vários graus até chegar ao reino de Moscóvia. Como nós já tínhamos tido os Cartagineses, os Fenícios, os Gregos e depois os Romanos em nossa casa, nós fazemos parte dessa história. Não é a história da Europa como modernidade, da sua invenção com a modernidade, é uma outra história que está firme por trás, no horizonte, no passado dessa mesma história. Mas mesmo esse contencioso ficcional, com alguns motivos sérios subjacentes já não tem agora razão de ser, não porque a península se tenha diluído na Europa, mas com mais verdade porque a Europa, essa tal da modernidade, nos entrou em casa e se diluiu ela mesma na Península como Europa, a Europa que se propôs homogeneizar o resto da outra Europa. Esse contencioso e essa problematização não têm hoje razão de ser, em todo o caso não se podem pôr as relações com a Europa nos mesmos termos em que se punham há apenas 50 anos. Nós entrámos efectivamente para a casa comum, se é que alguma vez estivemos efectivamente longe dela como o supusemos, sobretudo a Espanha, foi sempre tão intensamente interligada ao destino da Europa e ao destino mais central da própria Europa.

O nosso caso é um pouco diferente porque nós, efectivamente, por vontade dos nossos dirigentes de outrora, por condições do destino, afastámo-nos dos primeiros dessa Europa. Simbolicamente isto permite uma outra possibilidade de reler tudo nos aconteceu desde então e sobretudo esse curioso processo de fascínio e de ressentimento em relação à famosa Europa, quando ela se constitui como Modernidade. Nós fugimos para outro sítio, ou por outra, nós derivámos, efectivamente, passámos a inventar uma outra Europa, uma outra maneira de ser Europa e essa outra maneira de ser Europa está viva. É a América, a América no seu conjunto, desde o norte até ao sul da Patagónia. Essa América não é o nosso passado, é, eu penso, neste momento, de uma maneira muito forte, o nosso futuro, no sentido mais empírico do termo. Agora estamos já normalizados e felizes, de algum modo, em termos europeus daqui. Mas a Europa não está normalizada nem feliz em termos de Europa aquela que não tem mais horizonte do que essa própria Europa. Mas nós inventámos, construímos – ou através de nós constituiu-se e inventou-se

– uma outra Europa, e em última análise uma Europa outra, a de um “novo mundo” que não está só no passado.

A famosa problematização do nosso destino que nos causava tantos problemas enquanto peninsulares que se viam como actores políticos de segunda grandeza, de segunda instância. Se nós pensamos que, particularmente a América Latina, é filha directa da Península nós não podemos ser problematizados a esse título. A esse título, já sem o sabermos, essa existência transatlântica fazia que não sentíssemos tanto as humilhações que tínhamos em relação à “outra” Europa. Estávamos construindo algo que nós nem sabíamos o que era, maior do que nós e isso não é o nosso passado, isso é o nosso presente e penso que será realmente o nosso futuro. O nosso futuro está naquilo que realmente inventámos, trazendo à Europa uma Europa que ela não conhecia.

Identidade e Cidadania ¹⁵

Por circunstâncias especiais não pudemos contar antontem com a presença do Professor Fernando Savater no nosso dia consagrado aos problemas das relações da Península com a Europa. Temo-lo hoje connosco e eu começo por lhe agradecer a honra que ele nos dá com a sua visita, – penso que será a primeira à cidade da Guarda.

É um prazer especial recebê-lo aqui e contar com a sua palavra para o leque de reflexões que nos entretiveram há dois dias acerca dos problemas da nossa Península e das suas relações com a Europa.

O Professor Fernando Savater é hoje uma das personalidades da cultura hispânica mais conhecidas, mais notáveis. É um filósofo, um cronista, um dramaturgo, um ficcionista, uma personalidade, como se diz vulgarmente, com muitas cordas no seu arco e, em todas elas, uma figura particularmente brilhante.

Há muitos anos, não há tantos anos como isso, Filosofia e Ibéria não rimavam muito, se não por excepção. Dizia-se que a Ibéria, e em particular Portugal, não tinham queda para a filosofia. Quer dizer, esta cultura que tinha dado Suárez e outras grandes figuras da história da filosofia no passado, não teria, na época moderna, pensadores à altura das exigências dessa mesma modernidade. No meu tempo, para quem fazia estudos de filosofia, a filosofia espanhola eram duas pessoas. Talvez só uma, que se chamava José Ortega y Gasset e depois, um pouco, Xavier Zubiri.

Eu creio que hoje o panorama, tanto em Espanha como em Portugal, se alterou profundamente. Os estudos filosóficos conhecem em Espanha uma grande expansão e ocupam, na cena cultural o primeiro plano que é aquele que, em princípio lhe deve estar destinado. O Professor Fernando Savater é um dos mais ilustres exemplos, digamos, da nova filosofia, se isso se pode dizer, da filosofia nova, da nova Espanha. O seu centro de interesses e aquilo que rapidamente o tornou notável são as reflexões sobre um dos capítulos mais difíceis da temática filosófica, aquilo que diz respeito à ética e as suas

¹⁵ Intervenção na Sessão “Identidade e Cidadania”, Guarda, 29/11/2001, in *Revista Iberografias*, nº 1 (2005). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

consequências, seus efeitos, as suas aplicações, a sua inserção no contexto da cultura e da sociedade.

Problemas éticos são dos problemas mais difíceis não só de tratar mas mesmo de justificar. Estávamos habituados, de algum modo, a que eles se solucionassem pela relação íntima que tinham tradicionalmente com a religião. De algum modo, a ética era – tirando evidentemente referências clássicas e sobretudo uma referência fundamental a Aristóteles – uma espécie de traslado de efeito empírico de alguma coisa que as opções religiosas, o paradigma axiológico de fundo de ordem religiosa, de algum modo ajudavam a resolver ou impediam mesmo que se pusessem. O problema naturalmente tornou-se outro quando a modernidade se afasta ou se obscurece nela, uma referência de ordem transcendente e foi preciso justificar a ética numa ordem, digamos, puramente humana. Ora, justamente o filósofo Fernando Savater situa-se nessa linha, que podemos remontar ao pai dessa reflexão – o próprio Kant – o de uma justificação ética, num contexto e com umas finalidades puramente humanas.

É o que ele tem feito magistralmente. Por isso os seus livros têm conhecido tanto sucesso, sobretudo junto de novas gerações para quem a problemática ética é das mais obscuras e ao mesmo tempo absolutamente incontornável. Num mundo como o nosso, sem referências, sem referentes, propor uma reflexão dessa ordem é de facto uma audácia e uma contribuição para uma ordem nova, que não é apenas ordem no sentido político e ideológico do termo, mas a ordem mesmo da nossa cultura, da nossa civilização.

Felizmente nós temos algumas obras em português do Professor Fernando Savater, uma delas que é bem conhecida e que tem muito sucesso é “O meu dicionário filosófico”. O acento deve ser posto aqui no “meu” dicionário filosófico. É evidente que os dicionários são sempre de alguém mas a pretensão implícita de um dicionário é de não ser de ninguém. De maneira que assumi um dicionário filosófico introduzindo-lhe imediatamente essa nota: “isto é de minha responsabilidade, eu sou responsável por estas reflexões a propósito dos grandes conceitos da filosofia, esta é a minha opinião sobre esses assuntos”, o que é não somente um desafio, de marca voltairiana, mas um acto ético.

E já nesta atitude nós temos aqui o homem, o grande herdeiro do pensamento do Século das Luzes, o grande conhecedor e amador de Voltaire e Diderot aquele que, por ser assim, de algum modo teve a coragem de se situar num

domínio que não é aquele que habitualmente aparece como sendo mais típico da modernidade por um lado, mas sobretudo da pós modernidade, na qual se tornou um lugar comum pensar que o século das luzes em todos os termos nunca foi o Século das Luzes no sentido próprio, mas sobretudo que deixou de o ser. Não só não deixou de o ser mas provavelmente é um daqueles séculos aos quais seria bem necessário que a reflexão filosófica em geral e particularmente europeia voltasse, porque foi um século, o primeiro século em que a liberdade foi pensada, foi vivida e foi proposta como o fim mesmo da sociedade humana.

Fernando Savater é um homem livre e é um pensador da liberdade. Como pensador da liberdade procede com um distanciamento, um humor e uma ironia que são herdeiras desse grande século e lhe são instintivamente naturais. Ele tem muitos livros que eu admiro, mas há um que além de admirar invejo, e invejo que mais não fosse pelo título. Todos aqueles que de uma maneira ou de outra se colocam sobre a égide longínqua do velho Montaigne, gostariam de se ter lembrado de escrever algum dia um livro que se intitulasse o *Jardim das Dúvidas*. É um livro magnífico, uma ficção à moda do próprio século XVIII, a de um epistolário, de uma grande dama espanhola, muito ao corrente, na sua juventude, da cultura francesa, que em jovem teria cruzado realmente o olhar de Voltaire, sem que Voltaire a visse. E esse é o começo deste pseudo – epistolário filosófico, em que essa senhora pede a Voltaire que, em nome desse episódio da adolescência, consinta em escrever-lhe para lhe dizer quem é, contar-lhe aquilo que é. Esse é o pretexto para que Fernando Savater nos retrace um retrato acessível, cheio de humor, o de um conhecedor profundo do Século das Luzes, que pode abdicar de toda a erudição habitual de uma biografia clássica, para se dar ao luxo de nos fazer penetrar no mecanismo mesmo dos pensamentos de Voltaire e, colocado dentro dessa perspectiva imaginária, responder a uma dama espanhola.

E estamos em pleno centro da nossa própria preocupação, a do relacionamento da Península com a Europa, pois naquele momento a Europa significava não só, mas significava sobretudo, Voltaire. Portanto, é uma Espanha que de algum modo se lê no espelho de Voltaire e um Voltaire que percebe alguma coisa do Outro, no registo de uma europeia voltairiana mas espanhola. É um livro que eu recomendo, àqueles que não o conhecem, entre outros.

Não tivemos o prazer de o ter há dois dias, portanto vamos ouvi-lo como um *post-scriptum*, um pouco à maneira das migalhas filosóficas de Kierkegaard, em que é o livro é mais importante que as migalhas. Sabemos que vamos ter com o Professor Fernando Savater o *post-scriptum* às nossas migalhas de há dois dias.

As Relações Ibéricas no Contexto da Nova Europa¹⁶

Começa, hoje, o que se pode considerar como o segundo pequeno passo para materializar a sugestão um pouco onírica, aventurosa, de criar na nossa capital de fronteira, que é a Guarda, um Centro de Estudos Ibéricos, contando naturalmente que pudesse receber, como recebeu, o patrocínio e a tutela cultural das duas grandes Universidades da Península: a Universidade de Salamanca e a Universidade de Coimbra.

Eu queria agradecer, antes de mais, aos ilustres professores de Espanha e de Portugal que aceitaram participar neste colóquio. Antes de mais, ao Senhor Professor Claudio Guillén, ao Senhor Ministro Fernando Morán, lamentando que, por razões de ordem pessoal, o convite que foi endereçado ao antigo Embaixador de Espanha em Portugal, o Professor Raúl Morodo, não pudesse ter sido aceite, bem como, aos intervenientes da parte portuguesa, em particular, ao nosso antigo Presidente da República, Dr. Mário Soares.

Querida agradecer igualmente ao Sr. Professor Valentín Cabero, que representa a Universidade de Salamanca, a prontidão e simpatia que desde o princípio manifestou em relação à criação do Centro de Estudos Ibéricos, julgando-o útil e de futuro, para um maior conhecimento e proximidade, não apenas retórica mas vivida, entre os nossos dois Países.

Agradeço, igualmente, ao Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, uma vez mais, a gentileza e o apoio que nos trouxe e que nos traz sempre com a sua presença, representando aquela Universidade que é e foi durante séculos a única *alma mater* da cultura portuguesa. Igualmente, é com grande prazer e grande honra que contamos, nesta sessão, com a representação do Instituto Cervantes, na pessoa do seu Director, Professor Jorge Urrutia, ensaísta e escritor. Apesar dos seus muitos afazeres, pôde vir até nós e estar aqui presente. A sua intervenção mostrou até que ponto a questão das relações e da mútua presença, mesmo a mais desconhecida, das nossas duas culturas, lhe é familiar. Penso que, no futuro, teremos ocasião de contar de uma maneira ainda mais orgânica não só com o seu apoio, enquanto Director do

¹⁶ Intervenção no encerramento Colóquio “A Ibéria no Contexto Europeu”, Guarda, 26/11/2001, in *Revista Iberografias*, nº 1 (2005). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Instituto Cervantes em Lisboa, mas com a sua própria colaboração, enquanto professor, ensaísta e grande estudioso das questões ibéricas. Igualmente, agradeço à Dr.^a Amandina, Sub-Directora do Instituto Camões, o facto de nos trazer aqui o apoio implícito e explícito deste Instituto, na representação do seu Director, Professor Jorge Couto, que, por razões pessoais, não pôde estar connosco neste momento.

Agradeço a disponibilidade que as suas palavras manifestaram de implicar ainda mais o Instituto nos futuros colóquios, seminários ou no funcionamento daquilo que o CEI se propõe fazer. E, já agora, desejava que o Professor Jorge Urrutia transmitisse ao Sr. Embaixador de Espanha os nossos agradecimentos pela carta que nos enviou. Quero que o Sr. Embaixador saiba que todos nós somos sensíveis a essa atenção com que o representante de Espanha acompanha esta tentativa de reforçar um pólo cultural, cuja finalidade não é outra do que contribuir para que este famoso desconhecimento ou conhecimento imperfeito dos nossos dois países em todos os domínios e particularmente no próprio domínio cultural, seja cada vez menor. Desejamos que o Centro hoje, e sobretudo no futuro, seja um lugar de convergência e de recriação de laços que sempre existiram e que existem, mas nem sempre pensados ou vistos com a força daquilo que eles representam.

O Centro de Estudos Ibéricos não começará a produzir esse efeito para o qual foi pensado enquanto não encontrar o seu público natural, o público a quem ele é primordialmente destinado, quer dizer, o meio académico, o meio dos estudantes, e não haja efectivamente entre o Centro, ainda em vias de se organizar, uma ligação mais ou menos orgânica, em todo o caso muito forte, entre o Centro e as actividades universitárias ou para-universitárias de que a nossa Beira é a sede. Refiro-me, naturalmente, ao Instituto Politécnico e à Universidade da Beira Interior. Só com o público destas duas instituições é que se poderá dar um conteúdo real ao programa deste repensamento dos laços, mais ou menos frouxos, entre Espanha e Portugal. Só quando houver uma tradição, por assim dizer, académica, além da mera área extrauniversitária, é que de facto o Centro encontrará efectivamente a sua velocidade de cruzeiro. Ainda não é o caso, mas não podemos diferir muito para dar ao Centro aquela consistência, aquela coerência, aquela eficácia, que não terá se não levarmos a cabo essa espécie de entrosão entre o Politécnico por um lado e a Universidade da Beira por outro.

O nosso público natural são os jovens, os estudantes. É para eles que nós temos de pensar que o afastamento lamentável ou o pouco conhecimento que os dois Países têm um do outro, deverá ser colmatado e que, através deles, possamos viver de uma maneira diferente essa famosa relativa ausência, um pouco mítica, entre os nossos dois Países e as duas culturas. Este é o meu primeiro grande voto por ocasião deste segundo colóquio, que tem o Centro de Estudos Ibéricos como actor.

Naturalmente, eu quero agradecer, mais do que a ninguém, à Câmara da Guarda, na pessoa da sua Presidente Dr.^a Maria do Carmo Borges, o apoio sem o qual este Centro não teria podido sequer existir, e o empenho que tem manifestado, até hoje, para que ele realmente cumpra, pelo menos em parte, a pequena utopia em função da qual foi pensado. A todos desejo realmente que tenhamos em comum um dia mais ou menos fecundo de troca de ideias e de impressões acerca do tema que aqui nos reúne, que é o da Península, o da Ibéria, no seu relacionamento com a Europa.

Jogos de Fronteira, Jogos de Memória¹⁷

Em termos americanos onde é a nossa fronteira? Em parte nenhuma, nem naquela que temos à vista e atravessamos a pé enxuto, como César o Rubicão. A verdadeira fronteira é simbólica, não natural, como essa mesma do célebre riacho italiano que separava a ordem de Roma, da desordem do capricho ditatorial. As fronteiras chamadas naturais pertencem mais à geografia que à história. Nelas não se joga o destino, individual ou colectivo, sob imperativo ético. Como dizia Hegel, uma montanha é só o que é. Não deixa passar ou só o consente através do esforço incomum. Só porque eles eram Aníbal e Napoleão, a travessia dos Alpes foi história e não mera geografia.

Uma fronteira é um paradoxo incarnado: “natural” deixa de significar, simbólica nem precisa de se materializar. A ordem humana é uma ordem de olhares e os seus conflitos dirimem-se, como num “western”, em campo árido para que a violência se exprima, se exorcize e, acaso, se redima. De quê? Da original realidade da violência que institui a cidade pondo à sua volta uma fronteira como fez Rómulo. É estranho pensar que o nascimento do paradigma da urbe é um “ghetto” voluntário. Só tenho casa minha, só tenho interioridade, inventando a exterioridade, o território do outro como inimigo do meu. Pelo menos é essa a escolha do sedentário. Uma escolha oposta à de Ulisses, o nómada, o que não tem casa ou a perdeu e erra para voltar a ela. As aventuras da interioridade, as do simples homem ou da humanidade terminaram há muito. Ninguém tem casa, ou tudo se passa como se a não tivesse. Como um deus de ficção, estamos em toda a parte e em nenhuma. É o refúgio que se tornou inconcebível. Ou só acessível aos raros que o podem mandar vigiar, como o velho Marlon Brando, na sua ilha de nómada insone. Já no berço é-nos concedido o dom da ubiqüidade. Somos enfim aqueles deuses de que o texto sagrado se ri e agora se riem de todo o texto sagrado, mistério esvaziado junto do mistério em plena luz da Internet.

O que é fronteira no tempo da Internet? Todas as mensagens são conexas como rizomas, proliferação insensata num espaço virtual sem lugar para

¹⁷ Introdução ao catálogo *Fronteira, emigração, memória* (2004). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

qualquer vivência que possa assimilar-se a uma fronteira e, muito menos, a um repouso. Estamos num rio-tempo que corre em todas as direcções até para a nascente. E é agora que nada nos prende e nada nos detém – mas também nada nos chama ou nos fascina como a antiga fronteira – que a sua falta nos interpela e nos inquieta. Que somos sem fronteiras? E que novas fronteiras podemos imaginar para ter de novo uma casa (a casa), uma cidade (a cidade), uma pátria (a pátria), sem perder a humanidade que com tanto custo construímos, abolindo fronteiras?

Só casas-tempo, vida como memória, que são as que não se definem por fronteiras naturais mas nos separam dos outros, não de maneira contingente e reversível como o espaço, mas as que se talham nesse rio-tempo onde o mundo corre e nós permanecemos numa paradoxal imobilidade. Cada um de nós é essa casa-tempo que por fora o leva ou é destinada a qualquer porto e, por dentro, está parada. Tudo o que conta é feito à nossa imagem, a cidade, o bairro, a nação, o vasto mundo. Nada são se não são memória viva, ir e vir dentro do nosso próprio barco para aquele porto onde nada nos espera senão carregamentos dos sonhos que nos sonham. Se não fosse assim, como suportaríamos o peso insuportável de fronteiras que nos tornam inacessível um mundo onde devíamos respirar como se estivéssemos no paraíso? A fronteira é o sinal de que fomos expulsos do paraíso, de todos os paraísos, salvo o da casa-tempo da memória, nossa e alheia, onde nos refugiamos para existir como os anjos que não somos. Mas é também o sinal de que, transpondo-a, estamos tentando recriar, por nossa conta e risco, o paraíso perdido.

ITINERÁRIOS ENSAÍSTICOS

Eu ensaísta me confesso¹⁸

Há pouco, foram apresentados dois livros e essa apresentação foi um dos momentos mais intelectualmente emotivos para mim, porque significa que esta ideia do Centro de Estudos Ibéricos, ideia que foi lançada nesta cidade e que foi aceite pela então Presidente da Câmara, Dr.^a Maria do Carmo, ideia que a cidade aceitou e que, partindo de pouco, se transformou em existência efectiva e se está tornando uma referência cultural na nossa cidade.

Deixando a analogia, que é muito difícil de sustentar, com a semente, como se diz no Evangelho, está nascendo já um arbusto consistente e provavelmente no futuro uma famosa árvore na qual pousarão não só as aves simbólicas, mas toda uma série de frutos que têm para mim e para todos, que daqui para diante estarão encarregados de dar ao Centro tudo para o que foi pensado e imaginado, um saber particular. Além de uma instituição de tipo cultural, este Centro é uma instituição especial de um tipo novo. Hoje pólo modesto, mas já importante, e espero que no futuro cumpra a sua missão: cultivar os laços que nos ligam historicamente à nossa vizinha Espanha e particularmente àquela que nos está mesmo em frente e com a qual nós coexistimos ao longo dos séculos.

Isto é realmente qualquer coisa mais gratificante além do que eu podia imaginar. Eu tenho pouca imaginação, mas quando as coisas se realizam acabo por me surpreender a mim próprio. Aquilo que se faz é bem mais importante do que imaginamos. Nós não temos imaginação para antecipar aquilo que a vida é capaz de inventar para nos surpreender.

Não queria deixar de passar este momento sem dizer alguma coisa sobre um desses livros, pois o outro já foi magnificamente apresentado e comentado pelo antigo Reitor da Universidade de Coimbra, Professor Doutor Fernando Rebelo. Em relação ao livro do Prof. João Tiago Pedroso de Lima, que disse estar numa situação delicada de ser o autor a comentar o seu próprio livro eu não o estou menos ao fazer um comentário a um livro que é consagrado

¹⁸ Intervenção na sessão de apresentação do livro *Existência e Filosofia. O ensaísmo de Eduardo Lourenço*, de João Tiago Pedroso de Lima, Col. Iberografias n.º 12, (2008) Guarda: Campo das Letras/ Centro de Estudos Ibéricos.

a uma tese universitária sobre o “meu pensamento ou um aspecto do meu pensamento”.

Encontrei há anos um jovem autor que manifestou o propósito de me consagrar um estudo, em suma uma “tese”. Fiquei muito surpreendido com esse propósito do jovem, então estudante, e sem saber exactamente que atitude tomar e, não me dando por achado, não me considerando digno de ser um objecto de estudo, de tipo universitário, sério. Surpreendido e comovido que alguém achasse que aquilo que eu tinha escrito podia ser objecto de consagração das consagrações que é ter alguém que escreve uma tese universitária sobre nós. Tive de me resignar à hipótese e confesso que, lendo o que o Prof. João Tiago escreveu sobre mim, e que está neste livro, fiquei não surpreendido porque percebi imediatamente que estava diante de alguém que tinha a sincera paixão pela reflexão, que tinha a capacidade de se investir em qualquer objecto de estudo de natureza filosófica que lhe interessasse e que podia realizar esse trabalho. O que mais me surpreendeu, quer no caso dele, quer no caso de outras pessoas que se ocupam de mim, é que tivessem tido em relação a mim a coragem que eu não tive em relação a um pensamento... que não foi capaz de se sistematizar ele mesmo, apreciar sobre si próprio, que se considerou sempre como uma porta aberta, como uma aventura, como um exercício de liberdade em acto em relação ao pensamento ou ao texto dos outros que tendo um certo momento pretendido ser no sentido académico do termo filósofo ou *philosophe*, como dizem os franceses.

Um *philosophe* são todos os que fazem estudos de filosofia, mas para mim não é toda a gente que faz estudos de filosofia. O filósofo é uma ave rara, raríssima; nós somos professores de filosofia. Filósofos há três ou quatro por século e bastam porque esses, os grandes filósofos, os grandes criadores de filosofia são os focos em volta dos quais todo o pensamento se desenvolve. Naturalmente, eu penso que só esses verdadeiramente filósofos são dignos que alguém lhes consagre uma glosa que antigamente poderia durar séculos. Durante séculos, Aristóteles foi o filósofo. Ninguém tinha a pretensão de ser filósofo, o mestre dos que sabem e eu naturalmente não tinha pretensão nenhuma de estar inscrito nessa genealogia fabulosa dos mestres, dos que sabem, ou de outros da mesma linhagem.

Num certo momento do meu percurso, ainda jovem, desviei-me dessa tentativa ou tentativa de querer também aceder à categoria filosófica para

derivar para um caminho, entre filosofia e literatura. Esse caminho médio, na ordem dos estudos, na ordem da reflexão, é representado pela criação, pela invenção, que é um acontecimento da História Cultural do Ocidente chamada “ensaio”. Um ensaio é uma coisa que não tem estatuto, imperativo de ser um conhecimento do mais perfeito, do ser, da natureza, do cosmos, mas que é uma reflexão de tipo universalizante, aberta, com uma grande carga de subjectividade e que foi efectivamente inventada sobre essa forma por Montaigne. Tanto mais que eu sabia que um dos meus mestres não tinha grande consideração pelo que chamavam o ensaio, um dos meus outros mestres era considerado por ele ensaísta e eu lembro-me muito bem do tom com que ele se referia a esse mestre. Eu, que era no final de contas o discípulo predilecto do meu caro mestre, nunca esquecido, Joaquim de Carvalho, sei muito bem que este desvio, este afastamento de uma reflexão do tipo mais exigente possível, sistemática, que se fechasse sobre si própria, que tivesse uma coerência formal impecável da primeira página até à última, era uma espécie de deserção. Ele, que era um grande leitor, um grande admirador de Spinoza, isso é um filósofo, um criador de um sistema. A Ética é alguma coisa que é como se fosse digamos não propriamente a palavra, o verbo na sua expressão da revelação mesma de Deus, mas a revelação de termos agora humanos que é aquela que está consagrada na Ética. Este tipo de reflexão não só já existia no passado mas não me sentia com as qualidades, as capacidades para funcionar de maneira que escolhi um caminho difícil, um caminho de muito mais contingente, atribuindo uma liberdade de pensar por imagens, por intuições que não é propriamente um discurso unicamente de conceitos que se encadeiam de uma maneira extremamente coerente e fechada sobre si própria que caracterizam os grandes textos de filosofia. De maneira que me apaixonei cedo por outro tipo de Pensadores que na época começam a ser reabilitados em função de um pensamento de outra ordem que se chamou de ordem existencial.

A filosofia sempre teve essa componente, naturalmente, mas agora especificamente esse tipo de pensamento existencial é aquele pensamento que está radicado e que é um discurso em função da existência não como a existência em si, existência objectiva, quer seja Deus quer seja o Cosmos, mas da existência mais irreduzível aquela que nós somos a própria existência humana. Os homens, os filósofos, durante séculos, ocuparam-se da existência objectiva

das coisas, da existência do mundo, da natureza, da existência do homem enquanto objecto. Mas como ocultando aquilo que é anterior a essa própria contemplação, a existência de cada um de nós. Foi esse um pouco o caminho pelo que eu enveredei e, de facto, o Tiago sublinhou que o que eu fiz na minha vida foi uma espécie de diálogo, de conversa imaginária, uma glosa contínua, uma espécie de poética e filosófica ao mesmo tempo, sem distinção entre uma coisa e outra. Depois de abandonado o sonho Hegeliano de aceder a um tipo de discurso que englobasse a totalidade possível da experiência humana foi decisivo para mim ter encontrado Kierkegaard e Pessoa quase ao mesmo tempo.

Na ordem da criação, Fernando Pessoa é um pensador e um poeta que parece ter nascido para pôr em causa toda a espécie de pensamento que tendem a transformar-se em sistema ou fechar-se sobre si próprios. A sua obra é um exercício de liberdade infinita e de procura daquilo que não se encontra e não se acha em vez de ser alguém que, numa linha de pensamento filosófico clássico, se preocupa por encontrar a verdade, verdade objectiva, que os filósofos têm dificuldade em definir e que só a ciência, que é uma outra forma de filosofia, pretende na sua ordem alcançar. Assim, me tornei num ensaísta. Nem poeta nem filósofo.

Agradeço a João Tiago Pedroso de Lima que ele tenha, efectivamente, tomado a sério essa minha paixão, esse quase sacrificial exercício em relação a Pessoa e que de facto, tenha convertido o Pessoa em matéria de perplexidade, de reflexão sem fim, de pensamentos que abrem para tudo e para nada, que parecem contraditórios e inconciliáveis, mas que são o mais ardente exercício, não só da liberdade de pensar, mas como da liberdade de imaginar o que não existe. João Tiago percebeu isso muito bem e apraz-me manifestar, não por razões de auto-glorificação própria, que me é totalmente estranha àquilo que eu sou e mereço, mas simples consideração da sua perspicácia intelectual de jovem filósofo que ele tenha percebido que eu não sou um filósofo propriamente dito e que o seu livro se chame *Existência e Filosofia: o Ensaísmo de Eduardo Lourenço*. O maldito ensaísmo, o pobre ensaísmo! Há um autor espanhol, da primeira metade do século xx, chamado Azori, que tem um livro delicioso e sempre invejei muito o título desse livrinho chamado *El pequeño filósofo*. À falta de ser um grande filósofo posso consentir ser apelidado “el pequeño filósofo” como dizia um crítico jovem piedoso, implacável, há uns anos atrás, que eu era um filósofo de província. Aceito a designação...sou, gostosamente, um filósofo de província, outra versão do que é um ensaísta.

Camões e Cervantes¹⁹

Em véspera da inauguração do Centro de Estudos Ibéricos sugeri que se fizesse uma sessão cultural que tivesse como objectivo pensar ou evocar, de algum modo, aquilo que são referências míticas da nossa cultura ibérica: Camões e Cervantes, tanto mais que este ano é aquele em que o mundo inteiro celebra o aparecimento dessa obra sem par chamada *Dom Quixote*.

De uma maneira muito sumária, vou tentar ligar um pouco essas duas referências culturais, provavelmente não tão bem como aqui o farão durante esta manhã, mas servindo-me, de algum modo, de uma referência intermediária, que não é outra senão a de Oliveira Martins. Foi, efectivamente, Oliveira Martins quem me sugeriu esta ideia de um Centro de Estudos Ibéricos, pois foi ele o primeiro a pensar na Península como um todo, não só na História, mas também na ordem ideológica, espiritual e cultural, em geral.

Na primeira tentativa que conhecemos de pensar em conjunto a civilização ibérica – a de Oliveira Martins –, não apenas na sua face propriamente histórica, quer dizer, na sua acção de expressão de uma vontade política com autonomia no meio dos outros povos, era natural esperar que, na caracterização do génio peninsular, encontrasse no paralelo entre Camões e Cervantes o seu objecto de peregrinação.

Próximos no tempo, tempo quase de pai primeiro e de filho segundo, soldados e poetas de um Portugal e de uma Espanha no auge da sua afirmação, no tabular do mundo, esse paralelo devia iluminar, como nenhum outro, o mistério do génio peninsular de que ambos se tornaram, até hoje, a expressão mítica.

Pode pensar-se, apenas por razões de patriotismo, que Oliveira Martins conferisse a Camões, nessa matéria, um estatuto emblemático raro, em todo o caso diferente do que concede a Cervantes. Não se trata, na sua perspectiva, de qualquer valoração de ordem literária, que seria absurdo, mas, unicamente, da diversa relação do minhoto, como ele entende o génio peninsular. Sem hesitação, Oliveira Martins rotula *Os Lusíadas* de testamento da Espanha, a

¹⁹ Intervenção no Colóquio “A Ibéria no Contexto Europeu”, Guarda, Setembro de 2005, in *Revista Iberografias*, nº 2 (2006). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Portugal coube, uma vez, a honra de ser o intérprete da civilização peninsular perante o mundo. Esse livro, brasão da história de toda a Espanha e átomo redondo da nossa existência nacional é o poema de Camões: *Os Lusíadas*.

Da visão de Oliveira Martins sobre a acção humana, histórica ou privada, faz parte a ideia de que a vida em si mesma, na sua forma mais alta, é heroísmo em acto, o que quer dizer epopeia vivida. É o seu ideal heróico voluntarista, pois pouca gente tem tido, entre nós, a consciência de que a outra face do heroísmo é uma espécie de inversão dele, uma espécie de sentimento de que esse próprio heroísmo confina com a celebridade do fracasso, ou ele mesmo pode não ter justificação realmente em si.

Porque é que Oliveira Martins consagra um capítulo da sua História da Civilização Ibérica a Camões? Por razões de ordem patriótica, naturalmente, mas também pela sua própria visão do mundo como fundamentalmente epopeica, mesmo se é uma epopeia condenada ao fracasso, de que os próprios Lusíadas seriam exemplo.

No caso da relação de *Os Lusíadas* com a nossa acção no mundo, Oliveira Martins considera o Poema como uma espécie de epitáfio da Nação, ou mesmo a Bíblia da Nação. Era natural esperar que se encontrasse outra forma de heroísmo, um outro género, que sugerisse a Oliveira Martins consagrar a Cervantes um capítulo, não tão importante como consagra a Camões, mas, provavelmente, ainda maior. Ignoro porque é que Oliveira Martins, na sua visão sintética e, ao mesmo tempo, histórica e mítica do nosso passado peninsular, não reservou a Cervantes a atenção singular que consagrou a Inácio de Loyola e a Camões. Claro que ele não ignora Cervantes!

Numa breve passagem da História da Península Ibérica aproxima Cervantes de um istmo activo do Dom Quixote, tão heróico como ele na vida, mas já firme de uma expressão de uma Espanha exausta de feitos épicos.

Quando Filipe II era o monarca mais importante do seu tempo, na Europa e, consequentemente, no mundo, segundo a nossa visão europeio-centrista, mas rei de uma Espanha que seria mais consciente do que Portugal, que era, ao mesmo tempo, muito e nada, como os próprios Lusíadas o demonstram.

Esta imagem de Cervantes tornou-se, por assim dizer, clássica. O seu livro, como *Bíblia do Desengano*, tem suscitado comentários sem fim. Na visão de Oliveira Martins, intrinsecamente dramática – não apenas como leitura de civilização de culturas ibéricas, mas como visão geral do mundo –, e, ao mesmo

tempo, pessimista e estóica um herói do desencano, como Cervantes, devia encontrar uma compreensão e até uma adesão íntima maior do que qualquer outro autor. Afinal, e antecipando um desencano mais profundo do que no séc. XVII ibérico, Cervantes poderia ser reclamado como patrono. Oliveira Martins tinha mais motivo do que ninguém para compreender o desencano positivo do mundo Barroco que Cervantes exemplifica, exorciza e transfigura, visto que essa atitude de Dom Quixote tem a virtude de elevar o desencano particular de uma época virtualmente épica e, ainda, a componente essencial do destino humano.

Cervantes aparece na História da Civilização Ibérica no limiar daquilo que, durante três séculos, nós chamámos a decadência da Espanha e, mais latamente, da nossa Península.

O livro imortal de Cervantes só com um Romantismo acederá a um estatuto mítico de uma ilustração, de uma eterna luta entre o espírito e o real, que é, para Oliveira Martins, o eco sublimado da decadência histórica da Espanha. Mas, ao contrário de Antero, essa decadência é menos um fruto das célebres três causas descobertas na Inquisição pelos Jesuítas do que o preço do seu histórico Quixotismo de que o literário, com o seu desencano, será apenas o melancólico reflexo. Escreve ele: «a Espanha de Filipe é a mesma de Jimenes, o Portugal de D. João III é o mesmo de D. João II». Não há sentimento nem ambições diversas, há apenas a sombra da velhice, o cansaço, depois da grande obra. Toda a energia vencida se perverte e, assim, a Espanha, além de sofrer as consequências gerais desorganizadoras provocadas pelas descobertas, sofria, particularmente, da perversão do espírito que nobre e entusiasticamente avassalara a Europa.

Indicando com mais precisão o lugar de Dom Quixote nesta poética de uma decadência heróica, escreve: «a Espanha vê no título de Dom Quixote a condenação dos antigos cavaleiros e aplaude essa sátira que noutra alcance seria apenas um brinquedo erudito». Bem longe se escondiam, já no passado, as figuras dos “Amadis”. A cavalaria que Cervantes condena – escreve Oliveira Martins – não é, porém, só essa, é também a divina, o que ele acusa é a teimosia louca num heroísmo já sem significação nem alcance. Cervantes, em pessoa, fora mordido por esse vírus e, agora, velho e desencanado, o antigo humorismo dos graciosos da comédia castelhana encarna dentro dele

produzindo uma obra genial, embrulhado na capa esburacada, através da qual viu o sol a rir-se para ele.

O dualismo do drama espanhol aparece vivo na biografia do escritor que, no final, conclui, condenando em massa a nação cuja vida se reproduzia na sua. Esqueçamos esta condenação que não existe no *Dom Quixote*, pelo menos na minha leitura. Retenhamos apenas a dupla face de um livro de inicial tentação satírica, pouco a pouco submersa por uma compreensão de fundura incomparável da alma humana que insufla nas proezas caricatas e sublimes da banda desenhada divina da nossa condição humana, todo o peso daquela bondade que o seu contemporâneo Shakespeare comparava ao leite da vida.

Não há no Quixote o desdenhoso sorrir que Oliveira Martins aí vê, mesmo associado a ironia penugenta, que mais certamente lhe associa. A poética do *Dom Quixote* revela daquela ironia transcendente que o autor da História de Portugal revê no seu amigo Antero e, talvez com mais propriedade, de um humor transcendente que é uma novidade no olhar europeu, um riso ou um sorriso que sublinha a nossa impotência diante do ideal, mas vive dele e o aproxima da nossa conatural e intrínseca fragilidade humana. Milagre sem repetição na nossa Península! Só nas páginas de Dixon, Dostoiévsky ou de Tchecov conhecerá, um dia, uma versão comparada.

Como em todas as obras de génio, esse humor transcendente que, no *Dom Quixote*, tanta originalidade encarna, não é a expressão de uma virtualidade universal e abstracta da nossa condição, mas filha de um tempo. Tempo como história e tempo como cultura. Aquele que vive na Península como crepúsculo de um Renascimento que, só por excepção, conhecemos. Camões é, realmente, a excepção das excepções. A expressão da sua palinodia sob a forma maneirista, antes de se tornar visão do mundo na Idade Barroca.

Cervantes está entre tempos: o da idade crítica e irónica de Erasmo, que nos aflorou mas não nos penetrou, mesmo sob a forma hiperbólica de uma loucura onde toda a crítica do mundo e, antes de mais, da sua religiosidade tradicional era possível que o mundo de Quevedo já fosse o do desengano tolerante e melancólico do *Dom Quixote*, e o amargo desapiedado e ressentido do Buscón, ou da total desilusão do Criticón que, em nome de uma fé quase mágica, converte o mundo numa fantasmagoria carnavalesca digna de Jerónimo Bosh ou de Gil Vicente. Já não sendo tão medieval como o dele, o mundo Cervantes é o mundo em que o riso e a graça não vivem da sombra da

maldade. Mais tarde, Baudelaire dirá o espírito do mal que na Modernidade constituirá o seu ressort permanente. Também não é o da bondade de Rousseau onde não há lugar para ela, pela nossa condição, ser virtualmente paradisíaca. No mundo de Cervantes, nem Deus está morto nem o Diabo conduz o mundo, mas também não é o de Gil Vicente em que, graças aos Céus, o Diabo é o cómico por excelência e o terror que inspira e está ao serviço divino, como estratégia de Deus.

O mundo de Cervantes é contra todos os sentidos, um mundo em estado de graça, não apenas para nos fazer rir ou sorrir fora da magnanimidade real ou virtual do sarcasmo, forte tradição peninsular, mas também de uma ironia que nunca foi muito a nossa especialidade.

A famosa e pertinente inscrição de Cervantes num espaço de liberdade de pensar e criticar é fruto da ironia do autor da luxúria e da loucura, Erasmo, e também do ambiente erasmista que a própria Península há muito vivera, à sua maneira, mas que se tornara o baluarte cultural e político contra a Europa, cada vez mais protestante. Qualquer versão da loucura era erasmista e da sua função subversiva dos valores culturais de tradição medieval era não só perigosa, como impensável.

A crítica do estado do mundo, a começar pelo mais próximo, só pode ser feita de dentro, pondo a sociedade e os homens na cruz da sua contradição cristã ou latamente evangélica. Não à maneira de Alfonso de Valdês, fiel de um Gil Vicente sem mor, mas à sua combatente de Deus em Lepanto, glorificando o Cecílio, chocando-se na sua vida de todos os dias contra uma sociedade, onde o abismo entre os ideais de justiça e de caridade pleonasticamente evangélicas era tão grande como o que separava os heróis da ficção cavaleiresca do comum dos mortais.

Se alguma vez tinha existido o mundo encantado do Amadis, dos Cavaleiros da Tábula Redonda, das aventuras assumidamente delirantes das novelas de cavalaria, nos novos tempos, na impiedosa luta pelos bens do mundo desperada pela conquista da América e pelo triunfo da idade burguesa, deixara de ser no mundo exemplar na ordem ficção para se tornar no mundo de evasão e, mais gravemente, de mentira.

Realista, lírica ou onírica, toda a dita época é virtualmente alegórica, nela se inscrevendo o sentido da vida humana como destino transcendente, pelo menos na Península. A humanidade não goza ainda de qualquer dignidade

e, quando isso acontecer, a sua dignidade aliterária advém-lhe de uma denegação ou indiferença a essa finalidade transcendente.

No tempo de Cervantes, toda a literatura séria releva o sublime, como *Os Lusíadas*, com a sua galateia. Todas as obras estão escritas ou visam escrever-se numa espécie de empírico literário. E talvez o género específico e a proeza literária que o *Dom Quixote* representa não seja mais que uma invenção sem precedentes de ter feito baixar o sublime do céu à terra.

A famosa invenção do romance como realidade moderna não consiste senão nessa transubstanciação às avessas sob a máscara da paródia na aparência que já tinha servido Aristóteles para sair da Idade Média positivamente ou magicamente continuando no Jardim da Armida. Cervantes aprenderá a lição e guardará a forma, invertendo o conteúdo, revestindo e revestindo-se do seu herói do mundo, da loucura e inventando para tornar nossa a sua mais original criatura: Sancho, o primeiro e o mais genial dos heróis sem qualidade nenhuma, o mais universal pela sua ignorância não douta, uma universalidade que é da sabedoria humana mais próxima da inocência que podemos conceber.

Despida da sua máscara sibilina, a loucura quixotesca é a condição transcendental da sabedoria, do sonho que propícia uma vivência e um entendimento do mundo e de nós mesmos ao rés da vida, mas de uma vida elevada acima de si mesma pelo combate heroicamente travado e perdido de Dom Quixote. Qualquer que seja a ideia que se faça da intenção ou das intenções de Cervantes ao escrever o *Dom Quixote*, a sua intrínseca ambiguidade é inseparável dela, como elmo de Mambrim, e terá sempre a dupla leitura da sua aparência e da sua enigmática proliferante e irredutível realidade.

É certamente o primeiro livro que se pode chamar “work in progress” ou livro “*in fieri*”. Assistimos à sua génese e evolução, tanto na sua composição rapsódica e recompiladora da primeira parte, como na coerência e afirmação dos personagens. Nada há de mais elucidativo no *Dom Quixote* que o baptismo dos personagens imortais, a hesitação em nomeá-los com precisão, como se isso se tornasse contraditório, com frios de morte.

O livro por excelência deixara de ter leitura humana ou estava fechado. A literatura não é o espelho da verdade se não for o lugar onde ela vacila. Todo o programa da literatura futura está, por assim dizer, inscrito no *Dom Quixote*.

Primeiro que ninguém, Cervantes conheceu esta vertigem num género mouro. Ele tinha escrito um livro onde pusera já não só o seu género, mas toda a sua vida. Um livro cuja profunda seriedade escapava aos que riam com ele e asseguravam o sucesso inaudito. Esse livro destinado a encantar os séculos futuros era grosseiramente imitado e troçado. A sua vida, o seu sangue, a alma da sua alma, eram apenas papel escrito. A este desafio sem precedentes devemos a segunda parte do *Dom Quixote*, que não é apenas uma tradicional continuação das aventuras do ilustre fidalgo, como as que eram correntes na grande voga da segunda fase da ditadura de cavalaria, mas que é verdadeiramente o terceiro Quixote, aquele que nunca teria existido sem a misteriosa e eficaz impostura de Avelanede (confesso que no meu panteão privado guardo sempre uma vela acesa em honra do famoso impostor). Sem ele não teríamos a segunda parte do *Dom Quixote*. A invenção do livro que não vive de paródia, ou da crítica à ficção como mentira do mundo, mas da ficção como essência do livro, de todos os livros e através dele da nossa incontornável e interminável ficção.

Sobre Manuel Antonio Pina²⁰

*Voz dele, voz nossa?
Nossa porque dele.
Manuel António Pina*

Manuel António Pina é, entre outras coisas, um romântico anti-romântico. A sua visão não procede da consciência de um espaço fantástico, como a de qualquer *Avatar*, visado como de pura imaginação. O seu espaço matricial, se paradoxo se consente é o da morte, com minúscula e não maiúscula como o de Antero. Também não o é o da morte apavorada e domesticada de Pessoa: o daquilo que não pode ser dito – e ainda menos enfrentado – sem nos retirarmos da existência que nos supomos. É só aquilo que lá está mesmo sem se anunciar.

Em suma, o que nos *divide* e não nos deixa unir a nós mesmos. Agora. Não depois daquilo que chamamos a «nossa morte», o impensável por excelência.

A morte, a sua presença, se assim se pode dizer, no texto e na percepção dela na poesia de Manuel António Pina (MAP), é qualquer coisa que, desde sempre, faz corpo connosco, que embebe o nosso quotidiano ou se torna fantasma no quarto desconhecido onde, de repente, acordamos *outros*. É, sobretudo, aquilo que uma vez percebido não nos deixa dizer eu, sem que dessa nomeação imortalizante se levante essa espécie de fantasma que nunca mais se dissolverá na bruma da vida, que não é a do *Outro*, mas o outro de nós mesmos.

A nossa morte, na visão de MAP, está connosco como a sombra com o corpo. Não se recorta como uma *ausência* que, por milagre, se pudesse converter em *presença*, uma presença de nós em nós mesmos como se fôssemos deuses ou, pelo menos, anjos. É como ausência de nós mesmos que a morte nos interpela. Mas a nossa resposta nunca nos dará a *presença* que nós reclamamos para nos assumir como os *eus* que nós supomos.

MAP é um dos raros poetas do meu conhecimento que não confere ao que chamamos *interioridade* uma qualquer consistência e faz dela a essência

²⁰ Intervenção no Seminário “Manuel António Pina – Palavras para além das fronteiras”, Guarda, 21/01/2010, in *Revista Iberografias*, nº 8 (2012). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

mesma da nossa identidade. Para ele, tudo – mesmo o mais subtil e efêmero – é pura *exterioridade*. Como a literatura tem vivido, desde a sua origem, da convicção de que o sentido e a realidade do mundo só dessa mítica interioridade são a expressão e o espelho, suspeitá-la ou preferir-lhe esse outro espelho, o da exterioridade (onde tudo está inscrito e de onde tudo é descrito), é uma espécie de revolução copernicana na ordem da poética e da poesia. MAP não a inventou nem a consome a sós. Assume, isso sim, como uma espécie de evidência fundadora da sua prática poética, a que vinha a caminho e constitui a vocação latente da modernidade: escrever, evocar a realidade com tinta mesmo da realidade, o que está fora, que existe porque nós a vemos, mas que já nos via antes que a víssemos.

Por isso da sua temática original faz parte um paradoxal combate no seio da literatura e mesmo contra a literatura, como palavra que não só canta e transfigura a realidade mas, por assim dizer, a cria. Para ele as palavras não são aquele mágico cristal, evocado por Eugénio de Andrade, que reflectem o mundo ou o condensam. As palavras são apenas a ilusão de serem esse espelho nosso, ou do mundo, que apenas existe como ilusão. Quer dizer: literatura.

As suas palavras conscientes de ser shakespearianamente *words* e, ao mesmo tempo, pura exterioridade, como a da música:

*Ouvir-me fora de mim
falando alto?
Que outras palavras são estas
impronunciadas, falando por mim
pondo-se entre mim e
as minhas palavras não me deixando
falar?
E estas, as palavras do poema
fazendo de nós Literatura?*

A ausência instalada no coração da nossa realidade, ou o que assim chamamos, isto que nos permite separar a vida da morte, que nos duplica imaginariamente, só a pura exterioridade o alcança. A nossa condição – até na relação com os outros, mesmo os mais amados – é sermos gémeos divididos:

*Em algum sítio onde és um só
como dois gémeos divididos,
entre o nó da vida e o nó
da morte, um sonho de sentidos;*

*em algum passado
em algum princípio, em algum modo
da memória ou de olvido
em alguma estranheza, em algum
sono*

*ou em alguma espécie de saudade
física e visceral
de seres real,
pura exterioridade.*

Paradoxalmente, uma tão funda consciência da sua irrealidade, numa versão pós-pessoana, confere à poesia de Manuel António Pina uma não menor e quase obsessiva pulsão para promover todas as aparências quotidianas a verdadeiras configurações angélicas com o dom de nos instalar na realidade, ou antes naquela realidade onde misteriosamente fomos frustrados.

Jamais teremos – para nós mesmos – aquela realidade de que um cão desfruta para não ser *humano* e, assim, de Deus nunca abandonado. A ele ninguém o abandona. Entre ele e a vida não há *hiato*. Só nós somos hiato absoluto, sem ponte para nos unir a nós. Desta visão, ao mesmo tempo desesperada e lúcida da condição humana de nós mesmos, vive, poeticamente insólita, a inquietante e tranquila poesia de Manuel António Pina.

O nosso tempo e o tempo dos outros²¹

Pela primeira vez, enquanto actores culturais, os europeus se encontram confrontados, não só do interior mas do exterior, com uma temporalidade própria, digamos, finita. E isto não pode ser indiferente para a relação que têm com a sua História com Cultura ou da sua Cultura como História. A sua e a dos outro agora percebida e vivida, como não só diversa, nas suas manifestações, mas como originariamente outra para não permitir pensar a Cultura como um conceito unívoco e universal onde a pluralidade das culturas a si mesma se compreende e se transcende. Cultura já não quer dizer explícita ou implicitamente Europa como o era sob a forma hegeliana do Espírito e esta consciência da intrínseca finitude da nossa cultura nada tem que ver com a famosa constatação desabusada de Valery de que “nós, as civilizações sabemos que somos mortais”. Esta mortalidade geral era, ao fim e ao cabo, consoladora para um grande europeu, estilo Valery. O que nos aconteceu, o que nos acontece, é bem mais radical e mais interessante: mortais ou não, nós europeus não nos imaginamos já como culturalmente paradigmáticos. E isto tem as suas consequências quanto ao nosso destino cultural de europeus confrontados com outros destinos tão convencidos como o nosso o foi de que a ele e a ele só cabiam a vocação da universalidade e a gerência do sentido da aventura humana. Os outros não só nos interpelam como sempre o fizeram não como nos julgam e nos contestam ou nos remiram por lei, tendo para connosco aquele reflexo de compaixão, de equidade ou de remorso que os europeus conheciam já nos Persas de Esquilo e um dia os levaram a redigir os *Ensaíos* ou as *Cartas Persas*. A cultura europeia que julgava o mundo está em julgamento e daí podermos continuar os nossos jogos culturais como se estivéssemos sós no mundo. O mais lúdico dos prazeres humanos converteu-se em jogo de vida e morte, não porque estejamos à beira de ser submersos por uma barbárie mais inquietante do que aquela que nós mesmos inventámos, mas apenas por uma rasura intensiva e invencível da nossa imaginária identidade. Ao menos devemos saber de que é que estamos doentes e se, condenados à morte, para poder sair da nossa História que julgávamos “nossa”, de olhos abertos, e não feridos de um sonambulismo encenável.

²¹ In *Revista Iberografias*, nº 2 (2006). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

Desde que tiveram consciência de si, os europeus – Heraclito ou Hesíodo – viveram na convicção de que o seu tempo – o do “seu trabalho e dos seus dias”, tanto como o dos seus sonhos – era partilhado por toda a Humanidade. O encontro com outras culturas, após um instante de perturbação, como quando se confundiram com um novo mundo, não abalou a sua convicção de serem os “senhores do tempo”. O que se confinava, fossem Péricles ou Alexandre – os europeus paradigmáticos na ordem da vontade de poderio de vocação universal – na convicção de serem também os senhores da História. Aliás a História nunca foi para nós outra coisa que a metamorfose, lenta mas bem sucedida, do nosso tempo particular de gregos, romanos e cristãos num tempo virtualmente universal. Aqueles que primeiro mediram o nosso planeta deram-lhe, para fins práticos, a sua hora exacta. Todos os aeroportos do mundo nos confinam nesta crença de um tempo único. O tempo europeu não só continua a medir, aparentemente sem oposição, o ritmo abstracto da mudança cósmica herdada da Babilónia, como confere uma orientação preciosa à nossa viagem que sem esta escansão de tempos, seria vivida como escoamento intemporal ou eterno retorno.

O nosso tempo foi tempo de César em lembrança da primeira Europa imperial, em seguida “tempo de Deus”, ao mesmo tempo promessa de salvação e guerra do tempo no coração do homem. Esta temporalidade veio dar ao destino europeu a figura felliniana de uma nau chi va... Foi sempre como um barco que o imaginário europeu se representou o seu destino viajante – barco de Noé, de Ulisses, nau dos Loucos, nau redentora de Colombo – levando a bordo a humanidade inteira. Mas agora que o tempo europeu se tornou ao mesmo tempo, universal e finito, agora que já não sabemos se a nau mítica possui ainda o desejo e a força de continuar a sua errância, temos o tempo todo para examinar a ficção gloriosa que fez da Europa uma espécie de D. João da História, quer dizer, o seu conquistador indulgente.

Pela primeira vez desde que os Europeus assumiam o destino de mediadores entre outros povos e continentes, a Europa de Marco Pólo toma consciência do seu espaço finito. Todas as naves europeias voltariam ao porto. Simultaneamente o seu tempo abstractamente universal, inscrito em todos os relógios do mundo, tornou-se o de uma temporalidade encolhida, cortada, por assim dizer, do élan irresistível das épocas com que se julgava responsável pelo futuro. Como se a Europa sofresse de uma espécie de anemia, pelo simples facto de

já não crer num futuro que fosse, de algum modo, se não o acabar do seu sonho conquistador, pelo menos do seu papel entre as demais culturas. Os europeus veneram ainda o fim do século e sobretudo o fim do segundo milénio depois de Cristo, com a ideia de que esta celebração comportava uma carga simbólica particular. Na verdade, só para nós, europeus da Europa, o conceito de “fim de século” ou de “fim de milénio” tem uma ressonância única. Nós sentimos bem que esses marcos não têm o mesmo sentido para as grandes culturas não-europeias – China, Japão, Índia, Islão – ou não evocam ou expressam os mesmos valores fantasmas, os mesmos devaneios, esperanças ou nostalgias. A essência do tempo e a memória e as memórias não são sobreponíveis.

Mesmo as culturas que retomaram, à sua maneira, a herança do modelo europeu, como os Estados Unidos ou a América Latina, relevam de uma temporalidade histórica, diversa da nossa. O que significa novo milénio – um milénio de memória – para quem só existe há 500 anos? Na realidade, só a referência ao tempo da cultura europeia está impregnada de uma inquietação de consonância trágica pelo facto da nossa cultura ter assumido e bem cedo o papel de Sibila e de Cassandra da aventura humana. Nós nascemos interrogando a Esfinge de que desconfiávamos tanto. Todas as culturas, salvo a nossa, existem em função de uma resposta, de uma crença ou discurso mítico, fonte de uma familiaridade com o tempo que os europeus, desde Heraclito e Píndaro, mas sobretudo desde S. Agostinho, nunca conheceram.

Paradoxalmente, o fim do segundo milénio, esvaziado de antemão da sua dimensão sagrada, na medida em que a Europa já não se vive como cultura crística, está em vias de dissolver a sua temporalidade trágica num outro tipo de temporalidade ligada a culturas que nunca tiveram a necessidade de dramatizar a sua relação com o tempo, como se elas não fossem para lado nenhum. À semelhança do antigo Egipto, a China, a Índia, o Japão, o Islão fundamentalista aderem ao seu eterno presente, ou ao imemorial dele, que se mudam ou renovam-se, naturalmente, não sem nunca afivelarem a máscara que a nossa cultura revestiu tão cedo: essa, a de Édipo de que erguíam e prendiam evocações; de onde viemos, quem somos, para onde vamos?

Tudo se passa, nesta aurora de outro milénio, como se nós, também, tivéssemos renunciado a ir para qualquer lado, talvez porque outros, nossos herdeiros, para aí vão em nosso lugar. Esta visão releva talvez de um olhar demasiado contagiado por um presente europeu particularmente hamletiano, assaltado

pelos demónios da abdicação e da impotência no momento em que nós julgávamos realizar o grande sonho comunitário. Seja como for, a Europa não vive o seu tempo próprio com aquela paixão inquieta e inquietante, poderosamente apoiado pelo futuro, que parecia deportá-la para além de si mesma no momento em que marcava com a sua inquietação febril o ritmo mesmo da História.

Esta espécie de psico-drama da cultura europeia, a melancolia que dela exala, é por assim dizer a sombra fatal da ilusão europeia por excelência: a de se identificar com uma temporalidade que relevava quer de uma Fé de alcance universal, quer da universalidade mesma da Razão, que poderia dar conta de tudo, mesmo do mistério ou do enigma da História. Em todas as outras culturas, o tempo dos homens é o tempo de Deus ou dos deuses. Só a cultura europeia pretendeu que o tempo de Deus fosse o tempo dos homens.

Quando este desafio prometeico perdeu a sua razão de ser, a invocação do homem tendo-se tornado para si mesmo um fardo mais pesado do que parecia a confiança em Deus, a nossa sede pareceu extinguir-se. Também nós, como as culturas extáticas, estamos vivendo o nosso presente como se não fôssemos para parte alguma. Como personagens de Herman Hess aspiramos ao repouso, o repouso do sonho, durante o qual anjos à moda de Wim Wenders se encarregariam das nossas tarefas sobre-humanas, ou como o de Buda, sonho de pálpebras fechadas, como resposta inacessível ao sofrimento que o aqui vivo do tempo inflige aos nossos corações de carne e sangue. Mas aquilo que no Oriente releva da mesma funda sabedoria, de uma experiência vivida, no Ocidente, em particular na nossa Europa esquecida dos seus próprios sonhos de absoluto, não passa de uma mera “fascinação” lúdica. Bem significativo, todavia, de uma deriva profunda, de uma incapacidade de assumir o tempo como essência do ser.

De continente sedutor – com o que há de demoníaco ou perverso em toda a sedução – a Europa transformou-se num continente seduzido. De certo, o espectáculo da nossa cultura – ou da nossa cultura concebida em espectáculo – não parece muito diferente daquele que nós evocámos sempre com júbilo, o de todas as grandes épocas criadoras do passado europeu: tempo das catedrais, do Renascimento, da festa Barroca, do romantismo – apesar da sua essência doentia ou do elán nunca realmente terminado do conhecimento objectivo do mundo, com os seus frutos ao mesmo tempo mágicos e inquietantes. As mudanças e as metamorfoses da sociedade europeia, em todos

os domínios, são vertiginosas. As da Cultura também, mas não da mesma vertigem. Poder-se-ia mesmo supor que existe um laço profundo entre uma mutação tão rápida que se nos torna indiferente, e o sentimento de tempo suspenso que na ordem do sentido e do símbolo, caracterizaria a nossa relação com a História enquanto história europeia. Mas esta observação é demasiado genérica. Se comporta alguma verdade, devia aplicar-se a outras culturas, tão dinâmicas ou mais que a da Europa. Ora não é o caso.

Nós sabemos que essas culturas não ressentem nada que possa comparar-se à nossa melancolia histórica. Elas relevam de uma outra temporalidade que nenhuma tragédia empírica – mesmo a de Hirochima – é capaz de afectar. São culturas que, por razões opostas vivem na denegação quase masoquista dos valores religiosos ou éticos – que lhe servem de referência... Não são, como a cultura europeia, sobretudo como cultura cristã, com a misteriosa culpa original mesmo transfigurada em condenação da redenção. Não é assim a ideia de nenhum japonês, nem de nenhum americano (apesar da herança cristã) imaginar que a sua cultura, apesar dos horrores de que os seus países tornaram culpados, penitenciar-se publicamente por essas catástrofes da sua responsabilidade e consideradas uma mancha indelével como a que Auschwitz deixou na consciência europeia. Mesmo o Vietname não foi peripécia que turvasse a sério a imagem da América como pátria da Democracia e da Liberdade. A nossa mais consciência significa que, apesar de tudo, o essencial da nossa cultura, o seu enraizamento ético, cujos referentes são Sócrates e o texto bíblico, foi preservado. Por quanto tempo? É sobre esta linha invisível e precária, que o destino europeu, suspenso da ideia de liberdade de escolha, de responsabilidade e de salvação, parece hesitar, como se também ele fosse tentado por um destino pragmático, típico de uma cultura de indiferença. E pior do que tudo: da grande indiferença como cultura. Mas como cultura dominante é aquela onde todos estamos planetariamente submersos e ontologicamente distraídos. Esta é a verdadeira versão de tão glosada – também ludicamente – morte de Deus. Que a ninguém importa como se ele tivesse outro contendor, que a nossa própria morte – morte de seres incapazes de distinguir o que os salva do que os perde. Que Messias nos poderá salvar desta perdição vivida com um esplendor que converteu o espectáculo – mau grado os seus horrores e indigência – numa Las Vegas mítica, numa Jerusalém celeste às avessas?

Tempos de Coimbra²²

Por ordem deste curioso colóquio centrado não sei porquê na minha pessoa, tenho que cumprir este exercício narcísico de estar aqui, direta ou indiretamente, a referir-me a parte do meu percurso de vida.

Quero, antes de mais agradecer a todos os que tiveram a gentileza de vir até aqui nesta manhã um pouco sombria, em particular à grande Helenista, Doutora Maria Helena da Rocha Pereira, de que tive a sorte de ser o primeiro condiscípulo na Universidade que nós frequentámos já há longo tempo, e que tem sempre a gentileza de ter acompanhado de uma maneira ou de outra o percurso deste amigo voador, difícil de localizar e mesmo de algum modo in-localizável.

Também queria agradecer ao Senhor Prof. Fernando Rodríguez de la Flor, grande professor universitário de Salamanca, especialista do Barroco e que tem tido a gentileza de participar nos trabalhos do Centro de Estudos Ibéricos e dar, com outros, a presença concreta a esta ideia que esteve na génese do Centro, uma espécie de três pólos sobre os quais nos se inscreve o conceito do CEI. Três pólos não será uma figura geométrica muito correta, mas é a realidade, e desses pólos, dois são as duas universidades mais importantes da península, podendo mesmo dar uma ordem de prioridade, e sobretudo, de eficácia no tempo, à Universidade de Salamanca, que foi um dos grandes centros universitários, não apenas ibéricos mas europeus, que uma parte dos nossos estudantes frequentou, da Idade Média até ao Renascimento. A Universidade de Salamanca pertence ao espaço cultural matricial universitário ibérico e mesmo europeu, portanto é uma grande honra que a Universidade de Salamanca se tenha querido associar à velha Universidade de Coimbra, que foi, durante tantos séculos “a Universidade” (não havia outra em Portugal e nos espaços de presença portuguesa até à independência do Brasil). Congratulo-me que esta pequena utopia de uma atenção particular para com a civilização ibérica no seu conjunto tenha um começo de realização e de atividades como tem feito até hoje, embora a mim se deva apenas o facto de ter

22 Intervenção no Colóquio “Eduardo Lourenço: as paisagens matriciais e os tempos de Coimbra”, Coimbra, 26/04/2012, in *Revista Iberografias*, nº 8 (2012). Guarda: Centro de Estudos Ibéricos.

lançado essa ideia. Quero agradecer ao Dr. Virgílio Bento e à Dr.^a Alexandra Isidro o interesse e o cuidado com que têm acarinhado e dado forma concreta a este pequeno sonho de um Centro preocupado com o pensamento ibérico e a cultura ibérica em geral.

E também quero lembrar que está nesta mesa um jovem professor de filosofia, o Dr. João Tiago, que só por tempos da minha própria exegese, se assim se pode dizer, tem acompanhado o meu percurso e ultimamente é ele o responsável pela publicação do primeiro volume das chamadas “Obras completas”. Estou-lhe muito grato pela generosidade de se ter encarregado desse género de funções.

O assunto deste colóquio deixa-me perplexo “Colóquio *Eduardo Lourenço, as paisagens matriciais e os tempos de Coimbra*”... A mim o que me apetecia era falar de uma coisa de que é raro falar, sobretudo aqui na presença tão amiga e simpática de jovens colegas e grandes universitários, que seria a “mitologia coimbrã”.

A mitologia coimbrã existe e eu naturalmente ignorava, quando cheguei aqui, em 1940, que ia entrar num mundo com outras regras e outros ritos, sobretudo naquela época em que Coimbra ainda tinha essa espécie de monopólio muito simbólico, porque, na verdade, naquela altura só havia mais duas ou três universidades e todas elas muito mais recentes do que a famosa Universidade de Coimbra. Esta Universidade que eu já conhecia antes de conhecer, porque, como dizia Platão, é sempre assim que as coisas começam. Na minha aldeia havia três estudantes que eram estudantes de Coimbra e que eram uma espécie de aparições quando vinham de férias e nos traziam notícias do que nós não sabíamos e contavam grandes aventuras, sobretudo aventuras de adolescência ou de começo de idade adulta que nos deslumbravam; além disso eram uns grandes campeões de futebol e jogavam com uma bola verdadeira – a primeira bola de futebol que eu vi no mundo – e não uma daquelas bolas de trapos com que a gente se entretinha na aldeia. Portanto, falavam desta Coimbra e o que é curioso é que referiam alguns nomes de professores famosos, sem eu nunca imaginar que, um dia, iria ser não só aluno da Universidade mas assistente na Faculdade de Letras de um desses famosos professores, cujo nome tinha chegado à minha aldeia e que tinha uma reputação de ordem cultural e também um pouco ideológica, alguém que, estamos nós no início do Estado Novo,

passava como um liberal, e que mantém ainda grande tradição portuguesa, o Prof. Joaquim de Carvalho.

Eu nunca imaginei que um dia viesse a ser assistente dele, tanto mais que ele nunca me tratou como outra coisa que “menino”. A Universidade de Coimbra era uma universidade ainda muito familiar, e daí cheia de ritos, de gente que tinha tradições académicas que passavam de pais para filhos. Coimbra era realmente um núcleo um pouco à parte, mas quando me refiro à mitologia coimbrã penso fundamentalmente que esta cidade, além de ser o *Studium Universalis* foi também a cidade da juventude portuguesa que aqui estudava e onde há uma espécie de continuidade não de tipo ficcional, mas de tipo poético. A poesia em Portugal fazia-se na *Universitária*. Toda a gente andou em Coimbra até finais do século XIX e, portanto, esta era a cidade dessa ordem poética.

Eu nunca fui muito folclorizante e na minha geração éramos muito reticentes em relação ao culto da tradição e das praxes. O grupinho em que eu me vim depois a reconhecer era muito anti praxista, que naquela altura não significava apenas uma coisa de ordem de ritos académicos com uma certa tradição, era também uma maneira de não querer comungar da atmosfera “luso oficial” do país; ser anti-praxista era um sentimento de oposição de algum modo latente mas eu não comunguei de uma coisa nem de outra. Eu vinha de Lisboa, de um colégio militar, uma coisa fechada, e Coimbra foi para mim a descoberta de um outro mundo, um mundo novo de novas amizades e sobretudo de entrar num percurso estranho, primeiro nas ciências, depois nas letras, e ficar para sempre no círculo encantado desta cidade universitária, na altura única.

É claro que a gente sabe que a mitologia coimbrã tem o seu ponto mais alto, sobretudo pelo estatuto literário, no famoso texto de *Eça de Queirós* dedicado a memória de Antero de Quental, onde toda a mitologia moderna do lugar cultural e também de vocação ideológica da academia de Coimbra é invocada como qualquer coisa de representativa de uma nova leitura do passado cultural deste país. As conferências tiveram lugar em Lisboa mas foram realizadas por antigos estudantes, quase todos estudantes de Coimbra, entre os quais Antero e Eça de Queirós. E Eça, nostalgicamente, escreve esse famoso texto em que se identifica com Antero e instala na nossa mitologia moderna um discurso sobre Coimbra.

Curiosamente, quando cheguei a Coimbra ainda essas imagens, esse mito coimbrão centrado na Geração de Setenta, estava muito vivo. Lembra-me muito bem que na nossa Queima das Fitas, um bocadinho tocados, íamos no desfile pela Sá da Bandeira abaixo a dizer “nós somos a nova geração de setenta”. Felizmente não ficou registo daquelas loucuras que, naquela altura, eram compreensíveis. Mas esta assemelhação era muito interessante porque era para nós estarmos a reivindicar, a manifestar contra o que não se podia nomear, embora a não nomeação fosse superior à nomeação, e até mais interessante do ponto de vista de imaginação.

Curiosamente quando eu cheguei inaugurava-se outro tipo de mitologia coimbrã que foi muito eficaz e que teve grande tradução na ordem da poesia e da ideologia, uma geração que mais tarde recebera o nome de neo-realista, que é relativamente tardia, e que era, pura e simplesmente, toda uma geração cujas raízes se encontram nos anos trinta. Penso que um das coisas mais importantes para a minha geração, mesmo de adolescente, foi o que se passou em Espanha, em trinta e seis. A juventude portuguesa identificou-se com uma das partes em luta e outra provavelmente com outra parte do país e do mundo. E Coimbra era conhecida nessa época pelas lutas que se faziam quando havia eleições; uma luta entre a direita e a esquerda fundamentalmente, com forças mais ou menos iguais. O que era novo naquela altura não era o discurso oficial dominante, mas uma nova geração que reclamava numa nova utopia na ordem ideológica, uma utopia cheia de esperança em que a história e o futuro se identificavam com as suas próprias ilusões políticas e sociais e que deixou uma marca na cultura coimbrã que ainda persiste até hoje. A famosa geração neo-realista foi uma espécie de cultura dominante de Coimbra, com manifestações noutros pontos do país, traduzindo uma geografia cultural cujo enraizamento histórico ou cultural se encontrava nesta Coimbra.

Coimbra ainda era uma espécie de ilha naquela época. Curiosamente nós, e eu pelo menos, embora até conhecesse pessoas que tinham estado ligadas a essa geração como o poeta Miguel Torga, famoso dissidente, já não era uma coisa muito viva em Coimbra, nessa época. Esta nova geração era uma geração que conhecia essa presença e que estava em diálogo com ela mas também com atitudes críticas em relação à atitude considerada ainda muito subjectivista e romântica, uma vez que a geração de que eu estive próximo em certo momento estava muito implicada numa luta já de um novo tipo, ideológico e político,

que se reclamava das tradições europeias e até universais. Desde a revolução de 1917 a Europa continuaria, durante mais de setenta anos, a ser confrontada com essa ideologia que pretendeu, pretende e continua a pretender ser uma ideologia de alcance universal. Na minha geração muitos dos meus amigos conheciam e eram influenciados pelas teorias Marxistas e o que havia ali era a ideia de que o país onde a revolução se tinha dado era um novo horizonte, não só ideológico, mas até cultural, e que durante mais de cinquenta anos foi um dos pólos em torno dos quais girou toda a cultura não só a europeia, como a universal.

Em Portugal estas coisas eram muito atenuadas mas a verdade é que essa geração deixou marcas, bem patentes no famoso texto do Antero em que se refere à “primeira geração que teve consciência que saía dos carris de tradição”, que, a par do texto de Eça, ficou como uma das referências culturais para a minha geração. Nos anos setenta quando se celebrou o centenário da *Geração de Setenta* vim a Coimbra fazer uma conferência e sugeri que esta Coimbra devia ter uma lembrança de Antero de Quental completa, viva, erigindo-lhe uma estátua. Até hoje. Antero teve realmente que pagar aquele atrevimento, aquela audácia, aquele desafio a todo um passado cultural, para além do desafio a si mesmo que pagou como se sabe. Antero de Quental continua à espera que seja um dia homenageado nesta terra como merece. Para a minha geração ele pertence aquelas referências, aos ícones culturais e de memória, para além de ser um grande poeta.

Ainda que promovamos a adolescência a primeira juventude ao momento mítico do silêncio, a verdade é que cada geração se reinventa e se remitifica, sobretudo numa cidade como esta, uma cidade com todo um passado cultural extraordinário e ao mesmo tempo uma cidade de onde partiam iniciativas e movimentos, quer poéticos quer ideológicos, de grande importância.

Nos anos sessenta, quando o país é confrontado com uma das maiores crises da sua história, quando o império português é ameaçado pela onda da descolonização e se aproxima o seu crepúsculo, também há uma geração e que deixou marcas na história por razões de ordem ideológica e política. As universidades são sempre focos de contestação potentes, mas eu já não vivi cá esse tipo de mitologia, mas em França, no famoso Maio de 68. Mas aqui são razões nacionais, de uma juventude académica que vai ser confrontada não só com o desafio genérico em relação ao estatuto do país como país independente e dos últimos países colonizadores.

Coimbra tem todo esse percurso e quando começam a aparecer outras universidades pelo país, sobretudo depois de Veiga Simão, o paradigma continua a ser, às vezes caricaturalmente, o paradigma coimbrão – tudo quer ser a sua Coimbra. O meu período coimbrão foi, do ponto de vista cultural, decisivo e foi aqui nesta cidade que aprendi alguma coisa. Eu era um aluno relativamente aplicado, creio eu, – aplicado aquilo que me interessava e pouco aplicado aquilo que não me interessava – mas não só conheci aqui pessoas que tiveram no meu percurso uma influência capital, entre as quais o meu amigo Carlos de Oliveira, um dos grandes poetas que ainda hoje tem um estatuto de memória muito vivo, como outros camaradas daquela época que partilhavam um certo ponto de vista ideológico, bem como de outros que representavam uma outra tradição nossa.

Uma das essências da mitologia da ordem ideológica, aqui por influência da França, é a de que a esquerda tem uma espécie de monopólio ideológico daquilo que é socialmente mais crítico ou mais revolucionário, deixando à direita o papel de “mau da fita”. Naquela altura dava-me muito bem com muita gente que não partilhava as minhas ideias porque uma colectividade, e sobretudo uma colectividade académica, é também uma espécie de todo, um parlamentarismo. Havia apostas diferentes de ordem ideológica e cultural, mas a verdade é que naquela altura em Coimbra toda a gente se conhecia e a cidade ainda tinha essa característica de ser fundamentalmente “a universidade”.

Coimbra é não só a cidade da primeira geração romântica, a Geração de Setenta, – uma dimensão até então desconhecida na ordem do tempo – mas também a Coimbra da República e a Coimbra do Estado Novo.

É necessário visitar nostálgicamente a memória para ser um pouco mais justo com os tempos que se viveram e com as suas dissensões e rivalidades. Uma época é sempre de ordem cultural, extremamente complexa e dialéctica. A história de um povo e de uma cultura é uma história dos seus tempos, tempos diversos, em que os tempos não se seguem uns aos outros como por continuidade, mas cada tempo recomeça a totalidade do passado que está atrás dele e de outra maneira. O inevitável *Pessoa* disse esta coisa maravilhosa “cada época lega a outra aquilo que ela não foi”. Portanto o tempo, esse tempo mítico de Coimbra em que nós vivemos está encerrado numa espécie de cápsula temporal em que as oposições e as contradições faziam sistema.

O passado tem que se compreender em função de uma coisa irrepetível e única que cada presente significa. A ideia que nos vem do século XIX, uma espécie de uma linha que assegura a ideia de progresso – ideia mítica excelente – é a ideia da humanidade que visa uma perfeição da herança daquilo que se passou. Mas os desmentidos do século XX, e já agora do século XXI, são de tal ordem que nós não podemos viver nessa ilusão que foi uma ilusão das luzes no seu conjunto mas sobretudo da época positivista. Estamos numa espécie de uma encruzilhada estranha em que o mundo não tem aquela certeza, aquelas evidências que, durante quase duzentos anos, guiaram a marcha das sociedades ocidentais. O que realmente aconteceu de extraordinário é que esse monopólio mítico do ocidente em geral e da Europa em particular já não é aquilo que era. Esses mundos até existiam antes do próprio ocidente, sete ou oito, fechados em si mesmo como o Japão, mas não tinham outra visibilidade que não a leitura que o Ocidente lhe dava.

Existe uma leitura plural do mundo em vivemos e portanto os tempos de Coimbra estão no passado e são o que são. Estão no passado porque é onde tudo está, porque o presente é a única coisa em que nós estamos, sendo o presente a negação desse passado. Hoje não vivemos naquela convicção de que o mundo ocidental e a Europa em particular são os atores da história por excelência e que os outros são subalternos. Ou todos fomos atores da história ou todos somos subalternos, pouco importa. Daí esta ideia de que o sentimento que temos neste momento é de que entrámos num mundo muito diferente daquele que existia, pelo menos até a queda do muro de Berlim, o que nos deixa perplexos e provavelmente inquietos, mas que tem uma necessidade tão forte de se impor à nossa atenção como todos os outros passados.

A verdade é que não podemos viver senão com esta ideia de que o tempo em que a gente vive era o tempo – a famosa e misteriosa expressão do evangelho “naquele tempo”. Naquele tempo era o tempo da revelação e cada época que vem é aquele tempo, que é o emblema de um dos livros mais populares da mitologia coimbrã, “*In illo tempore*”. É o tempo de uma geração. O resto ou é morto, ou puro sonho.

REGRESSO SEM FIM

Quem vê o seu povo vê o mundo todo ??²³

Afinal o tempo, que ameaçava chuva, “escampou”, como se diz aqui, em terras do Riba-Côa – daquelas frases que realmente são daqui e não de outro sítio, ao mesmo tempo portuguesas e ibéricas.

Eu devia ficar calado, mudo e quedo como um penedo, segundo a imagem célebre dos Lusíadas, porque na verdade isto é tão excessivo, tão desproporcionado àquilo que eu realmente sou, penso ser e sinto ser, para merecer este tipo de homenagens que, realmente, só o silêncio seria conveniente para agradecer da maneira mais singela, do coração, tanta simpatia e tanto afecto, para alguém que nasceu nesta terra, há longos anos.

Antes de mais, começo a agradecer àqueles que tiveram a ideia desta homenagem, que me parece realmente um pouco pleonástica, porque já fui suficientemente homenageado. É verdade que do mel as pessoas nunca se cansam e eu tenho alguma afinidade com o mel porque, uma tia que eu referirei aqui, a quem eu chamo a “tia dos provérbios” – a Sra. Conceição dos Santos, mulher sem letras mas de uma dignidade extraordinária – dizia um dos provérbios que eu apliquei a mim próprio ou ela me aplicava a mim mesmo: “Quem de mel se faz as abelhas o comem”. Desta vez as abelhas não me devoraram mas rodearam-me de tanta doçura, que eu, de facto, fiquei sem raciocínio, sem palavras, para comentar um acontecimento desta ordem.

Quero agradecer à Associação Rio Vivo e ao Dr. Luís Queirós, eles sim merecedores de reconhecimento, pela acção de mecenato para reanimar, quase no termo clínico, uma aldeia que, apesar de ter séculos de história, é hoje um espaço tão carente.

Agradeço, igualmente, ao caro amigo Guilherme d’Oliveira Martins, que, de algum modo, tutelou cultural e afectivamente a ideia desta homenagem.

Agradeço ao Centro de Estudos Ibéricos, uma ideia e uma sugestão minha de há alguns anos e que é hoje uma realidade. Essa ideia que surgiu quando eu tinha uma crença ainda na sua plenitude, e que continua a existir de outra maneira, de que tínhamos entrado num outro tempo europeu, em

²³ Transcrição da intervenção na Homenagem em S. Pedro do Rio Seco, organizada pela Associação Rio Vivo e pelo Centro de Estudos Ibéricos, 06/08/2011.

que as antigas rivalidades, as antigas hostilidades, mais ou menos justificadas nos seus tempos, tinham desaparecido e que portanto era preciso uma outra leitura, um outro comportamento no interior da Península Ibérica e além do mais no interior daquilo que nós pensaríamos que estava à nossa vista e em vias de se cumprir: uma Europa sob o mesmo modelo, o modelo da democracia, espaço de paz e espaço de sucesso. Sonhos comuns às gerações praticamente desde o século XVIII, que têm sonhado umas atrás das outras, sonho de que não se pode desistir sem se desistir de tudo, do sentido da nossa história, do nosso passado, mas que têm dificuldade em cumprir-se e nós sabemos porque estamos numa dessas horas, em que o futuro é menos luminoso do que nós imaginávamos apenas, há dez anos, por assim dizer.

Agradeço ainda a toda a Comissão que deu o seu apoio a estas cerimónias; não vou nomeá-los, de nenhuma maneira, mas queria destacar algumas pessoas, os ausentes e os que se deram ao trabalho de vir de tão longe: o Presidente da Fundação Gulbenkian, em que tenho a honra de ser Administrador Executivo, Emílio Rui Vilar, os meus colegas, Marçal Grilo, Diogo Lucena e o antigo Ministro, e meu amigo, Mariano Gago, Isabel Alçada e outras pessoas ilustres que estão nesta assembleia. Queria igualmente saudar, com particular afeição, a presença de alguém que me é muito caro, Pílar del Rio, que muito admiro e que está aqui por ser quem é e só por estar ela também está a presença de alguém que pôs Portugal no mapa do mundo.

Saúdo igualmente o Sr. Bispo da Guarda, D. Manuel Felício, e agradeço-lhe a sua presença. Eu sou um baptizado e nasci na cristandade, nesta terra de grande história cristã, pelo que não vejo razão nenhuma para me renegar, naquilo que é superior a mim, que me foi transmitido por pessoas, gerações inteiras que estão atrás de mim, que testemunharam uma certa fé, comportamentos e que obedeceram a certos valores.

Vejo também nesta sala muitos intelectuais, que são, digamos, da mesma família sociológica a que eu pertença. Não é a melhor das famílias, mas é a nossa. Não os vou nomear todos, mas estou a olhar aqui para o Prof. Gomes Canotilho, estou a ver os meus amigos das letras, escritores, o Almeida Faria, que embora seja de nova geração é como se fosse um irmão mais novo, Manuel António Pina, o meu amigo Manuel Alexandre e muitos outros que estão nesta sala e que eu realmente saúdo e perdoem-me, realmente, os respectivos esquecimentos.

Naturalmente que os meus familiares que estão aqui não precisam que eu lhes agradeça porque eu sou eles e eles são eu, sobretudo nesta circunstância. Vejo que está também nesta sala alguém para quem tenho uma dívida muito especial, a antiga Governadora Civil da Guarda, Dra. Maria do Carmo Borges, a quem eu devo a minha interiorização cívica, a minha adopção como alguém que tem alguma coisa a ver com o distrito da Guarda, se não em particular com esta aldeia que aqui está. Provavelmente sem aquela cerimónia da Guarda, nada disto, nada desta espécie de coisas teria, realmente, acontecido.

Agradecimento por fim para aqueles a quem não sei como agradecer, que são a maioria dos que estão também nesta sala, gente de estatuto social, que é o estatuto social mais próximo daquele que era o meu e dos meus na minha infância e ainda hoje.

Eu tinha um texto preparado, só que uma das minhas irmãs, sem o ler, decidi que seria muito chato. De maneira que nem sei se terei realmente a coragem de o repetir. E o texto intitulava-se e vai intitular-se, provavelmente, “Quem vê o seu povo vê o mundo todo”, que é também uma expressão dessa minha tia dos provérbios. Ela falava como o Sancho Pança pois tinha provérbios para tudo. O texto tinha um subtítulo, e vai ter, naturalmente, que eu vou começar a ler:

“Quem vê o seu povo vê o mundo todo” ou “As andorinhas” (esta parte, a segunda parte, é mais interessante).

A cerimónia desta tarde lembra-me um episódio dos meus tempos de Coimbra, quando era aí estudante e conheci um jovem poeta e escultor, de ambições desmedidas como se devem ter naquela idade, chamado Aureliano Lima, que queria homenagear e glorificar alguns dos vultos culturais literários de Coimbra do nosso tempo, dos meados dos anos 40. Entre eles, gente de reputação nacional, como Miguel Torga, Paulo Quintela e gente que deixou o seu nome na literatura contemporânea. Mas não só esses vultos de Coimbra, mas também Beethoven – era muito ambicioso – Beethoven e Nietzsche, acho que foi a primeira vez que eu vi uma representação de Nietzsche, com os seus famosos bigodes, apoteóticos e desafiadores.

E Aureliano Lima, que era meu amigo, conheci-o nessas idades, pensou que eu também era glorificável, naquela idade! Provavelmente naquela idade, seria o tempo mais justo. E fez-me um busto, um famoso busto. Esse busto, o meu irmão Adriano, mostrou-o um dia a essa minha tia que estava em

Coimbra, que recuou, horrorizada, como se tivesse visto um fantasma. Reacção sã, reacção clássica, que é a que tem toda a gente que ainda não está contaminada e corrompida por um certo processo de edificação cultural. Nós não temos imagens, realmente, como Deus. E a verdade é que nunca se soube o que fazer de tal busto, sobretudo eu. E que nunca foi objecto de exposição artística – talvez realmente o Aureliano o merecesse – mas sobretudo não teve o futuro supremo, que seria para mim impossível de aceitar, de se exhibir numa praça pública.

Porque aceitei, então, agora, que essa homenagem se fizesse em torno da bela estela de Leonel Moura? Que é uma estela que me lembra o começo daquele filme famoso do Kubrick, uma espécie de tábua da lei, do começo, onde estaria contido o mistério do universo e que abre para aquela fulgurância extraordinária do *2001 Odisseia no Espaço*. Esta é mais modesta, naturalmente, e não tem realmente a pretensão de ir fazer a volta do Cosmos. Mas é de um excesso já, nessa sua modéstia, que nada me preparava ou me prepara para aceitar, embora o meu primeiro gesto seja de o agradecer.

Então, por que é que eu corri o risco, sabendo que isso ia ser feito, de me ver ali materializado, ou semi-materializado, já é melhor, correndo o risco de me converter em morto-vivo ou vivo-morto, quer dizer, em fantasma de mim mesmo? Talvez apenas por isto, por tudo isto se passar nesta pequena aldeia da minha infância, provincial como eu, mas sem foguetes, que seriam realmente despropositados. Mas sobretudo por me ser ocasião, não premeditada, de aproveitar para pagar, não uma dívida, propriamente dita, mas sobretudo um remorso, um remorso que ninguém tem, nem seria lógico que adivinhasse.

Eu sou autor de alguns livros, chamados ensaios. Com alguns leitores no meu país, sobretudo no que se chama o meio intelectual e que na minha infância era mais reduzido do que é hoje. Sem vã glória, nem má consciência incluo-me, ou os outros me incluem, nessa sociedade miticamente sem classes, que a si mesma, em certo momento e em língua russa se auto-designou, a si mesma, como a “*inteligência*”.

A mera lembrança de *Diógenes* ou de *Rousseau*, para não me lembrar de *Grouxo Marx*, bastaria para não tomar essa pretensão a sério. Mas nenhuma ironia me redime de ser o que se chama um autor nada popular, naturalmente, é um eufemismo. Em nada isso importaria se não significasse, como significa, que as poucas pessoas que me lerão ou ainda lêem, só ocasionalmente

pertencerão, fundamentalmente, aos meus, aos da minha raça, aos da minha tribo dessa época, com algumas exceções. Separados de mim, e eu deles, por aquilo que, mais do que tudo, nos devia ligar, unir, nós que comungámos, em tempos, desse famoso tempo da infância, do mesmo húmus, do mesmo espaço, que bebemos das mesmas fontes.

A cultura, a chamada cultura, não é apenas aquela música celestial, onde nós vivemos ou somos vividos, como se fossemos os anjos de nós mesmos. A cultura também é o que separa e misteriosamente desfaz os laços daquelas vivências sem verbo, que as letras das coisas visíveis, do tempo de criança, em silêncio, nos ensinavam.

Em suma, não soube ou não pude tanto quanto me pedia a exigência do meu coração infantil comunicar com os meus, por serem do mesmo tempo, herdeiros do mesmo passado, amassados no bairro obscuro, de uma terra obscura e luminosa como todas, de uma aldeia ignorada do mundo, e quase de si mesma, e que era o coração do mundo, como todas as infâncias.

Nem toda a gente teve o privilégio de nascer na cidade de Ulisses, na nossa bela capital, Lisboa, e ainda o maior, de passear ou de ser o passeante imortal da Rua dos Douradores, como Fernando Pessoa. Mas, mesmo para ele, o sítio celeste do seu nascimento tinha a figura de uma aldeia. O mesmo Pessoa, em versos que parecem prosa, encontrou para todos o S. Pedro do mundo e o seu rio anónimo, o estatuto sublime, só por ser o estatuto da diferença. Comparando esse rio anónimo com vantagem, com o rio dos rios nossos, o Tejo, que vai para o mundo, que é universal, mas que é demasiado de toda a gente para ser só, de algum modo, de nós mesmos e de um só. Como todos sabemos, o sonho às avessas do maior dos nossos sonhadores virtuais era de que os nossos sonhos, e o Sonho, com maiúscula, não fossem de ninguém. Parece o cúmulo da modéstia ou a suprema astúcia como a de Ulisses, desejando-se ninguém, dizendo-se ninguém, para não ser devorado vivo pelo seu mítico carcereiro, que é simplesmente o próximo que nos não vê.

Em matéria de invisibilidade, esta nossa aldeia, irmã gémea de tantas da nossa província, ela própria tão isolada, nós estamos servidos. Naquele tempo a nossa aldeia não estava ainda, digamos, dissolvida como todas, num mundo real a que pertencia e hoje está talvez dissolvida, como todos nós, numa espécie de esfera virtual, que de facto é de toda a gente e de ninguém. São Pedro é uma velha aldeia, anterior mesmo à nacionalidade, com séculos sem memória

celebrada. Terras de Riba-Côa, que foram, como as do Algarve, as últimas a fazerem parte do nosso território. Nós somos, portanto, os mais jovens dos portugueses, de algum modo, neste território que é uma parte da raia, que nos separa do nosso secular vizinho. Vulnerável, tantas vezes franqueado por ele, e apenas há dois séculos pelas tropas de Massena. Na minha infância, a lembrança dos franceses, das suas invasões ainda estava muito viva. A minha avó, para nos mandar para a cama, quando nós queríamos ficar com os adultos, dizia frequentemente: “*Alons alons*, vamos à cama!” Uma surpresa, como é que a memória, sem memória, é tão dura e tão persistente.

Na verdade, esta aldeia, como muitas das aldeias de Portugal, não pertence ao que se chama a grande história, com as suas crónicas memoráveis. Com actores e gente célebre, celebrizada. Pertence mais aquilo que Unamuno, o nosso famoso vizinho, o autor do “Sentimento trágico da vida”, o nosso vizinho de Salamanca, chamava a intra-história. Quer dizer, a não história do comum de todos nós e que é aquela que nós, os meus antepassados, viveram durante séculos, sem que isso tivesse constituído para eles uma tragédia particular. Estavam no mundo e tinham, naquelas épocas, um sentido apurado do que esse mundo significava, o que lhes pedia e, portanto, essas questões de hierarquização, de glórias no sentido histórico, mundano do termo, eram para eles secundárias.

Desta terra, já aqui disse o Dr. Luís Queirós, que era uma terra de grandes carências, naquele tempo. E todavia viva, muito mais viva do que é hoje, verdadeiramente. E isso é lastimável. Esses 700 habitantes eram gente que vivia no limiar da pobreza, alguns confiados na pobreza. Não havia, propriamente, mendigos. Os mendigos não existiam. Os mendigos vinham de fora, como no poema do Guerra Junqueiro. A pedir, com grandes barbas, naquela altura. Mas não havia propriamente pobres de pedir, realmente, entre nós, mas havia grande pobreza, mas havia também um sentimento do que era uma comunidade e que essa comunidade tinha um certo sentido, que espero que ainda hoje tenha, de outra maneira.

Os tempos mudaram. Esta aldeia, que parecia tão isolada do mundo, naquela época, também o estava: podia passar-se o ano inteiro que mesmo relações de vizinhança, a cinco quilómetros, não se frequentavam umas às outras. Só por ocasião de uma festa. Os únicos sítios de relacionamento, já de tipo social, eram Vilar Formoso e Almeida.

Em Vilar Formoso aparecia o comboio, o comboio que nos trazia a Europa, o comboio que trazia as *stars* da época, pintadas, que nós dizíamos ir ver como quem ia ver anjos, quando calhava. E Almeida era a nossa capital distrital, providencial.

A tantos anos de distância, os poucos anos, apenas dez, que vivi verdadeiramente nesta terra, com um ano que saí para a Guarda, parecem cada vez mais meus... uma espécie de férias grandes, prolongadas. Mais tarde tomaria consciência de que a minha situação era uma situação um pouco privilegiada: eu era filho de um militar modesto, um sargento, mas um sargento era já a passagem para qualquer coisa que eu só mais tarde, quando se começou a falar das classes e das suas hierarquias, soube que era a “pequena burguesia”. Eu era um pequeno burguês, nem era burguês, nem era pequeno, as duas coisas ao mesmo tempo, situação realmente desconfortável, mas que constituía uma espécie de privilégio. Mas o privilégio maior foi eu ser filho de alguém que, num oceano de gente pouco letrada, tinha o gosto das letras, que ele tinha cultivado por si próprio, solitariamente, como o filho maior de uma família que o tinha deixado aqui nesta aldeia, justamente com essa famosa tia, que lhe terá ensinado alguma sabedoria.

E esse pai que fez estudos de Comércio, ao mesmo tempo que era militar no Porto, tinha uma mala pois saía muitas vezes para fazer os seus tirocínios para seguir na carreira. Todos temos a nossa mala, não é só o Pessoa, eu também tenho a minha malinha, ou antes, a malinha do meu pai. E nessa malinha havia o tesouro dos tesouros, de toda a infância: um livro. Não era a *Bíblia* propriamente dita, era só *As Pupilas do Sr. Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais*, de um autor delicioso, maravilhoso, chamado Júlio Dinis. Que era um autor que se dava nas escolas porque não era indecente, não era escandaloso e porque, de algum modo, dourava um pouco a pílula das dificuldades, das realidades grosseiras e cruéis do verdadeiro mundo, do verdadeiro mundo real. Encontrei aí, cá nele como Astérix na famosa poção, cá no Júlio Dinis, com algum Júlio Verne à mistura, que também existia na arca, o que foi cair numa coisa que eu só mais tarde soube que se chamava literatura. Mas aquilo não foi realmente a literatura, mas antes entrar num universo mágico, de onde nunca mais sairia, nem quero sair, nem há saída possível quando se entra nesse reino de uma vez por todas e sobretudo cedo.

Eu não sabia nessa altura que esse Júlio Dinis era uma espécie de Jane Austen, que nós não sabíamos que tínhamos. E que continua a ser, com Garrett e uma parte de Camilo, aquilo que mais retratou com fidelidade esse país, que era um país que estava na sua transição e que estava a entrar numa modernidade tardia. Estava no século que inaugurou entre nós o liberalismo e portanto estava a europeizar-se lentamente e docemente, à portuguesa e sobretudo à Júlio Dinis, como diria o seu irónico admirador Eça de Queirós. Portanto, eu vivi nesse universo; a minha *Alice no País das Maravilhas* foi realmente o encontro com Júlio Dinis e com a literatura.

Apesar de tudo, apesar desse encontro, apesar dessa paixão pela leitura eu nunca serei, nunca fui outra coisa na minha vida que um leitor, um leitor de tudo. Um leitor compulsivo, opressor de nada, de nada de sapiências particulares, de saberes particulares. Fui um leitor e sou realmente um leitor. Mas, talvez por ser realmente esse leitor eu não fui outra coisa, que provavelmente teria gostado de ser. Ser alguém que deu a esta terra alguma coisa que ela não tinha, um suplemento de imaginário, como só os poetas ou os romancistas são capazes de dar. Como os grandes nomes da minha geração, a Agustina, Vergílio, Eugénio de Andrade, Jorge de Sena ou José Saramago deram aos países, aos pequenos países, às pequenas aldeias, onde eles nasceram.

Ou outros, de gerações mais novas, que também, cada um deles, não para aldeias, já são filhos de vilas, deram, como Almeida Faria ou a minha amiga, a autora de “Adoecer”, a Hélia, querida Hélia, que está aqui. É sempre isto.

Portanto, é justamente isso que eu me sinto, a dívida que eu sinto para este povo onde eu nasci, sobretudo para estes que estão agora aqui e que, conhecem-me de uma certa reputação, provavelmente exterior, que eu tenho esse sentimento, realmente, de dívida. Porque na verdade, além desse encontro com a literatura na minha infância, que foi realmente decisivo para mim, foi também decisivo ter visto aqui o primeiro filme, que ainda era de cinema sonoro, na adega desta casa que está aqui, que era a casa nobre cá do sítio, a casa da família Afonso. Havia uma adega por fora, parecia um daqueles ambulantes que tinham os pequenos filmes, que passavam ainda no tempo do sonoro.

Lembro-me desse primeiro filme, como se fosse hoje. Tratava-se da vida de Cristo, eu penso que devia ser um do Cecil B. De Mille, qualquer coisa desse género. Eu sei é que o filme era projectado num lençol que já estava muito riscado. Eu pensei que tinha chovido durante toda a vida de Cristo e

tinha muita compaixão, além da paixão, além da comiseração pelas dores, e por aquela tragédia divina, tinha uma compaixão particular porque era tanta chuva sobre Nosso Senhor Jesus Cristo, que era a pessoa mais importante da minha terra e mesmo do mundo.

Mas na verdade, o que eu aprendi aqui, fora das letras, foi muito mais importante que tudo o que eu podia aprender nas letras. O que eu aprendi aqui foi a vida anterior às letras. A vida, o que se vê, o que se sente, os únicos momentos em que uma pessoa tem um sentimento de que existe verdadeiramente e não por procuração, e não ao segundo grau ou terceiro grau, em que eu sou grande especialista. Não, eram coisas simples. Um tanque que era uma espécie de silêncio em vez de ser um volume de água. Os pássaros que enchiam a aldeia. Os estorninhos que nos eclipsavam os crepúsculos violentos, quase tropicais, de certos dias. O cuco que pontuava como um relógio. Este ar transparente que nos cerca. As nuvens, as nuvens sobretudo, que eram de cinema divino, um cinema sem autor onde nós podíamos escrever todos os sonhos, todas as revelações, todos os fantasmas que se podem ter numa vida de criança.

E sobretudo, aqui é que vêm as andorinhas, eu não podia esquecer as andorinhas. As andorinhas, que foram mestras não sei de quê, mestras de uma coisa que não pode ser nomeada e que nós nomeamos chamando-lhe felicidade. Era como se fossem umas dançarinas de Deus. Que todas as Primaveras voltavam para recuperar, sobre os beirais da minha casa, o ninho que tinham deixado. Vinham, e era uma festa a chegada e todo o tempo que elas permaneciam aqui, cruzando-se, descruzando-se, reinventando coreografias que nenhum coreógrafo pode imaginar, verdadeiramente celestes.

E são essas andorinhas que eu lembrava, que também tinham alguma coisa a ver com essa arca, para mim mágica, que o meu pai deixou quando saiu da aldeia, ou ia para fora da aldeia. Nessa arca havia, cuidadosamente guardado, o jornal do dia da morte de Guerra Junqueiro, o autor sulfuroso de *A velhice do padre eterno*, celeberrimo, como não se pode imaginar que alguém tivesse sido nesse país mais do que ele o foi realmente nessa época, aqui e nos países de língua portuguesa, sobretudo no Brasil onde hoje ainda é autor. Nós estamos muito mais adiantados, podemos esquecer os *Guerra Junqueiros*.

O meu pai tinha o jornal cuidadosamente guardado, eu acho que era *A Batalha*, havia um dos poemas mais célebres do Guerra Junqueiro, e ainda hoje, um poema que merece ser conhecido e lido, um poema que é um po-

ema de um outro tempo, que já não existe, provavelmente já existiria quando ele o escreveu. Mas para isso existem realmente os poetas. Que eu pensava que era um poema dos *Simples* um dos mais lidos, dos mais famosos dos seus livros, mas não é. Esse poema foi uma amiga minha aqui presente, que eu saúdo, Ana Maria Almeida Martins, que me disse que era mesmo um poema que precede “A velhice do padre eterno”.

A minha confusão é ainda maior porque esse poema se chama “Aos simples” e esses simples são uma evocação da nostalgia, de alguém que sabe que está traindo uma parte do seu passado, de uma fé sem dúvidas, de uma espécie de aceitação do sentido pleno do mundo ainda sem fendas e que vem de algum modo penitenciar-se antecipadamente do sacrilégio que ele vai cometer escrevendo e provocando um país que está mudando também de alma com a famosa “A velhice do padre eterno”.

É nesse poema que estão as andorinhas, as andorinhas de que eu me lembrava, além das andorinhas reais, que dormiam sob o beiral da minha casa. E leio a última passagem, e com ele saúdo todos aqueles que vieram aqui para estar comigo numa hora diferente de todas as horas:

*Minha mãe, minha mãe
Ai que saudade imensa
do tempo em que ajoelhava
orando ao pé de ti*

*Catá mansa a noite
e andorinhas aos pares cruzavam-se
voando em torno dos seus lares suspensos
no beiral da casa onde nasci*

Estas andorinhas, as da literatura e as da vida, estão suspensas e são o sinal do momento de felicidade que eu vivi graças a esta terra onde nasci.

Regresso sem Fim²⁴ [Roteiro]

Eduardo Lourenço e o diálogo ibérico: itinerários e fronteiras culturais.

Lugares incontornáveis do itinerário de Eduardo Lourenço, São Pedro de Rio Seco, Guarda e Coimbra esboçam um eixo entre o interior e o litoral do Centro de Portugal que ultrapassa fronteiras e liga dois dos mais antigos pólos do conhecimento europeu: as Universidades de Coimbra e Salamanca.

Ao longo da história esta rota foi percorrida em ambos os sentidos por múltiplos protagonistas, conheceu fluxos de intensidade variável consoante as circunstâncias que os moviam, fosse o poder proporcionado pela conquista, a procura de liberdade e de tolerância em tempos de guerra e opressão, a demanda de cultura e formação, a busca de melhores condições de vida.

A vida e a obra de Eduardo Lourenço não se circunscrevem no espaço vivido na infância e juventude nem nas ortodoxas fronteiras disciplinares. Exemplo de uma errância incompleta, com as origens e o retorno permanentemente no horizonte, pretendeu-se com este documentário explorar a relação do autor com as paisagens matriciais da Beira de que se apontam algumas coordenadas:

– *Breve geografia de uma vida.* Itinerário inicial: São Pedro de Rio Seco; Guarda.

– *Das origens à peregrinação exterior.* Referências à peregrinação exterior, a França (Vence), Espanha (aqui tão perto; o outro lado da lua). Nós e a Europa: o acutilante olhar externo de alguém profundamente enraizado no país profundo.

– *Paisagens literárias: uma Rota de Escritores.* A literatura é um tema importante na obra Eduardo Lourenço. Em Coimbra conviveu com uma geração de escritores, cujas obras estudou ou prefaciou (Miguel Torga, Fernando Namora, Carlos Oliveira, Virgílio Ferreira, Eugénio de Andrade); as origens e as páginas que nos legaram desenham uma rota destes

²⁴ *Regresso sem Fim.* Documentário sobre Eduardo Lourenço, resultado duma ideia original de Anabela Saint-Maurice e de Rui Jacinto, com base numa parceria entre o CEI e a RTP 2; tem a duração de 58 minutos, sendo realizado por Anabela Saint-Maurice e produzido pela Zulfimes.

escritores pelas paisagens da Beira. As paisagens literárias legadas pelos seus companheiros de viagem foram revisitadas num estimulante diálogo intergeracional recorrendo a testemunhos duma nova geração de escritores: Gonçalo M. Tavares, Pedro Mexia e Hélia Correia e complementadas com depoimentos de escritores espanhóis (Fernando Rodriguez de la Flor, Ángel Marcos de Dios)

– *Escritores, livros, bibliotecas: um itinerário cultural*. Da Rota dos Escritores à Rotas das Bibliotecas, onde se destacam três lugares de excepção: as Bibliotecas da Universidade de Coimbra, a Biblioteca Municipal Eduardo Lourenço (Guarda) e a da Universidade de Salamanca. Os livros doados por Eduardo Lourenço à Biblioteca Municipal. Os autógrafos nas obras doadas.

– *Património, cultura, fronteira: Eduardo Lourenço e o diálogo ibérico*: Esbater fronteiras: o Centro de Estudos Ibéricos (inspirado por Eduardo Lourenço) e cooperação transfronteiriça; Fronteiras de futuro: património, cultura, conhecimento, recursos para um roteiro cultural (eixo Coimbra-Guarda-Salamanca); Papel e importância de Eduardo Lourenço (como Unamuno) na promoção do diálogo ibérico e universal.

Apontamentos retirados do Documentário

“Qualquer encontro com Eduardo Lourenço é um prazer porque é um caso raro de alguém que eu admiro e de quem gosto. (...) Li quase todos os livros de Eduardo Lourenço. Sobretudo os de literatura, que são os que me interessam mais, sobre Pessoa, ou um livro que se chama “O Canto do Signo” que é o livro mais importante sobre Literatura Portuguesa nas últimas décadas” (Pedro Mexia).

“Aquela ideia do “regressar onde se foi feliz”; deve-se regressar ou não?” (Pedro Mexia).

“É sem solução. Se não regressa fica-se com essa ferida; se se regressa, nunca se regressa, porque já somos outro” (Eduardo Lourenço).

Mas a sua memória de S. Pedro é uma memória feliz?” (Pedro Mexia).

“Sim, muito. Fui muito marcado por esta infância arcaica, de séculos” (Eduardo Lourenço).

“Sendo de gerações muito diferentes, há qualquer coisa de sentido de humor que nos aproxima. O Prof. Eduardo Lourenço tem um sentido de humor muito particular. Mesmo havendo um discurso muito lógico, muito racional, está sempre disponível para desconstruir o discurso, e isso acho que é uma entrada no humor, uma grande qualidade do Prof. Eduardo Lourenço” (Gonçalo M. Tavares).

“Há muitos anos que conheço o Prof. Eduardo Lourenço, o intelectual ibérico que nos representa fora destas fronteiras. É um homem de pensamento, um intelectual que já não é nada frequente e que é transversal a todas as nacionalidades, um homem de uma dimensão puramente europeia e nesse sentido, estes intelectuais são muito necessários e muito valiosos nas culturas e aqui em Espanha, sentimo-lo como alguém próximo e alguém que nos representa fora deste país” (Fernando Rodríguez de la Flor).

“Portugal não tem, nunca teve, um pensamento. Pensadores, alguns, mas também todos muito “secos”. Há depois um astro que incide sobre esta pessoa excepcional que é juntar cultura, inteligência, memória, para produzir sabedoria, que é outra coisa. E há ainda outro astro, que incide muito especialmente sobre ele que é o transformar essa sabedoria em dádiva, e em capacidade de interpretação e de passagem” (Hélia Correia).

“A nossa identidade está relacionada com a diferença com o castelhano. (...) De temperamento eu não sou nada calmo, sou de reflexões muito rápidas, não tenho temperamento estóico. Mas fui adquirindo alguma vaga sabedoria, mas não me serve para nada. Faço sempre as mesmas coisas, reajo da mesma maneira” (Eduardo Lourenço).

